

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PAPEL DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA INSERÇÃO  
DOS PEQUENOS PALOP NO SISTEMA-MUNDO**

**Mariana Herreira Gonçalves Pertile**

**SEROPÉDICA - RJ  
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PAPEL DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA INSERÇÃO  
DOS PEQUENOS PALOP NO SISTEMA-MUNDO**

**MARIANA HERREIRA GONÇALVES PERTILE**

*Sob a Orientação do Professor*  
**André Santos da Rocha**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

SEROPÉDICA - RJ  
2023

## Ficha Catalográfica

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P469p Pertile, Mariana Herreira Gonçalves, 1997-  
O papel da diplomacia brasileira na inserção dos  
Pequenos PALOP no Sistema-Mundo / Mariana Herreira  
Gonçalves Pertile. - Rio de Janeiro, 2023.  
101 f.: il.

Orientador: André Santos da Rocha.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, 2023.

1. Política Externa. 2. Brasil. 3. Pequenos PALOP.  
4. Economia Internacional. I. Rocha, André Santos da,  
1983-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia III.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 99 / 2023 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.079215/2023-81

Seropédica-RJ, 01 de dezembro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARIANA HERREIRA GONÇALVES PERTILE**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/11/2023

membros da banca:

André Santos da Rocha. (Dr) PPGGEO-UFRRJ

(Orientador[a], presidente da banca)

Floriano José Godinho de Oliveira. (Dr) PPFH-UERJ

(membro externo)

Leandro Dias de Oliveiras (Dr.) PPGGEO-UERJ

(membro interno)

Pablo Ibañez (Dr.) PPGGEO-UERJ

(membro interno)

*(Assinado digitalmente em 01/12/2023 21:59)*

ANDRE SANTOS DA ROCHA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
PPGGEO (12.28.01.00.00.00.35)  
Matrícula: 1832629

*(Assinado digitalmente em 06/12/2023 11:06)*

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
PROPPG (12.28.01.18)  
Matrícula: 1286368

*(Assinado digitalmente em 01/12/2023 14:42)*

PABLO IBANEZ  
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO  
CoordCGGEOGRF (12.28.01.00.00.00.28)  
Matrícula: 2126864

*(Assinado digitalmente em 11/12/2023 20:29)*

FLORIANO JOSÉ GODINHO DE OLIVEIRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 431.873.157-04

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **99**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **01/12/2023** e o código de verificação: **6f246528fa**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelos ensinamentos de bondade, respeito e amor ao próximo. Eles mostram aos homens o caminho da evolução espiritual, cabe a nós a escolha livre e responsável de segui-los.

Agradeço à minha família. Ao meu pai, agradeço pelos ensinamentos de disciplina importantes frente às escolhas mais difíceis. À minha mãe, agradeço pelo amor e apoio incondicional, independente das minhas decisões. Sua animação e empenho me motivam a seguir, acreditando que é possível realizar meus sonhos desde que eu permaneça verdadeira com si própria. Aos meus irmãos, sou grata por me lembrarem de encarar a vida com mais leveza e pelos raros, porém profundamente importantes, momentos que nós três pudemos compartilhar reunidos. À minha avó, agradeço pelo amor e apoio, pelo colo e conselhos em momentos de crise.

Aos meus amigos, agradeço por cada conversa, conselho e troca, desde assuntos mais habituais até as conversas e reflexões que por vezes evitava ter. A construção de uma relação na qual ansiamos compartilhar nossas alegrias, tristezas e preocupações, ultrapassa a barreira da distância e do tempo, e faz com que cada momento seja rico de afeição e ideias.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Santos da Rocha, agradeço imensamente por me acompanhar ao longo desses anos de pesquisa. Desde a graduação, suas recomendações sempre pertinentes me guiaram e motivaram a seguir. Estendo meus agradecimentos aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGGEO / UFRRJ) pela criação de um espaço convidativo e participativo aos seus alunos, mesmo em um momento de incertezas que foi a pandemia. O rico debate levantado em sala, virtual e presencialmente, contribuíram para a renovação do meu olhar para minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram e me apoiaram nos diferentes aspectos da vida.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*

*“[...]*  
*Livres como as gargalhadas que saltam*  
*Livres como o sol do nosso hino*  
*Livres como o vento que desfralda*  
*A nossa bandeira,*  
*Livres com a liberdade com que sonhaste*  
*[...]”*

Agnelo Regalla  
Camarada Amílcar (1974)

## RESUMO

PERTILE, Mariana Herreira Gonçalves. 2023. 11p Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A Teoria do Sistema Mundo proposta por Immanuel Wallerstein é um divisor de águas nos estudos das relações internacionais. Sua perspectiva a partir de uma totalidade sistêmica relacionada a longa duração acaba lançando um novo método sobre o entendimento da organização social. Assim, ao classificar os países em centro, semi-periferia e periferia se estabelece uma relação de hierarquia e poder na qual tais divisões são integradas em uma economia-mundo, e as decisões políticas afetam toda a rede. Nesse contexto, os Pequenos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) – composto por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – encontram-se na periferia do Sistema Mundo, e lidam com formas de relações que efetivam a dominação e subordinação presente no sistema, além de contribuir para a manutenção do subdesenvolvimento desses países. A partir dessa conjuntura, o presente trabalho pretende investigar a partir do ponto de vista brasileiro, como a sua política externa contribui na inserção dos Pequenos PALOP no Sistema-Mundo no início do século XXI. Tal interesse é derivado da situação política e econômica que essas pequenas economias se encontram, e como o Brasil pode auxiliá-las a estabelecer possibilidades ao seu desenvolvimento, levando em conta as suas particularidades. Para compor esta análise, é realizado um resgate histórico a respeito do processo de independência dos Pequenos PALOP, visando compreender a sua formação econômica e social, e como ela afeta o sistema político vigente. Conta-se ainda com o levantamento de dados sobre comércio exterior e investimento direto estrangeiro, disponibilizados pelos Institutos de Estatística de cada país, de forma a estabelecer uma investigação das dinâmicas de comércio, identificando seus principais parceiros e de que forma estão inseridos na divisão internacional do trabalho.

**Palavras-chave:** Política Externa, Brasil, Pequenos PALOP, Economia Internacional

## ABSTRACT

The World System Theory proposed by Immanuel Wallerstein is a turning point in the studies of international relations. His perspective from a systemic totality related to long duration ends up launching a new method for understanding social organization. Thus, by classifying countries into center, semi-periphery and periphery, a relationship of hierarchy and power is established in which such divisions are integrated into a world economy, and political decisions involve the entire network. In this context, the “Little PALOP” (Portuguese-Speaking African Countries) – composed of Cape Verde, São Tomé and Príncipe and Guinea-Bissau – are found on the periphery of the World System, and deal with forms of relationships that culminate in domination and subordination present in the system, in addition to contributing to the maintenance of underdevelopment in these countries. Therefore, the present work intends to investigate, from the Brazilian perspective, how its foreign policy contributes to the insertion of the “Little PALOP” in the World System at the beginning of the 21st century. This interest derives from the political and economic situation that these small economies find themselves in, and how Brazil can help them to present proposals for their development, taking into account their particularities. To compose this analysis, a historical review is carried out regarding the independence process of the “Little PALOP”, covering their economic and social formation, and how it affects the current political system. It also includes the collection of data on foreign trade and foreign direct investment, made available by the Statistics Institutes of each country, in order to establish an investigation of trade dynamics, identifying its main partners and how they are inserted in the international division of labor.

**Key-words:** Foreign Policy, Brazil, "Little PALOP", International Economy

## LISTAS DE TABELAS

**Tabela 1.** Importação cabo-verdiana por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

**Tabela 2.** Exportação cabo-verdiana por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

**Tabela 3.** Importação guineense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

**Tabela 4.** Exportação guineense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

**Tabela 5.** Importação são-tomense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

**Tabela 6.** Exportação são-tomense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

**Tabela 7.** A distribuição dos projetos de cooperação desenvolvidos entre 1999 e 2021.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Principais indicadores macroeconômicos do setor externo, em % do PIB
- Gráfico 2.** Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde por país de origem, em milhões de dólares
- Gráfico 3.** Saldo da Balança Comercial cabo-verdiana, em milhões de dólares
- Gráfico 4.** Saldo da Balança Comercial Guineense, em milhões de dólares
- Gráfico 5.** Evolução da dívida pública guineense, em milhões de dólares
- Gráfico 6.** Saldo da Balança Comercial São-tomense, em milhões de dólares
- Gráfico 7.** Evolução da dívida pública são-tomense, em milhões de dólares
- Gráfico 8.** Exportações brasileiras para os PALOP entre 1997 e 2020, em milhões de dólares
- Gráfico 9.** Importações brasileiras dos PALOP entre 1997 e 2020, em milhões de dólares
- Gráfico 10.** Participação em porcentagem dos PALOP nas trocas comerciais
- Gráfico 11.** Entrada de Investimento Estrangeiro Direto por país, 2000-2022, em milhões de dólares
- Gráfico 12.** Gastos do governo federal com a cooperação brasileira (2005 – 2015), em milhões de dólares
- Gráfico 13.** Quantidade de projetos realizados nos PALOP (1999-2021)

## **LISTA DE MAPAS**

**Mapa 1.** Classificação dos países de acordo com a Teoria Sistema-Mundo.

**Mapa 2.** Localização dos Pequenos PALOP

**Mapa 3.** A rede diplomática brasileira

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b>	
<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>LISTAS DE TABELAS</b>	
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	
<b>LISTA DE MAPAS</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - AS CONDIÇÕES DO SISTEMA-MUNDO E A ATUAÇÃO DOS PEQUENOS PALOP</b>	<b>6</b>
1.1 O Sistema-Mundo Uma Teoria Vigente Para Interpretar Pequenas Economias No Mundo?	6
1.2 Os PALOP E Os Pequenos PALOP Como Parte Da Periferia Mundial	13
1.3 Cooperação e Ajuda Humanitária: Os desafios do desenvolvimento para pequenas economias da África	18
<b>CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS PEQUENOS PALOP E SUAS CARACTERÍSTICAS: ESTRATÉGIAS NO SISTEMA-MUNDO PERIFÉRICO</b>	<b>24</b>
2.1 Formação Econômica e Social Nos Pequenos PALOP	24
2.2 Características Políticas dos Pequenos PALOP	28
2.2.1 Do projeto binacional à duas nações divergentes	28
2.2.2 Da conquista colonial à democracia neo-patrimonial são-tomense	35
2.3 Características Econômicas dos Pequenos PALOP: estratégias no sistema-mundo periférico	39
<b>CAPÍTULO III - A APROXIMAÇÃO BRASILEIRA COM OS PEQUENOS PALOP</b>	<b>54</b>
3.1 Como Os Pequenos PALOP atravessam A Diplomacia Brasileira?	54
3.2 Investimentos Brasileiros Nos Pequenos PALOP	57
3.2.1 Os efeitos da política externa diversificada	57
3.2.2 A dinâmica de aproximação através da cooperação	67
3.3 Casos de Sucesso na Cooperação Técnica entre Brasil e Pequenos PALOP	71
3.4. Desafios Diante De Uma Diplomacia Enfraquecida	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado está inserida na pesquisa iniciada em 2017 a partir da Iniciação Científica, apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) durante a graduação em Geografia. Ela parte do interesse em entender as dinâmicas da Cooperação Sul-Sul, tendo como recorte a relação entre Brasil e os países da África Central e Setentrional. Tal interesse é reforçado pelos efeitos hegemônicos que permeiam os projetos de cooperação técnica, sobretudo na sua avaliação enquanto setor estratégico na expansão da influência brasileira. Assim, percebeu-se a importância geopolítica que a Cooperação Sul-Sul representou ao Brasil, revelando duas faces, uma mais divulgada de solidariedade, que se coloca enquanto uma alternativa mais justa e igualitária; e a segunda, mais obscura, transpõe a noção de hegemonia e colonialidade respondendo a construção da liderança brasileira dentro do Sul Global.

Em um segundo momento, a pesquisa avançou, voltando o seu recorte para os projetos de cooperação técnica em agricultura entre Brasil e os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Tal temática possui uma preocupação voltada para os efeitos territoriais dos projetos de cooperação no setor da agricultura, principalmente por envolverem questões como as tecnologias aplicadas ao cultivo, dinâmicas de apropriação do espaço agrário. Novamente, as ambiguidades da cooperação entram em conflito, se por um lado os projetos visam o fortalecimento e autonomia da agricultura familiar, por outro lado eles favorecem a expansão do capital brasileiro com a internacionalização de empresas brasileiras. Um dos resultados que se destaca é o processo de *land grabbing*, no qual há apropriação de terras que são destinadas à mineração ou à produção de exportação.

Dessa forma, indaga-se o quanto a Cooperação Sul-Sul (proposta de horizontalidade) apresenta um discurso de alternativa, e o quanto ela se aproxima da Cooperação Norte-Sul (relação vertical). Para mais, ela se demonstrou como uma importante estratégia para a geopolítica brasileira e a expansão da sua área de influência. Os PALOP estão inseridos nesse contexto de investimento em cooperação técnica no qual, sob o discurso da afinidade linguística e cultural, o Brasil estabeleceu uma agenda que atendesse tanto as parcerias “solidárias” quanto aos interesses de espraiamento da sua presença pelo continente africano. Frente a essas condutas, a preocupação sobre a relação entre o Brasil e os PALOP ganhou um caráter mais abrangente de forma a considerar não somente o aspecto da cooperação, mas da política externa brasileira em si. Nesse sentido, o entendimento sobre o posicionamento brasileiro e seus efeitos para com esses países se tornaram o foco da pesquisa.

Contudo, para tal assimilação é primordial compreender que a relação destacada está inserida em um contexto mais amplo de relações internacionais. Sendo assim, a Teoria do Sistema-Mundo proposta por Immanuel Wallerstein inaugura um novo método na interpretação da organização social de um sistema que atinge o globo terrestre. As bases desse sistema foram lançadas no momento de transição do feudalismo para o sistema capitalista. Assim, o primeiro vê as relações que o sustentam (vassalo-senhor feudal) entrar em crise, dando lugar ao comércio (HILTON, 2004, DOBB, 2004). Este momento de transição provocou profundo impacto nas formas de se relacionar, tanto entre as pessoas, quanto em relação ao meio, estabelecendo nos sentidos temporais (atender as demandas da produção), quanto espaciais (distribuição de pessoas e mercadorias) (DE DECCA, 1986). Com isso, o que Wallerstein (2011a) denominou de economia-mundo emerge nesse momento, no final do século XV e início do XVI, compreendendo uma entidade econômica maior do que as entidades políticas pudessem controlar.

A figura do Estado conserva um importante papel dentro da economia-mundo, uma vez que, para sua operacionalização, há uma divisão internacional do trabalho, na qual cada país exerce uma função. Assim, verifica-se a divisão em três níveis hierárquicos: centro (países associados à produção de alta tecnologia), periferia (associada a produção de nível inferior), e semi-periferia (áreas onde aspectos do centro e da periferia estão presentes). Por constituírem um sistema, há trocas entre os níveis gerando uma relação de dependência entre eles. A dinamicidade se mostra presente ao entender que o sistema atravessa por momentos de enfraquecimento e fortalecimento frente ao conflito de interesses de seus membros. Além disso, seus membros também atravessam por seus próprios processos de mudanças.

O desenvolvimento desigual, as apropriações e espoliações são resultados e ao mesmo tempo elementos constituintes desse sistema, que a partir dos interesses do mercado promovem a reorganização da produção - aspecto que também permite a ascensão e declínio dentro da hierarquia. O espaço geográfico, nesse sentido, é base material da realização dessas transformações, ao evidenciar o desenvolvimento desigual, bem como a alternância da localização dos papéis geográficos (WALLERSTEIN, 2011a).

Frente a essa dinâmica, observa-se uma constante reconfiguração das relações nas mais diversas escalas. Elas são invadidas pelas estratégias econômicas que varrem suas tessituras, lhe atribuindo novos significados conforme sua demanda. Dessa forma, o presente trabalho parte do interesse no debate de como, no presente século XXI, os Estados respondem frente a essa lógica. Por certo, suas (re)ações dispõe das mais diversas estratégias buscando inserção no Sistema-Mundo. Diante ao que foi exposto, a pesquisa possui como objetivo

principal analisar o papel que a diplomacia brasileira exerce na inserção dos Pequenos PALOP no Sistema-Mundo.

Os PALOP são os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa composto por: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Compartilham semelhanças em suas histórias, como terem sido colônias portuguesas que deram início ao processo de independência na década de 70. Contudo, suas diferenças no que tange a desenvolvimento econômico e estabilidade política viabilizam a sua separação entre os Grandes PALOP (Angola e Moçambique) e os Pequenos PALOP (Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Tal distinção instiga a pesquisa de modo a levantar questões sobre o recorte dos Pequenos PALOP, o qual transparece a persistência dos impactos do seu passado em um presente que busca mudanças em prol de seu desenvolvimento. Válido ressaltar que a pesquisa contribui para o rompimento do estereótipo que recai sobre o continente africano, o qual tem este com um bloco homogêneo, que carrega o estigma de pobreza, fome e doenças (SANTOS, 2021). Ao analisá-los a partir de suas particularidades, ressalta a diversidade presente no continente não somente em biodiversidade, linguística e cultural, mas também considerar o processo que envolve cada um dos Estados presentes nesse continente, o qual remete a sua formação, evolução e a construção de seu futuro.

Pela perspectiva brasileira, a parceria com os Pequenos PALOP está inserida nas estratégias de sua política externa de projeção internacional, bem como na expansão de sua área de influência. Dentro seus planos de atuação, destaca-se a cooperação técnica e o seu papel tanto na promoção da imagem solidária e referência brasileira, como os seus impactos no desenvolvimento de instituições e de indivíduos nos países receptores (SARAIVA, 2010). Nesse sentido, a execução da pesquisa conta com os seguintes passos metodológicos:

- Revisão bibliográfica sobre as temáticas relacionadas a Sistema-Mundo, poder, formação econômica e social;
- Pesquisa exploratória a respeito de documentos oficiais, legislações e notícias sobre os Pequenos PALOP;
- Levantamento e sistematização de dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística (Cabo Verde), Instituto Nacional de Estatística (Guiné-Bissau), Instituto Nacional de Estatística (São Tomé e Príncipe), Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças (Cabo Verde), UNCTAD, FDI/MNE, CountryEconomy. Tais dados possuem a temática comércio exterior, investimento externo direto, dívida externa, e serão utilizados na elaboração de gráficos, tabelas e mapas.

- Levantamento de dados e informação da diplomacia Brasileira em relação a África e aos Pequenos PALOP, tendo ênfase nos dados do Ministério das Relações Exteriores (Brasil), Sistema ComexStat (Brasil), IPEA, Agência Brasileira de Cooperação

Frente ao que foi exposto, a pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo visa contextualizar e examinar a Teoria Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, e como ela ainda se mostra válida para compreensão das dinâmicas econômicas internacionais. Com isso, sintetiza-se o surgimento da economia-mundo, a qual irá ditar as dinâmicas centrais da organização e mudanças sociais. Em seguida, volta-se ao entendimento dos Pequenos PALOP enquanto periferia desse sistema. Para isso, propõe-se compreender como a sua formação enquanto um Estado independente se relaciona com a atual conjuntura da divisão internacional do trabalho, e por conseguinte qual(s) compromisso(s) lhe foram atribuídos na economia-mundial. Além disso, investiga-se como a lógica predominante de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico afeta as alternativas lançadas a essas pequenas economias, bem como as mantém na condição de periferia.

Após uma investigação em escala global, no segundo capítulo é feita uma análise das características políticas e econômicas dos Pequenos PALOP. Parte-se então da categoria aperfeiçoada por Milton Santos (1977), Formação Econômica e Social, a qual compreende como as características econômicas, políticas e sociais atuais são constituídas por marcos (modelos e estruturas) deixado ao longo do seu processo de formação. Com isso, é feito um breve histórico político desses países com o intuito de melhor compreender a situação econômica que se encontram hoje. Em seguida, parte-se da análise de suas características econômicas, dispondo-se de dados levantados nos Institutos Nacionais de Estatísticas de cada país, principalmente boletins estatísticos anuais, os quais contêm valores referentes aos produtos comercializados, detalhados pelas regiões econômicas compradoras e vendedoras, bem como de outros bancos de dados, relacionados a comércio exterior, investimento direto estrangeiro e dívida externa. Com isso, são identificados seus principais parceiros econômicos e credores, bem como os principais produtos comercializados e seus modos de produção, visando compreender o seu papel na divisão internacional do trabalho.

O terceiro capítulo terá seu foco voltado na relação entre os Pequenos PALOP e o Brasil. Em um primeiro momento há o resgate histórico da construção da política externa brasileira a partir da sua relação com os Pequenos PALOP, partindo da ditadura militar brasileira (SARAIVA, 1993; LECHINI, 2008), passando pelo processo de democratização (RIBEIRO, 2007), até a virada do milênio (MUÑOZ e CARVALHO, 2016). Segue-se, então, para a análise de dois elementos que a compõem, comércio e cooperação, no contexto do

início do século XXI. Para compô-la, conta-se com os dados comerciais brasileiros com os pequenos, coletados no Sistema ComexStat, além dos dados coletados na Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a respeito dos projetos de cooperação técnica (data de início e término, setores atuantes, empresas parceiras). Nesse sentido, verifica-se que a cooperação compõe importante estratégia na projeção internacional brasileira (ROCHA, 2019), bem como esfera de aproximação com os Pequenos PALOP. Frente a isso, é apresentado dois projetos de cooperação técnica (um desenvolvido na Guiné-Bissau e outro em Cabo Verde), pretendendo exemplificar de que forma eles beneficiam ambos os lados. Durante a análise identifica-se que a política externa brasileira sofreu oscilações, inclusive uma ruptura, resultando enfraquecimento na sua diplomacia (DALDEGAN e SOUSA, 2021; CASARÕES, 2019). Sendo assim, pondera-se o quanto a agenda brasileira lançada para esses países é convidativa para valores mútuos, em especial no tocante à língua portuguesa, e quanto ela está atravessada por interesses, despontando como um elemento estratégico para agenda dos Pequenos PALOP em sua inserção no sistema mundial e a projeção internacional brasileira.

## **CAPÍTULO I - AS CONDIÇÕES DO SISTEMA-MUNDO E A ATUAÇÃO DOS PEQUENOS PALOP**

No presente capítulo, articula-se a teoria de Sistema-Mundo proposta por Immanuel Wallerstein, de forma a compreender o estabelecimento da economia-mundo, a qual estabelece uma nova configuração nas relações internacionais. Nesse sentido, tal teoria permite compreender os papéis a serem desempenhados pelos Estados, e principalmente como os Pequenos Palop são inseridos nessa dinâmica.

### **1.1 O Sistema-Mundo Uma Teoria Vigente Para Interpretar Pequenas Economias No Mundo?**

A teoria sobre sistema-mundo foi desenvolvido por Immanuel Wallerstein ao longo de quatro volumes do Sistema Mundial Moderno: "Agricultura Capitalista e as Origens da Economia Mundial Européia no século XVI" (1974), "Mercantilismo e a Consolidação da Economia Mundial Europeia, 1600-1750" (1980), "A Segunda Era da Grande Expansão da Economia Mundial Capitalista, 1730-1840" (1989), "O Triunfo do Liberalismo Centrista" (2011). De acordo com Wallerstein (p. 460, 1999), "o Sistema Mundial Moderno nasceu a partir da consolidação de uma economia mundial". A história da humanidade é marcada, desde a época pré-agrícola, pela (co)existência de minissistemas. Estes sofriam os impactos e transformações como absorção, expansão, destruição a que estavam sujeitos por essa coexistência. A questão central é que após um longo processo de desenvolvimento haveria um sistema que abrange o globo inteiro, absorvendo os minissistemas existentes.

De forma a lançar um olhar que permita compreender esse sistema, é preciso posicionar os países dentro da relação que eles mantêm entre si, o que afasta a ideia de um estudo de caso (recorte individual), e aproxima um recorte para a chamada economia-mundo (recorte sistêmico). Tal abordagem se insere no contexto da transição de um modelo feudalista para a consolidação da estrutura capitalista, e por conseguinte da economia-mundo (WALLERSTEIN, 2011a). O feudalismo baseava-se em uma sociedade rural na qual os camponeses possuíam os meios de produção, mas tinham que entregar parte de sua produção aos senhores feudais - integrantes da classe dominante junto à nobreza e o clero. Tal período também é marcado pela imagem dos artesãos, os quais não tinham distinção entre seu local de trabalho e moradia.

A crise da relação de dependência entre o senhor feudal e seus vassallos é derivada por diferentes fatores, dentre eles os principais encontram-se o colapso populacional e agrícola e o florescimento do comércio (HILTON, 2004). Por um lado, o colapso populacional e agrícola é provocado pela Peste Negra que resulta na morte de 30% da população, e por consequência desencadeia em uma baixa na produção agrícola. Por outro lado, há o reflorescimento do comércio internacional e mercantil com as Grandes Navegações, que tinham como objetivo a busca por riquezas - seriam usadas pela classe dominante como objetos de distinção e no embelezamento das cidades. Tais fatores confluíram em um momento de crise que acabou despontando na possibilidade de acumulação, já que cada vez mais a renda em dinheiro se tornava comum (DOBB, 2004).

Em meio ao desespero, os camponeses organizaram levantes que foram reprimidos pela classe dominante - ocorreram fugas, abandonos, capturas e punições. Porém, será a partir do cercamento dos campos que nascerá o capitalismo, isto é, a retirada do trabalhador da terra e a transferência da riqueza do trabalhador para a terra (propriedade privada). Assim, os camponeses expulsos se tornaram parte do proletariado manufatureiro. Conforme o campesinato era separado da terra (do seu meio de produção), se formava a classe operária, que era acima de tudo urbana. Assim, a partir de uma revolução que ocorreu de cima para baixo, os camponeses tiveram que adaptar o seu modo de sobrevivência, dando origem ao proletariado. Essa classe trabalhadora é consolidada juntamente a burguesia, estabelecendo uma dialética - ainda que sejam classes antagônicas, uma depende da existência da outra. No sentido social, o aparecimento do proletariado e a substituição da mão-de-obra humana por máquinas revelam a alienação sofrida por essa classe uma vez que o proletariado não detém mais os meios de produção, somente possui sua força de trabalho para vender.

Tal mudança afetou diferentes aspectos e formas de se relacionar, não somente entre as pessoas/classes, mas também na forma de se relacionar com o meio. Com a mudança do locus econômico do campo para a cidade, há um processo de ressignificação social na qual o campo é um local débil, e é na cidade que se satisfaz a necessidade humana de vivência. Nesse sentido, a relação que se estabelece com a natureza recai na necessidade que as fábricas possuem, ou seja, o ritmo da natureza é ditado pelo capitalismo e pela demanda de produção. Ele não dita somente um novo sentido temporal (aceleração da produção, e supressão do ócio criativo), mas dita também a distribuição espacial das mercadorias e das pessoas. No sentido tecnológico, provocou a utilização da energia a vapor em máquinas, ferrovias (desenvolvimento dos meios de transporte) que beneficiou tanto a circulação de pessoas

quanto a de mercadorias. Contudo, isso faz com que ocorra uma seletividade e hierarquização entre os lugares a partir do direcionamento de investimentos (DE DECCA, 1986).

O fim do século XIX e o início do século XX foi marcado pela fase monopolista capitalista, caracterizado por um otimismo burguês proveniente de um acúmulo de capital intenso, durante o qual, em um primeiro momento, o Estado não interferia na economia, deixando a “mão invisível” regir. O período também ficou marcado pela chamada “Paz Armada”, isto é, ainda que não tivesse conflitos dentro da Europa, os Estados se beneficiaram com os avanços tecnológicos na metalurgia e na indústria química para investir na indústria bélica. Isto demonstrava o poderio militar, principalmente na conquista de novas colônias. Tal conquista é proveniente do (1) aumento da concentração demográfica nas cidades, o que aumenta também a demanda da produção agrícola, (2) necessidade de alargar os mercados consumidores e (3) garantir o acesso a matérias primas.

Porém, o modelo capitalista começava a transparecer suas contradições a partir da ocorrência cíclica de crises, que significam também um ponto de renovação, de manutenção para seu funcionamento. Com isso a interferência do Estado que antes era condenada passa a ser uma saída. O Estado adota uma política protecionista para resguardar a produção nacional e os interesses do empresariado regional, a partir da garantia e regulação do valor dos produtos, subsídio às empresas e investir, principalmente, no transporte. Quanto às empresas, estas estavam cada vez maiores, sendo a distribuição dos benefícios do capital desigual

A Paz Armada, a expansão colonial e a disputa por mercado foram aspectos que contribuíram para a Primeira Guerra Mundial. Contudo, há três fatores centrais para a eclosão da guerra: a questão marroquina, a disputa pela Alsácia-Lorena e o atentado de Sarajevo. Os dois primeiros representam uma questão de território enquanto recurso, já o último representa o território como elemento simbólico-cultural/de identidade, tendo em vista o conflito sendo despertado por questão separatista. Nesse sentido, percebe-se como o território é um conceito chave para compreender as mudanças e dinâmicas nessa nova fase.

A Primeira Guerra Mundial teve seu fim em 1918, e em Janeiro de 1919 ocorreu a Conferência de Paz de Paris que resultou no Tratado de Versalhes no qual constava punições e imposições de cláusula de culpa de guerra para a Alemanha. Dentre as consequências encontra-se o enfraquecimento dos países europeus envolvidos, sobretudo com as mortes e o declínio econômico. Já os Estado Unidos acentuam sua ascensão econômica, ainda mais ao fornecer empréstimos e mercadorias para a Europa. Enquanto isso, nas colônias, que dependiam da Europa, instauraram-se crises, tendo as mesmas que recorrer ao processo de substituição de importação.

Mesmo que o modelo capitalista enfrente crises, em algum lugar do mundo ele estará bem estabelecido devido ao seu desenvolvimento geográfico desigual. Mais uma vez a base territorial aparece como ponto central para o capitalismo ao assumir importante papel na resolução dos seus momentos de crise. Com isso, se antes o interesse pela busca de novos territórios era encontrar novas fontes de matéria prima, nesse momento significa uma válvula de escape para o excesso de capital.

De acordo com Wallerstein (2011a), o que diferencia a economia-mundo do modelo anterior é ela ter sobrevivido por mais de quinhentos anos e não ter rompido em império-mundo. Nesse sentido, o império-mundo se refere a noções de hegemonia dos impérios europeus, a qual baseava-se em uma supremacia militar com exercício de poder através da coerção/força, e por isso o Estado (entidade política) é o principal personagem. Já a economia-mundo emerge no final do século XV e início do XVI, e ainda há a presença e importante papel desempenhado pelo Estado, ela compreende uma entidade econômica maior do que qualquer entidade política possa controlar. Sobre os riscos de a economia-mundo seguir o caminho do rompimento em império-mundo, Wallerstein (2011a, p. 57, tradução nossa) afirma:

"A economia-mundo moderna poderia ter ido na mesma direção – na verdade esporadicamente parecia que iria – exceto que as técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna, as duas estando de alguma forma ligadas como sabemos, permitiram que essa economia-mundo prosperasse, produzisse e expandisse sem o surgimento de uma estrutura política unificada."<sup>1</sup>

Sendo assim, cada país assumiria as funções dentro desse sistema a serem desempenhadas, os países podem ser classificados em três níveis hierárquicos: centro, periferia e semi-periferia. Essa hierarquização está atrelada a noção de divisão internacional do trabalho que compreende o papel que cada região possui economicamente e produtivamente no Sistema-Mundo, conectadas a partir das trocas dentro do capitalismo (economia de acumulação flexível). Dessa forma, percebe-se que a economia-mundo possui um movimento de expansão geográfica pelo globo, dentro de um modelo cíclico de expansão e contração, gerando alternância da localização geográfica dos papéis econômicos. Com isso Wallerstein (2011a, p. 608, tradução nossa), define o Sistema-Mundo como:

---

<sup>1</sup> No original: "The modern world-economy might have gone in that same direction - indeed it has sporadically seemed as though it would - except that the techniques of modern capitalism and the technology of modern science, the two being somewhat linked as we know, enabled this world-economy to thrive, produce, and expand without the emergence of a unified political structure."

"... um sistema em que existe uma divisão extensiva do trabalho. Esta divisão não é meramente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Quer dizer, a gama de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial. Em parte isto é consequência de considerações ecológicas, sem dúvida. Mas na sua maior parte é função da organização social do trabalho, que aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema de explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente."<sup>2</sup>

Nesse contexto, o centro corresponde a áreas onde a estrutura política consegue atrelar à cultura, à localização, fazendo com que estas estejam à disposição dos interesses nacionais, por isso trabalha-se com um ideal de homogeneização e integração de forma a mascarar as disparidades existentes no Sistema-Mundo. Para mais, no que tange ao aspecto econômico, são países associados à produção de alta tecnologia e de valor agregado, lócus de centro financeiro, e alta capacitação da força de trabalho. A periferia é definida como

"...o setor geográfico onde a produção é principalmente de bens de nível inferior (isto é, bens cujo trabalho é menos remunerado), mas que é parte integrante do sistema geral da divisão do trabalho, porque as mercadorias envolvidas são essenciais para o uso diário."<sup>3</sup> (WALLERSTEIN, 2011a, p. 530, tradução nossa)

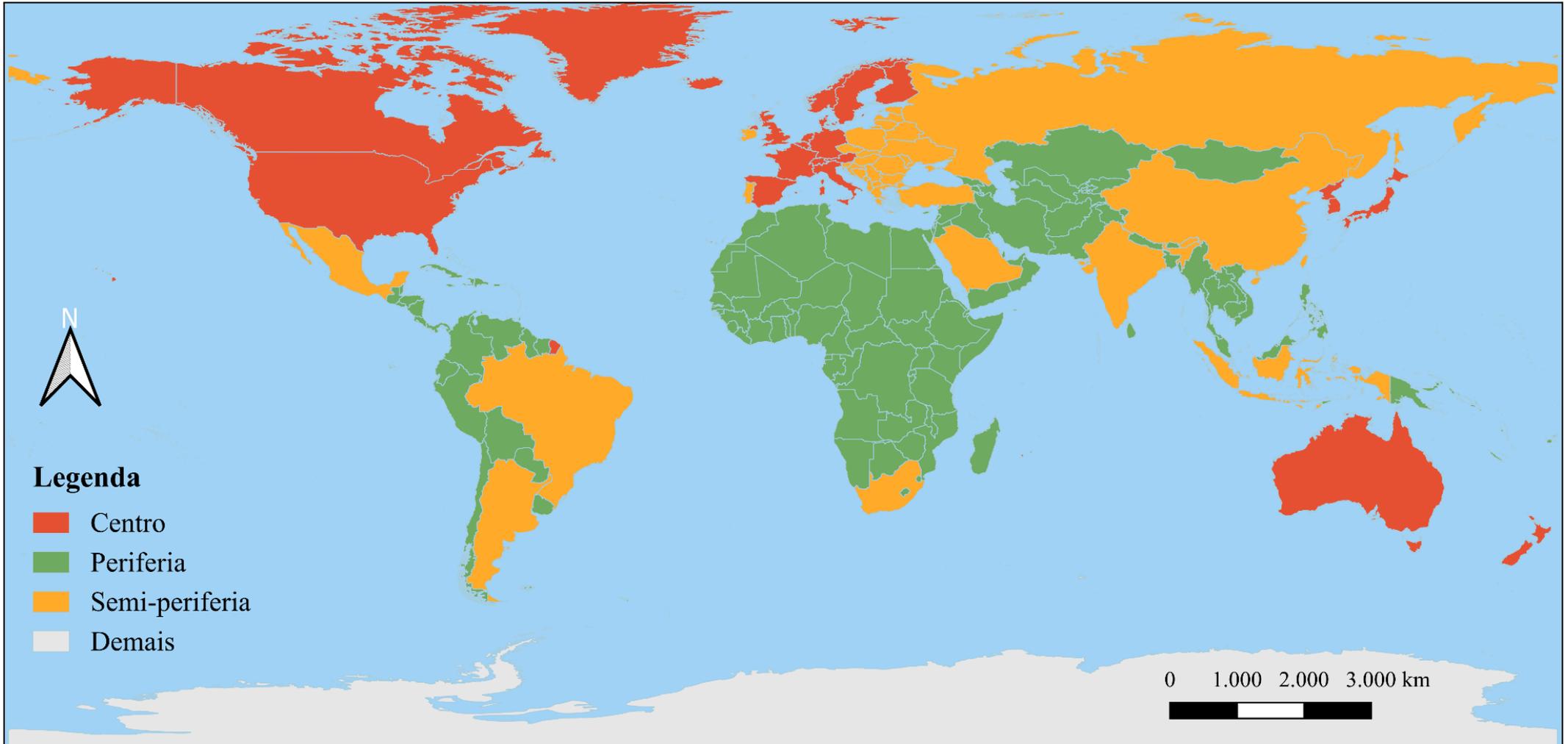
Para mais, na periferia predomina elevada dependência financeira e tecnológica, instabilidade e fragilidade política. Já a semi-periferia corresponde a áreas que se encontram com dimensões entre o centro e a periferia, isto é, são considerados com em desenvolvimento com certo avanço técnico, porém possuem dependência técnica e financeira. A partir da caracterização dessa hierarquia, a classificação mundial atual pode ser representada da seguinte forma:

---

<sup>2</sup> No original: "We have defined a world-system as one in which there is extensive division of labor. This division is not merely functional - that is, occupational - but geographical. That is to say, the range of economic tasks is not evenly distributed throughout the world-system. In part, this is the consequence of ecological considerations, to be sure. But for the most part, it is a function of the social organization of work, one which magnifies and legitimates the ability of some groups within the system to exploit the labor of others, that is, to receive a larger share of the surplus."

<sup>3</sup> No original: "The periphery of a world-economy is that geographical sector of it wherein production is primarily of lower-ranking goods (that is, goods whose labor is less reward) but which is integral part of the overall system of the division of labor, because the commodities involved are essential for daily use."

**Mapa 1.** Classificação dos países de acordo com a Teoria Sistema-Mundo.



Fonte: Elaboração própria baseado na obra de Immanuel Wallerstein.

Com base no mapa acima, nota-se que os países centrais ficam localizados majoritariamente no hemisfério norte. Dentre eles destacam-se os EUA, Japão e a maioria dos integrantes da União Europeia. No que diz respeito aos países periféricos, verifica-se que estão localizados em grande parte no hemisfério sul, e que de forma geral tais países tiveram algum tipo de intervenção externa como a colonização. Mesmo após sua independência, percebe-se que as relações tradicionais de troca se adaptaram dentro dos novos mecanismos, garantindo a obtenção da mais-valia por parte dos países do centro. Dentre os países periféricos destacam-se os países do continente africano e grande parte dos países da América Latina. No que tange a semi-periferia, destacam-se países como Brasil, China e Rússia. Sendo este um nível intermediário entre centro e periferia, ao examinar a conceituação em diferentes abordagens, autores como Arrighi e Drangel (1986) e Babones (2005) se depararam com contradição em sua aplicação, na qual o que é considerado no estudo de casos individuais, dificilmente pode ser aplicado para o grupo (ARRIGHI e DRANGEL, 1986). Sendo assim, entende-se que a semi-periferia permanece subordinada economicamente ao centro, porém consegue desafiá-lo. Os BRICS, nesse contexto, são um importante exemplo de provocação a mudanças no sistema internacional que, mesmo com a diversidade dentro do bloco, consegue representar um vislumbre de um mundo multipolar.

Compreende-se, todavia, que há uma profunda necessidade de compreensão das mutações econômicas que envolvem a classificação dos países, sobretudo nas profundas modificações da ordem econômica de poder mundial (AGNEW, 2008). Isso implica, por exemplo, a necessidade de repensar essa semi-periferia, não como uma entidade rígida mas em espaços que apresentam tanto processos de centro quanto processo de periferia (TAYLOR, 1994). Por exemplo, em diferentes estudos e abordagens, torna-se cada vez mais difícil não compreender a China cada vez mais próxima a posição de Centro, sobretudo em seu grande papel na circulação e produção de mercadorias no cenário Global (ROCHA, SANTOS, IBAÑEZ 2022; IBAÑEZ, OLIVEIRA RECIO, PERREIRA, 2023) que ancora na capacidade de produção e circulação a ancoragem de produzir valor e riqueza (HARVEY, 2008)

Sendo assim, há uma troca entre esses níveis, o que resulta em uma relação de dependência<sup>4</sup> entre eles. Uma forma de medir a diferença entre esses níveis é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o qual ao levar em conta os critérios de renda, educação e

---

<sup>4</sup> Autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra abordam esse tema sob o prisma da Teoria Marxista da Dependência. Sob o contexto da reestruturação do imperialismo no pós-Segunda Guerra Mundial, a centralidade dos EUA e a onda conservadora na década de 70, os autores lançam um olhar para a América Latina e como os resquícios das estruturas do monopólio colonial - estrutura voltada para o mercado externo - ainda estão atuantes. Assim, percebe-se a subordinação local ao internacionalizado, o que remete a dependência colonial - exportação para países centrais.

saúde, contrapõe a uma referência estritamente econômica, revelando assim a desigualdade social. Contudo, os esforços destinados a sua melhora não corresponde somente a um rompimento com o capitalismo - visto que em termos produtivos é impensável -, porém significa em criar alternativas menos agressivas para o desenvolvimento - o que será discutido no terceiro tópico deste capítulo.

Assim, a Teoria do Sistema-Mundo desenvolvida por Wallerstein se torna primordial para o estudo das mudanças sociais. Nesse quesito, ao propor a unidade da economia-mundo, o autor assume também a compreensão de que um fenômeno possui desenvolvimento temporal (sua história) e espacial (sua geografia). Dessa forma, a noção de longa duração desenvolvida por Fernand Braudel contribui no entendimento das continuidades e permanências. Braudel propõe que o tempo seja entendido como a duração dos acontecimentos e processos (políticos, econômicos, sociais, culturais e naturais). Logo, há uma dialética entre essas durações/temporalidades - assumindo que as mudanças mais significativas são as estruturais, que ocorrem lentamente. Dessa forma, o Sistema-Mundo se interessa pelo estudo dessas mudanças.

Nesse sentido, a obra de Wallerstein propõe uma nova unidade de compreensão de um sistema social. Tal sistema possui seus "limites, estruturas, membros, regras de legitimação e coerência"<sup>5</sup> (WALLERSTEIN, 2011a, p. 605, tradução nossa). Sobretudo, ele não é estático, suas características se fortalecem ou enfraquecem conforme ocorre o conflito de interesses dos membros. Tendo como base tal construção, o próximo tópico visa a abordagem dos Pequenos PALOP como integrantes da periferia do Sistema-Mundo.

## **1.2 Os PALOP E Os Pequenos PALOP Como Parte Da Periferia Mundial**

No desenvolvimento do Sistema-Mundo, as técnicas e tecnologias desempenham papel central na sua estruturação. Sendo assim, estão relacionadas diretamente na hierarquização entre centro, semiperiferia e periferia, e na concentração ou não das atividades mais lucrativas em determinado local. Milton Santos (2020, p. 29) define as técnicas como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” Dessa forma, cada local reflete a combinação do “como se faz” (conjunto de técnicas) em um determinado momento histórico. Ou seja, é através das técnicas que o homem une o tempo e o espaço.

---

<sup>5</sup> No original: "A world-system is a social system, one that has boundaries, structures, members groups, rules of legitimation, and coherence."

No contexto da economia-mundo, as técnicas e tecnologias integram a racionalidade voltada ao mercado:

“a tecnologia se pôs ao serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo.” (SANTOS, 2020, p. 181)

Ou seja, o importante é garantir a dinâmica do mercado, que por sua vez busca a cada dia eficiência e lucratividade. Consequentemente, novas formas de apropriação e distribuição irão sendo criadas para atender a essa demanda. Reafirma-se ainda que na visão de Wallerstein, como o próprio nome sugere, na economia-mundo como não há uma entidade política unificada, a relação entre os Estados se dá através do mercado. Nesse sentido, nessa relação está presente uma divisão do trabalho que, pela dinamicidade do processo produtivo, varia ao longo do tempo - isto permite um Estado antes central ser considerado semiperiférico, bem como a ascensão de um Estado periférico para a semiperiferia.

Tendo em vista essa dinâmica e tendo como foco os PALOP, levanta-se a questão de como esse processo afetou a sua inserção no Sistema-Mundo. A presença do continente africano na história da economia-mundo capitalista é marcada pelo período colonial, contudo a ideia equivocada de que sua história também se inicia nesse período permanece nas representações e senso comum sobre o continente. Isso revela o quanto sua história é imposta e suas contribuições, sobretudo culturais, são depreciadas. Grande parte dos estudos historiográficos realizados durante o período da colonização até metade do século XX refletem o pré-conceito de exotismo e inferioridade que eram direcionados às sociedades africanas.

No caso dos países do continente africano, fica claro que ao longo dos anos houve uma mudança na sua função no Sistema-Mundo. Para além de um ponto de passagem e abastecimento de rotas comerciais, o continente africano atendeu a demanda da estruturação da economia-mundo a partir do fornecimento da mão-de-obra escrava. Tal sangria populacional integrou as regiões mais longínquas do continente africano na divisão do trabalho, sofrendo também imposição de formas de organização que se sobrepuseram às dos grupos sociais nativos. Com isso, o continente passaria então pelas fases de integração ao sistema-mundo:

“Primeiramente, pela fase fundamental: a transformação de uma parte relativamente importante dos processos de produção que deveriam doravante fazer parte do conjunto integrado dos processos de produção, segundo os quais opera a

divisão do trabalho na sociedade da economia-mundo. Em segundo lugar, a transformação das estruturas políticas, resultando na constituição de “Estados” submissos às regras e aos mecanismos do sistema interestatal” (WALLERSTEIN, 2010, p. 32)

Vale ressaltar, que essa acumulação de riquezas do centro sobre a periferia só foi possível através da emergência de hierarquias locais - dominação de classe - que intermediou/intermedia as relações econômicas e cria estruturas políticas, e se beneficia com as mesmas (WALLERSTEIN, 2010). Nesse sentido a busca dos portugueses por um outro caminho às Índias acaba estabelecendo uma conexão e estabelecendo uma nova realidade:

“Portanto, a revolução econômica na verdade é o resultado da articulação da economia africana com a economia europeia, na verdade é disso que estamos falando. As viagens dos portugueses forjam um vínculo e criam nova realidade: a realidade da economia mundial.” (GONÇALVES, 2018, p. 80)

Logo, esse processo - válido ressaltar, lento - levou a reorganização da produção voltada agora para os mercados da economia-mundo, além de atender com produção a baixo custo. No que tange ao território que hoje se encontram os PALOP, esses assumiram diferentes funções: tanto a Angola quanto a Guiné-Bissau despertaram o interesse dos colonizadores para a comercialização de escravos com a população nativa; já Moçambique foi importante entreposto comercial, além da exploração de ouro, cobre e marfim; Cabo Verde também teve destaque enquanto entreposto comercial, principalmente devido a sua posição estratégica entre África, Europa e América; diferentemente em São Tomé e Príncipe, enquanto colônia foi implantada a monocultura do açúcar.

Certamente a abolição do tráfico negreiro afetou esses países, cada qual a seu modo, e mais uma vez os interesses da economia-mundo se sobrepõem aos demais. Conforme o tráfico negreiro ia caindo na ilegalidade, o comércio de matérias-primas voltadas a produção e consumo dos países industrializados crescia. Em São Tomé e Príncipe foi estabelecida uma economia de plantação voltada para o cacau e café, provocando um movimento de "segunda colonização". Em Cabo Verde, a agricultura de pequenos produtores era voltada para sua subsistência, porém continuou geograficamente estratégico, ainda mais com a instalação da estação de carvão voltado ao abastecimento de navios. Para mais, pôs-se em curso o movimento de emigração cabo-verdiana voltado principalmente para os EUA (SEIBERT, 2014). Na Guiné-Bissau, foi intensificado o processo de conquista territorial, resultando em confrontos com as populações locais (AUGEL, 2007). Já em Angola, os esforços estavam voltados para uma economia de exportação da borracha. Em Moçambique, o tráfico negreiro ilícito permaneceu operante até o início do século XX.

Nas décadas de 1950 e 1960, o continente africano foi atingido pela noção do Renascimento Africano e pelos movimentos de independência. Tal noção assume um novo olhar para o continente, influenciando sobretudo os projetos de dentro para fora, em um processo dos africanos assumirem o controle de suas narrativas. Conseqüentemente, as lutas por independência tinham em comum ideal de autonomia, o qual os colocava enquanto atores centrais nessa reformulação (SARAIVA, 2015). Para isso, destaca-se a importância das pesquisas e estudos realizados pelas ciências humanas por autores africanos, o que permitiu revelar o continente africano enquanto cerne da civilização. Na segunda metade do século XX, com a multiplicação das universidades no continente, tal pensamento sofre uma ruptura importante para a profissionalização dos estudos sobre as Áfricas. Assim, ainda que em um primeiro momento, grande parte dos historiadores viessem de universidades não-africanas, logo surgiram historiadores e pesquisadores propriamente africanos (FAGE, 2010). Esse momento é crucial para as transformações no tratamento para com o continente africano, que por sua vez está inserido em um contexto de transformação no Sistema-Mundo.

O debate sobre as transições da configuração do sistema internacional não é recente. Autores como Kurz (1992), Wilhelmy (1988), Agnew (2008) discutem sobre os novos conflitos enfrentados pelo capitalismo em um contexto de emergência de um cenário multilateral. Como efeito, desde o fim da Segunda Guerra assistia-se, no Ocidente, a uma concatenação de transformações políticas, econômicas e sociais, que culminaram no fim da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim e com o Colapso do Socialismo da União Soviética e na Europa de Leste. O Bloco Ocidental pressionava nesta altura a retirada da presença colonial em África e via a democracia como o fim natural na transição para a auto-governança. Neste sentido, a democratização na África colonial foi também favorecida pela abertura de um espaço de discussão política que desafiava as forças imperiais.

A década de 1970, nesse sentido, possui devida relevância ao despontar as contradições inerentes ao capitalismo que prosseguiram nas décadas subsequentes. Os impactos da crise do petróleo, rompimento do padrão dólar-ouro atingiram os âmbitos social, econômico e político com intensas transformações e reconfigurações nas formas de se relacionar. Pode-se inferir ainda uma substituição no paradigma a partir da queda do muro de Berlim, dessa forma se durante a Guerra Fria havia uma divisão entre os blocos socialista e capitalista, o cenário que se tem é de uma separação entre Norte e Sul, contendo relação entre centro, periferia e semi-periferia.

As características presentes nessa nova fase – aceleração de fluxos de capital, informações e produtos – corroboram ainda mais na revelação das contradições do sistema

vigente. Ora, se há a promoção de acumulação e mobilização de capitais, alto nível tecnológico, tendendo a organização de um “território-mundo” (HAESBAERT e PORTOGONÇALVES, 2006, p. 38), o que se percebe é que as “liberdades” e proveitos divulgados por esse sistema não são usufruídos por todos. Em contraponto, há cada vez mais o aprofundamento de desigualdades – desde o acesso à informação à coibição da circulação de pessoas – e aumento do desemprego, que se mostram necessários à realização do capital. Durante esse processo, os EUA passaram de uma potência que remodelou o sistema internacional, liderando a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com instituições como o FMI e o Banco Mundial, a uma hegemonia abalada mediante o fracasso da Guerra do Vietnã. Os componentes e seus impactos no cenário internacional permitiram aos países periféricos buscar por alternativas dentre as vulnerabilidades presentes. Com isso há uma alteração na concentração do poder, assim há a emergência de novos pontos o exercendo e atuando em diferentes escalas.

Ainda assim, a expansão econômica se dá de maneira constante, porém produz resultados que não são redistribuídos de forma equilibrada (WALLERSTEIN, 2002). Sua organização ocorre de forma hierárquica na qual os objetos não são independentes uns dos outros - sendo assim não podem ser dissociados -, garantindo assim a exploração de um grupo sobre o outro. Isto significa que mesmo com o enfraquecimento dos EUA, os países periféricos do continente africano permaneceram dependentes das remessas provenientes do centro. Ou seja:

"Os fortes não apenas sobrevivem; eles frequentemente prosperam. Para as periferias, portanto, uma recessão na economia-mundo ocasiona tanto involução quanto evolução; tanto um aparente declínio na monetarização da atividade econômica quanto o surgimento de novos empreendimentos; abandono e reestruturação ou realocação; tanto um declínio em seu papel especializado na economia-mundo quanto um aprofundamento dele."<sup>6</sup> (WALLERSTEIN, 2011b, p. 129, tradução nossa)

Dessa forma, tais países continuam a concentrar formas de trabalho menos qualificadas, produtivas e lucrativas, ou seja, o grau de desenvolvimento das suas forças produtivas está diretamente relacionado ao seu posicionamento na hierarquia do Sistema-Mundo. Sobre isso, entende-se que o desenvolvimento está além das forças e esforços endógenos de um país, deve-se levar em conta a dinâmica e interesses externos nos

---

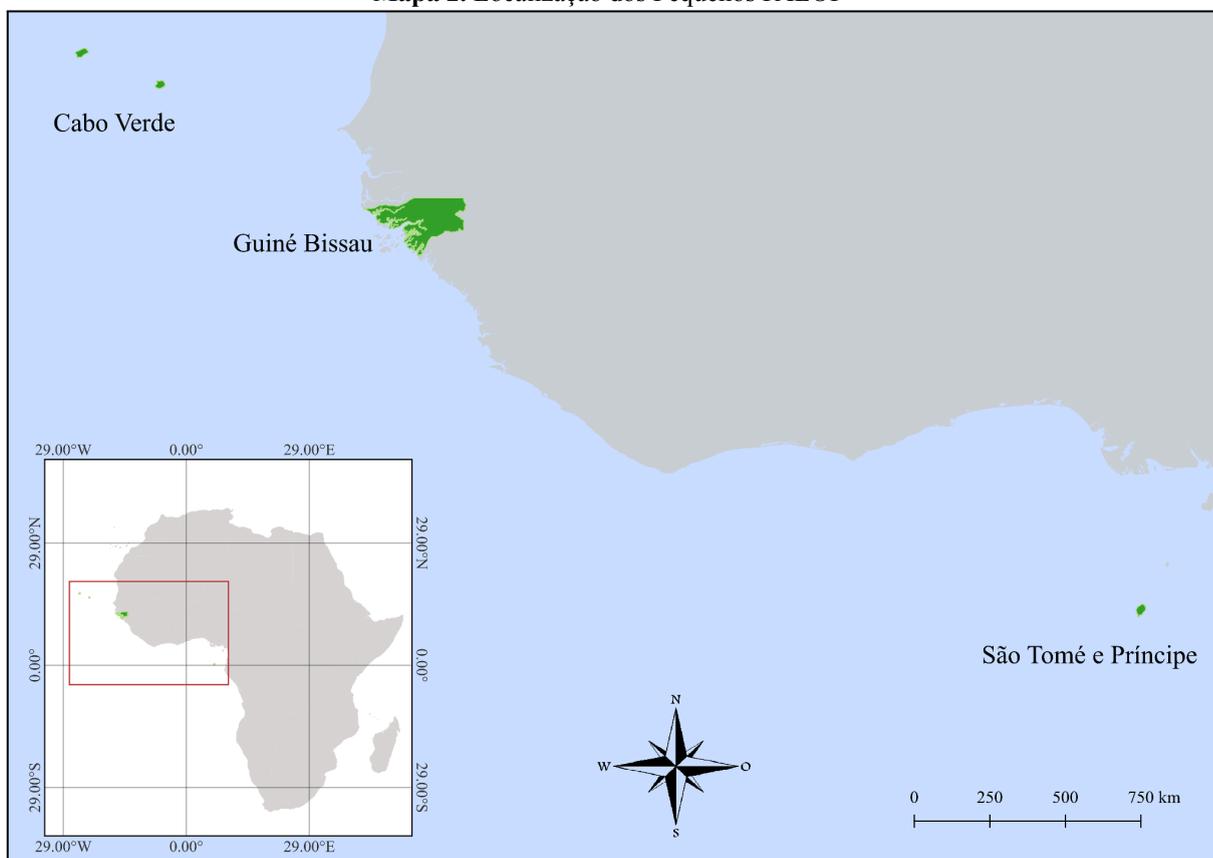
<sup>6</sup> No original: "The strong not only survive; they frequently thrive. For the peripheries, therefore, a downturn in the world-economy occasions both involution and evolution; both a seeming decline in the monetarization of economic activity and the emergence of new enterprises; both abandonment and restructuring or relocation; both a decline in their specialized role in the world-economy and a deepening of it."

quais agem não somente países e entidades governamentais - o que será abordado no próximo tópico.

### 1.3 Cooperação e Ajuda Humanitária: Os desafios do desenvolvimento para pequenas economias da África

O conceito de desenvolvimento carrega um debate bastante extenso no meio acadêmico, porém o entendimento que mais se destaca sobre este acaba o vinculando diretamente com o crescimento econômico. Isso por si só gera uma série de controvérsias principalmente por essa noção acentuar a acumulação de capital, sem se preocupar em como este irá ser distribuído. Ao transpor esse pensamento a realidade dos países, isto afeta no emprego dos ganhos em benefício e melhoria da qualidade de vida da população. De todo modo, não cabe aqui analisar as diferentes conceituações de desenvolvimento, porém cabe analisar como uma concepção ocidental predominante afeta as relações do Sistema-Mundo e por conseguinte o progresso de pequenas economias, ainda mais tendo como objeto de estudo os Pequenos PALOP (Mapa 2).

**Mapa 2.** Localização dos Pequenos PALOP



Fonte: Elaboração própria.

A cooperação se atrela a esse conceito enquanto um campo político da articulação entre os Estados os quais, ainda com suas divergências e diferenças, compartilham valores e sobretudo uma agenda em comum (VISENTINI, 2014). Nesse contexto insere-se a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), abrangendo a cooperação em suas diversas modalidades (Norte-Sul, Sul-Sul, multilateral, técnica, entre outras), bem como agências voltadas especificamente a essa temática, tanto internacionais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e as agências nacionais.

A Segunda Guerra Mundial é um marco dentro deste debate, pois mesmo que o conflito armado tenha ocorrido em sua grande parte na Europa, ele envolveu países dos diferentes pontos do globo terrestre, fortalecendo a crescente integração econômica. Para mais, seu fim marca o período dos primeiros passos rumo à institucionalização da CID, visando o impulsionamento do desenvolvimento dos países em processo de descolonização e a reconstrução dos países assolados pela guerra. Dessa forma, a emergência dos EUA enquanto uma potência político-econômica não é um ponto isolado nessa conjuntura. O Acordo de Bretton Woods é um importante símbolo para a institucionalização da CID, pois visando a reconstrução dos países e promover uma estabilidade econômica, estruturou o que viria a ser o Banco Mundial e inaugurou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com os recordes produtivos estadunidenses, os EUA desempenharam uma liderança com o intuito de estabelecer equilíbrio monetário, foi estabelecido o padrão ouro-dólar. Com isso, sendo também o principal credor do FMI, assumiu o controle para ditar as medidas - liberais - a serem seguidas pelos demais países que recorriam ao fundo (SIMON, 2010).

Ainda assim, não há como afastar os interesses internos das práticas e discursos da cooperação, que por sua vez foi e é utilizada como importante estratégia geopolítica. No caso dos EUA, sua rivalidade com a União Soviética no contexto da Guerra Fria fez com que ele desenvolvesse artifícios para impedir o avanço comunista. Nesse sentido, a Europa acabou se tornando uma região central para o Plano Marshall. Este consistia na concessão de empréstimos, por outro lado, os países europeus deveriam viabilizar os investimentos estadunidenses na região. Com isso, os EUA a partir dessa ação conseguiu aumentar seu poderio político e consolidar o capitalismo enquanto modelo a ser seguido baseado na propagação de seus valores e oferta de ajuda. Dessa forma, a cooperação passa a ser uma importante ferramenta da política externa:

"Graças à institucionalização de seus processos e regras, passou-se de uma lógica pontual de ajuda conjuntural a nações em situação de emergência a uma dinâmica cada vez mais permanente de transformação das estruturas produtivas,

administrativas, sociais e culturais das sociedades beneficiárias dos financiamentos e dos projetos econômicos de infraestrutura, sociais, educacionais, técnicos etc."(VISENTINI, 2014, p. 38)

Contudo, os movimentos de insatisfação com as promessas não cumpridas da CID começam a despontar. A década de 1970 se torna ímpar para compreender a transformação que estava em curso e a necessidade de se repensar o capitalismo. O enfrentamento da Crise do Petróleo e o rompimento da conversibilidade do dólar em ouro estabelecido em Bretton Woods atingiu os EUA de maneira que revelasse a instabilidade e a tendência de alta da inflação. Uma vez que a potência hegemônica mundial passava por um déficit no comércio e depreciação em sua moeda, a crise da produção norte-americana e por conseguinte seu declínio, somado ainda à recuperação ímpar dos países da Europa e Japão, permitiu que de aliados se transformassem em concorrentes. Por sua vez, tal perda de prestígio dos EUA acabou favorecendo a periferia de modo que:

"De fato, ao longo dos anos 70, muitos países do Terceiro (e Segundo) Mundo foram beneficiados pelo aumento de preços dos recursos naturais (petróleo, em particular) e/ou pela oferta abundante de crédito e investimento em condições altamente favoráveis, geradas pela intensificação da competição entre países do norte (Arrighi 2002)." (ARRIGHI, 2007, p.1)

Visando reverter esse cenário, os EUA acabam depositando no neoliberalismo a crença de conseguir recuperar seu poder e prestígio, redirecionando o capital para dentro de seu território (ARRIGHI, 2007). Como resultado dessa política, tem-se o endividamento norte-americano e a derrota da URSS na Guerra Fria. Nesse sentido, a crença no neoliberalismo acaba se espraiando para além dos EUA, atingindo principalmente os países da periferia.

Nesse contexto, os países da periferia encontram-se em uma espécie de corrida contra o tempo para se desenvolverem, sendo considerados "subdesenvolvidos". Teóricos da dependência sustentam que o subdesenvolvimento seria resultado da divisão do trabalho da economia-mundo, o que impossibilita esses países a alcançar o nível de desenvolvimento dos países centrais, ainda mais considerando o momento em que os primeiros alcançam independência - momento em que a economia-mundo já se encontra estruturada. Dessa forma, há uma noção de que os países considerados "desenvolvidos" deveriam servir de modelo a ser replicado. A criação desse modelo de caráter supostamente universal conta principalmente com a abertura econômica a investimentos, especialização produtiva, visando, é claro, a prosperidade econômica.

A influência do neoliberalismo para estabelecer os parâmetros e metas a serem atingidos pelos países da periferia recai no conjunto de matrizes ideológicas que compõem sua teoria, a construção de um vocabulário que consegue ser maleável e encaixado em diferentes realidades, o que acaba atraindo as economias da periferia (HARVEY, 2008). Assim, a noção como competitividade de mercado (vista como saudável e que estimula a busca por melhora), liberdade, empreendedorismo, e até mesmo um novo sentido ao papel do governo (enquanto um organizador da arena econômica, fornecedor da estrutura monetária), acabam deixando abandonadas ideias como igualdade e justiça social. Mesmo com a provocação do domínio das finanças sobre outras áreas, sua prática resulta em algo bem diferente desse otimismo teórico.

Dentro desse contexto de desigualdade, cresce cada vez mais o sentimento de buscar alternativas a esse modelo. Nesse sentido, é válido abrir um parêntese de forma a melhor contextualizar tal impacto. A expressão "Terceiro Mundo" designada a se referir a países do continente africano, da América Latina e Ásia (que compõe também a periferia e semiperiferia) tem em sua origem a referência ao Terceiro Estado da sociedade francesa que em 1789 realizou uma revolução e pôs fim a sociedade de privilégios na França. Dessa forma, ao utilizar essa expressão idealizava-se que seria uma revolução chefiada por esses países que estabeleceria uma nova ordem mundial.

Ainda que haja importantes movimentos que se orientem a essa revolução, percebe-se que essa ideia ainda está muito distante da realidade, contudo, não se pode desvalorizar os esforços e conquistas que situam os países do Terceiro Mundo no centro dessas realizações. Dentre algumas realizações encontram-se a crescente articulação desses países no que tange a ações voltadas à cooperação entre si. Pode-se considerar a Conferência de Bandung, realizada em 1955, como um marco nessa articulação entre os países do Terceiro Mundo. De mesma importância é a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), realizada em Buenos Aires em 1978, pois frente aos impactos do modelo de cooperação Norte-Sul e enfatizou a crescente necessidade dos países em desenvolvimento em estabelecer sua própria agenda e novas formas de cooperação. A partir desta conferência derivou o que hoje é conhecido como Cooperação Sul-Sul, na qual é percebida a partir do protagonismo de países emergentes (como Brasil, China, Índia, Turquia), no lugar das tradicionais potências europeias e norte-americanas. Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul caracteriza essa aproximação e a tomada de poder por parte desses países, impactando a dinâmica das relações internacionais ao se apresentar como alternativa às relações tradicionais entre Norte-Sul (ROCHA, 2019).

Assim, o continente africano encontrou-se no centro de uma corrida geopolítica, representando a última fronteira com recursos disponíveis. Dessa forma, aumenta-se o fluxo de investimentos, de comércio e cooperação, aproximando a periferia e semi-periferia (VISENTINI, 2014). Nesse sentido, o interesse em garantir a soberania dos Estados os aproximam em processos de integração regional os quais se referem à “integração nacional, o fortalecimento do Estado e da cidadania, e um Estado forte que impeça a fragmentação territorial ao apoiar-se numa sociedade civil forte criando contrapoderes” (HUGON, 2009, p. 125). Nesses processos identifica-se diferentes projetos desde cooperação à integração de mercados, contudo as disparidades de ordem estrutural (sobretudo econômica) acabam comprometendo a efetividade de seu desenvolvimento. Assim, como afirma Tim Murithi (2009, p.1, tradução nossa), “a integração continental africana ainda não é uma realidade concreta, e permanece como uma promessa a ser cumprida.”<sup>7</sup>

Em contrapartida, verifica-se os Estados com economias pouco diversificadas, e por conseguinte, com maior dificuldade de participar ativamente dos processos de integração regional, ficam dependentes da ajuda ao desenvolvimento, formas de relação vertical. Dentre seus riscos encontram-se o desvio do emprego do capital na finalidade destinada, o embate entre as agendas nacionais anunciadas e os planos de intervenção da ajuda (ou seja, embate entre os diferentes níveis de poder: local, nacional e internacional). Para mais autores como Bond (2006), Mutithi (2009), Amin (2009) e Abbas e Ndeda (2009) discutem sobre a contribuição da ajuda para o desenvolvimento na manutenção das relações de poder através da coerção sob a lógica do neocolonialismo. Assim, ainda que a fachada apresente preocupação, a ajuda acaba sendo instrumento de manipulação o qual mantém o controle para o crescimento (acumulação) dos doadores, e por outro lado o subdesenvolvimento (BOND, 2006). Isto fica perceptível a partir das assimetrias presentes nas condicionalidades postas direta e indiretamente pelos doadores. (AMIN, 2009).

Por conseguinte, os efeitos dessa dependência estão diretamente relacionados a autonomia governamental e a fragilidade das instituições nacionais frente aos interesses e agenda dos doadores. Logo, “a realidade é que, em muitos casos, o desenvolvimento é mais um produto de interesses próprios do que de um compromisso moral genuíno”<sup>8</sup> (MURITHI, 2009, p. 5, tradução nossa).

---

<sup>7</sup> No original: “African continental integration is not yet a concrete reality, and it remains a promise to be fulfilled.”

<sup>8</sup> No original: “The reality is that, in many instances, development is more a product of self-interests rather than genuine moral commitment.”

Nesse contexto, há a necessidade de se repensar o desenvolvimento para além dos indicadores econômicos, incluindo dimensões sobretudo sociais, uma vez que:

“O 'desenvolvimento' é um processo holístico que implica a definição dos seus objetivos políticos e a suas articulações como a democratização da sociedade e a emancipação dos indivíduos, a afirmação da 'nação' bem como o poder e autonomia destes no sistema global.”<sup>9</sup> (AMIN, 2009, p. 59, tradução nossa)

O alcance de tais objetivos não faz parte de um longo processo o qual não pode ser determinado a partir de um modelo pronto e replicado. O desafio presente na discussão feita recai no repensar alternativas à noção de desenvolvimento predominante, a qual não leva em consideração as particularidades e dificuldades das causas nacionais. Isto significa colocar como prioridade as demandas nacionais internas e das classes populares, no lugar do mercado global. Nesse sentido, tanto a cooperação quanto a ajuda são bem-vindas, principalmente para as pequenas economias, contudo há de se revisar suas atuais formas de atuação, afastando as concepções de dominação e espoliação.

---

<sup>9</sup> No original: “Development' is a holistic process that implies the definition of its political objectives and their articulation such as the democratisation of society and the emancipation of individuals, affirmation of the 'nation' as well as power and autonomy of these in the global system.”

## **CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS PEQUENOS PALOP E SUAS CARACTERÍSTICAS: ESTRATÉGIAS NO SISTEMA-MUNDO PERIFÉRICO**

Frente às questões abordadas anteriormente, o presente capítulo propõe uma investigação acerca das particularidades dos Pequenos PALOP a partir do conceito de formação econômica e social proposto por Milton Santos. Como respaldo, a análise conta com o levantamento de dados sobre comércio exterior e investimento direto estrangeiro, disponibilizados pelos Institutos de Estatística de cada país.

### **2.1 Formação Econômica e Social Nos Pequenos PALOP**

O estudo sobre a inserção dos Pequenos no PALOP no Sistema-Mundo abrange uma gama de recortes a serem explorados. A escolha da sua interpretação a partir da categoria de Formação Econômica e Social (F.E.S.) proposta por Milton Santos (1977) se mostrou propícia pelo entendimento das transformações que cada um desses países passou, e como as dinâmicas sociais e sua evolução ao longo da história registraram sua marca no espaço. Marcas essas que são perceptíveis e primordiais na compreensão do contexto atual desses países.

Ainda que tal categoria tenha sido elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, na década de 1970 seu debate foi reacendido. Milton Santos contribuiu na sua conceituação ao agregar a F.E.S a noção de espaço. A obra de Milton Santos enriqueceu tal debate profundamente, principalmente ao levar em consideração o contexto histórico de formação de um território (entendido como espaço geográfico usado), possibilitando o entendimento dos modos de produção, características econômicas, políticas e sociais atuais. Assim, o espaço é produzido pelo ser através de seu trabalho de forma ininterrupta, dessa forma vai além de uma noção absoluta que o considera como uma métrica, distância. Assim, entende-se que o espaço se transforma no decorrer do tempo histórico, acompanhando a mutabilidade das relações (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, são deixados registros, materializações no espaço a partir da aplicação de técnicas por parte da sociedade. Logo, a sociedade ao forjar o aparato técnico, forja também o espaço, e por isso não há espaços com os mesmos atributos, porque a técnica os diferencia enquanto forma, tempo, percepção. O tempo acaba sendo materializado no espaço, e o espaço, por sua vez, acaba acumulando tempos. Dessa forma, cada grupo social terá uma

vivência e momentos de ruptura diferentes de outros grupos. A F.E.S. recai justamente nessas singularidades. Para Milton Santos,

“O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. [...] É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 1977, p. 84)

Assim, a F.E.S. leva em consideração as particularidades de cada país, os marcos e indicações de novas tendências - tanto as transformações no tempo histórico junto às relações que se estabelecem e ressignificam, quanto os modelos e estruturas remanescentes. Sobretudo, a F.E.S. se relaciona com o concreto, o que está realizado, e como o espaço possui um papel importante na sua evolução.

Com este panorama apresentado e a noção de F.E.S., a pesquisa sobre os Pequenos PALOP consegue apontar o quanto as características do seu passado enquanto colônia ainda permanecem. Cada país recorre a estratégias e reagem ao contexto em que estão inseridos diferentemente.

O cenário de crise generalizada do sistema capitalista, uma de suas condições é o deslocamento para “territórios mais fracos” (BOND, 2007, p. 12). Sendo assim, a onda de projetos e metas, de ajuste estrutural para os países recém-independentes incluem medidas e restrições visando o adequamento a uma “estabilidade macroeconômica”, mas, que permeados pelo neoliberalismo, levam a instabilidade econômica e política desses países. De forma a exemplificar tem-se o NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) cujos objetivos vão de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ONU. Nesse sentido possui como principais objetivos:

- “a) Erradicar a pobreza;
- b) Colocar os países africanos, tanto individual como colectivamente, num caminho de crescimento e desenvolvimento sustentáveis;
- c) Deter a marginalização de África no processo de globalização e melhorar a sua integração plena e benéfica na economia global;
- d) Acelerar o empoderamento das mulheres”<sup>10</sup> (UNION, 2001).

---

<sup>10</sup> No original: "a) To eradicate poverty;

b) To place African countries, both individually and collectively, on a path of sustainable growth and development;

c) To halt the marginalisation of Africa in the globalisation process and enhance its full and beneficial integration into the global economy;

d) To accelerate the empowerment of women”

Contudo, a adoção de uma estratégia com ideal neoliberal acabou focando muito mais na integração à economia global, e não na forma como essa integração se dá. Logo, ao contribuir para atração de Investimento Externo Direto e fluxos de ajuda e cooperação, a parceria também contribui para a permanência periférica no Sistema-Mundo. Assim, percebe-se que as formas de atuação e relação ainda estão atravessadas pela colonização, contudo são formas mais elaboradas que perpetuam relações de dominação e subordinação.

Sobre isso, Tim Murithi (2009) discute como os modelos de ajuda replicados no continente africano acabam contribuindo para permanência do subdesenvolvimento no continente. Assim, o autor afirma:

“A realidade na África é que a ajuda é, em grande medida, sinónimo de tráfico de influência, que é, na verdade, uma forma oculta de manipulação, controle e coerção - ou colonização. A colonização da ajuda é portanto a utilização premeditada da ajuda para manipular, controlar e coagir o destinatário a cumprir a agenda do doador.” (2009, p. 3, tradução nossa)<sup>11</sup>

Com isso, sob o princípio de ajuda encontra-se o poder fluindo nessa aproximação através da manipulação, do controle e da coerção. Que as relações presentes no Sistema-Mundo estão invadidas de poder, isso já se infere, afinal “o poder é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Contudo, é importante identificar as artimanhas, estratégias e principalmente os fluxos utilizados em prol do seu exercício. A sua intencionalidade é revelada a partir da dominação do homem, do território e dos recursos. No estudo sobre os Pequenos PALOP percebe-se que essa dominação não está somente atrelada ao acesso a recursos, mas também a manutenção e assegurar a sua permanência na DIT. Isto significa que o resultado desse processo desencadeia um reflexo no território, seja no uso ou nas marcas materializadas nele. Assim, nele é revelado as disputas de poder internas e externas, sobre seu uso e organização. O território é o elemento do horizonte espacial presente nesse debate, uma vez que as transformações, assimilações e diferenciação possuem uma base territorial. Santos (1977, p. 87) afirma que:

“Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.”

---

<sup>11</sup> No original: “The reality in Africa is that aid to a large extent is synonymous with influence peddling, which is in effect a hidden form of manipulation, control and coercion - or colonization. Aid colonization is therefore the premeditated utilization of aid to manipulate, control and coerce the recipient into fulfilling the donor's agenda.” (2009, p. 3)

Os Pequenos PALOP não fogem a esse debate. As marcas de seu passado ressoam no presente, sobretudo ao interpretarmos seu posicionamento na divisão internacional do trabalho – no caso tida como divisão territorial do trabalho. Os cinco séculos sob domínio colonial português deixou nesses países registros em diferentes aspectos. No sentido cultural, a língua portuguesa acabou sobressaindo a diversidade linguística dos povos originários. No econômico, ainda que esses países busquem por alternativas para seu desenvolvimento, novas parcerias e relações que auxiliem a atingir sua autonomia - lembrando que a independência desses países datam na década de 1970 -, percebe-se que sua condição permanece sob uma nova conceituação proveniente da globalização. Se antes estava sob uma condição de colonizado, se relacionando com seu colonizador; na atualidade está sob condição de periferia, associado ao centro do Sistema-Mundo. Assim,

“A consolidação da periferia desse sistema significou que extensas porções do planeta passaram a ter grande parte de suas economias (bem como de seus espaços e de suas sociedades) organizadas em função de interesses externos às suas fronteiras.” (SANTOS, 2021, p. 42)

No que se refere ao caso dos Pequenos PALOP, o desenvolvimento requer que esses países busquem alternativas de forma a aproveitar suas características que poderiam ser um entrave como suas limitações físicas, de recurso e extensão territorial. Frente a esses atributos, a atuação e desenvolvimento de sua política externa tornou-se fundamental para sua articulação com o sistema internacional ao privilegiar a diplomacia:

“A Diplomacia é o conjunto de interações internacionais de natureza pacífica, conduzidas por agentes oficiais de estados e organizações intergovernamentais. Através de processos diplomáticos, os Estados e as organizações intergovernamentais informam-se mutuamente, mantêm comunicações e realizam negociações destinadas a promover os seus objetivos e interesses externos.”<sup>12</sup> (WILHEMY, 1988, p. 230)

Dessa forma, a diplomacia é indispensável para compreender as colocações no sistema internacional atualmente, pois ao adotar um posicionamento neutro - sobretudo de não-intervenção em questões internas de outros países -, sua credibilidade amplia de forma a atrair investimentos e obter empréstimos. Entretanto, o entendimento que se tem sobre o desenvolvimento está atrelado a sua face econômica - aumento da capacidade produtiva, aumento do PIB -, e para atingi-lo tais países ficam a mercê de empréstimos, tendo que adotar

---

<sup>12</sup> No original: "La diplomacia es el conjunto de interacciones internacionales de carácter pacífico, conducidas por agentes oficiales de los estados y de organizaciones intergubernamentales. Por medio de los procesos diplomáticos, los estados y organizaciones intergubernamentales se informan, mantienen comunicaciones y realizan negociaciones tendientes a promover sus objetivos e intereses externos."

medidas de reajuste de forma a atender a cartilha posta pelos detentores de capital, como mencionado.

A partir desse panorama, os próximos tópicos buscam (1) traçar um breve histórico político desses países e (2) analisar os principais dados econômicos dos mesmos. Com isso, o estudo é viabilizado de forma a conseguir identificar as principais estratégias adotadas e os caminhos utilizados para a integração ao Sistema-Mundo.

## **2.2 Características Políticas dos Pequenos PALOP**

### **2.2.1 Do projeto binacional à duas nações divergentes**

A história de Cabo Verde e Guiné Bissau estiveram interligadas não apenas pela colonização portuguesa, mas o seu processo de independência esteve atado a partir de um partido binacional, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Contudo, o rompimento do partido implicou na bifurcação na direção desses dois países

Cabo Verde é um país localizado na costa ocidental do continente africano constituído por 10 ilhas e 5 ilhéus principais. Sua localização no Atlântico Sul permitiu com que se estabelecesse enquanto um ponto de interseção entre os continentes europeu, americano e africano. É atribuída a António da Noli e Diogo Afonso a sua descoberta e o início de sua ocupação em 1462 na Ilha de Santiago<sup>13</sup> – sendo dividida em duas capitânicas. Assim, o interesse em sua posição estratégica para as rotas ultramarinas permitiu o processo de povoamento através da concessão de privilégios (sobretudo incentivos comerciais) de forma a atrair colonos (BRITO e SEMEDO, 1995). Ainda assim, internamente aplicava-se a pastagem e a exportação de pele (sendo a posse das terras destinadas aos colonos portugueses), porém sua economia era dependente de recursos externos. Dessa forma, foi necessário levar pessoas da costa vizinha para o trabalho nas terras. Sendo um ponto de interseção de rotas marítimas, o fluxo de pessoas de diferentes lugares permitiu o contato com diferentes costumes e culturas, o que influenciou também aqueles que residiam nas ilhas. Dessa forma, a constituição de seu povoamento pode ser posta em três principais grupos: africanos livres, africanos escravizados e europeus (COSTA, 2018).

Contudo, a presença europeia em Cabo Verde sofreu uma queda no século XVII com a Crise Geral que assolou a Europa em transição da economia feudalista para a economia

---

<sup>13</sup> Autores como Brito e Semedo (1995), Madeira (2015) manifestam a possibilidade de ter comunidade instaurada antes da chegada dos portugueses. Os Jalofos seriam uma comunidade que teria fugido do continente e se instalado na ilha.

capitalista. Com a “fuga dos homens brancos e da moeda” (BRITO e SEMEDO, 1995, p. 75), as funções administrativas eram assumidas pelos mulatos.

Por outro lado, ainda que possua localização oceânica, seu clima tropical característico é seco (árido e semiárido), apresentando chuvas irregulares e concentradas, o que acaba influenciando economicamente a partir do condicionamento da agricultura (BRITO e SEMEDO, 1995). Tais fatores contribuíram para a situação de pobreza e crises de fomes que sucediam nas ilhas. Com essa situação, muitos residentes emigraram (a princípio para a América do Norte devido a oportunidade de contratação em navios baleeiros), compondo uma comunidade da diáspora que prosseguiu ao longo dos anos.

No século XX, a emigração de cabo-verdianos para Lisboa e outras capitais europeias ganha maior expressão, principalmente dentre a parcela intelectual nativa. Isto promoveu a renovação de conteúdos e técnicas que chegam ao território cabo-verdiano. Desse modo, desponta as bases do nacionalismo que confronta e denuncia a situação de abandono, pobreza e injustiça vivenciada nas colônias.

A formação da identidade de Cabo Verde possui então em sua gênese a característica de miscigenação, não se distanciando por completo do colonizador. Sua luta por independência é marcada pelo contexto português de isolamento, como aponta Ribeiro (2003, p. 20):

“O Estado Novo, instalado no poder na sequência do golpe militar de 1926, vai dar corpo político, social e económico ao movimento de regresso a um universo português ruralista e socialmente arcaico, determinando uma política nacionalista (apelativa da tradição, da história, do império, dos valores morais católicos, da ordem e da unidade nacional) e opondo-se a movimentos internacionais, o que justificava o afastamento sucessivo de Portugal dos centros europeus de decisão política.”

A tentativa de Portugal em contornar as premissas do Pacto internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, o qual garantia os direitos fundamentais dos indivíduos bem como a autodeterminação dos povos, ilustra esse afastamento aos movimentos internacionais. Assim, após a adoção da Carta das Nações Unidas, Portugal alterou o termo “colônia” por “província ultramarina” em sua constituição (AMADO, 2005). Tal situação foi agravada com a Guerra Colonial, considerada como “epicentro do abalo” (SECCO, 2004, p.8), – travada a fim de evitar a independência de suas colônias –, com os primeiros episódios despontando na década de 60 em Angola.

No que diz respeito à Guiné-Bissau, este é um país localizado na costa ocidental do continente africano, formado por uma porção continental e pelo arquipélago dos Bijagós. Em

seu território é encontrado uma grande diversidade étnica - contando com mais de 30 etnias -, aspecto esse que foi explorado pelos portugueses no processo de colonização. A organização desses grupos parte de um caráter comunitário, no qual seguiam uma linhagem patrilinear. Assim, embora sua ocupação tenha se deparado com resistências por parte dos diferentes grupos étnicos encontrados; por outro lado também foi estabelecido alianças com outros grupos, tal estratégia incentivava rivalidades e desconfiança entre eles.

A Guiné-Bissau foi uma das primeiras regiões africanas a ser explorada pelos portugueses. Tal processo teve início em 1446 com a chegada do navegador Álvaro Fernandes. A costa e as beiras de rios foram os principais locais na instauração de feitorias, uma vez que a princípio não havia interesse por parte dos portugueses em adentrar o território - apenas no final do século XIX, seu interior seria explorado -. É válido ressaltar que o seu nome tem origem na denominação que os portugueses atrelaram entre o território e seu produto comercial, Guiné significa "terra de pretos", o que ressalta o valor do tráfico de escravos para a colonização deste território.

No século XVII, mediante os impasses encontrados, como brigas internas, e tentativas de dominação do território por parte de outras nações, Portugal buscou implementar uma estrutura administrativa na, até então, Guiné Portuguesa a partir da criação de capitânias-mor (DJALÓ, 2006). Ainda assim, até 1879, a Guiné Portuguesa era atrelada a Cabo Verde administrativamente em um regime de província. Em 18 de março de 1879, com a publicação da Carta de Lei, a Guiné Portuguesa foi desanexada a Cabo Verde.

Como já mencionado, no final do século XIX o interior guineense entraria em pauta na exploração portuguesa. Tal interesse teve como principais fatores: (1) a proibição do tráfico de escravos e (2) a preocupação em evitar o avanço francês sobre o território da então Guiné Portuguesa. Com isso, após a Conferência de Berlim, os portugueses inclinaram-se na atividade agrícola para domínio do território. Durante muitos anos foi empregado o trabalho forçado e violenta opressão nos diferentes grupos étnicos presentes.

No pós-Segunda Guerra Mundial, na Guiné-Bissau era ensaiado uma forma de administração autônoma da colônia. O Governo de Sarmento Rodrigues, até então capitão-tenente, dispôs do conhecimento sobre o território e a população guineense para a expansão do seu aparelho administrativo, bem como para a implementação de reformas e novas alianças, na qual a agricultura foi o setor que mais recebeu interesse em sua ampliação.

Assim, durante os quase cinco séculos de colonização, foi negado aos grupos que já residiam direitos básicos, associado a propagação de uma ideologia na qual a cultura, valores e costumes dos colonizadores deveriam ser valorizados em detrimento das culturas dos grupos

colonizados - vide a adoção da língua do colonizador em detrimento das várias línguas até então faladas (DJALÓ, 2006). A Carta Orgânica da Província da Guiné, publicada em 1917, reflete essa imposição ao separar a população entre "indígenas" e "não-indígenas". Assim, o primeiro grupo, constituído pelos naturais da província, não possuía direitos enquanto cidadãos portugueses, para alcançar tal status teriam de cumprir os seguintes requisitos:

- 1.º Ter dado provas de dedicação pelos interesses da Nação Portuguesa;
- 2.º Saber ler e escrever ou pelo menos falar a língua portuguesa;
- 3.º Possuir os meios necessários à sua subsistência ou pelo menos serem capazes, pela sua actividade, de os obter;
- 4.º Ter bom comportamento atestado pela autoridade administrativa da área em que reside" (MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS, 1917)

Ao cumprir tais requisitos, o "indígena" recebia o cartão de cidadão português, podendo então usufruir de direitos políticos e civis. Contudo tal benefício poderia ser retirado mediante retorno aos costumes "indígenas" (LEITE, 2014). Tal política visava assimilar a população ao processo exploratório e de conquista territorial - e só foi extinta em 1961, ao considerar todos os habitantes como cidadãos portugueses -. Somente em 1936, Portugal conseguiu total domínio colonial sobre o território, o qual é representado pelo pagamento do imposto da palhota pelos habitantes da Guiné Portuguesa ao império português (LEITE, 2014). Fatores como trabalho forçado, pagamento de impostos e submissão a autoridades portuguesas, acumularam um sentimento de revolta durante os quase cinco séculos de colonização, até que teve o seu estopim na luta pela independência. Por mais que Portugal tentasse prender as estruturas de relação entre metrópole e colônia, se valendo de abordagens para além de opressão física, mas também de sua consciência e símbolos.

Na Guiné-Bissau, o massacre de Pindjiguiti em 1959 pode ser considerado como o gatilho para a luta pela independência. Durante uma greve organizada pelos trabalhadores do porto de Bissau na reivindicação por melhores salários, foram mortas 50 pessoas e aproximadamente uma centena ficou ferida pela repressão militar colonial. Uso excessivo da violência nesse caso, acabou por influenciar o movimento nacionalista e de independência para a luta armada, sendo considerado símbolo da unidade do povo guineense e sua resistência.

Assim, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, o movimento de libertação foi liderado por Amílcar Cabral (líder do PAIGC - movimento partidário binacional). Este cenário acabou mobilizando desvio do orçamento português para o seu combate, que por conseguinte agravou a crise política e social, culminando nos eventos do dia 25 de Abril de 1974, com a Revolução dos Cravos. Nela, oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) tomaram o poder, e

puseram fim ao regime ditatorial, bem como acarretou uma mudança na visão portuguesa enquanto um Império Colonial a “país criador de novas nações” (LOURENÇO, 1984, p. 26 apud RIBEIRO, 2003, p. 27).

Nesse contexto, o movimento de independência de Cabo Verde se deu em um campo plural de projetos políticos. Destacam-se o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) e União Democrática Cabo-verdiana (UDC). O primeiro detinha reconhecimento pela ONU como representantes legítimos de Cabo Verde, além do apoio do MFA e do PS (Partido Social Português – compôs o governo pós-Revolução dos Cravos) para a transição de poder (PEREIRA, 2013). A interlocução com Portugal somado ao apoio social levaram o PAIGC a assumir, assim os dirigentes da UPICV e UDC deixaram as ilhas antes mesmo do fim da negociação com Portugal, reaparecendo décadas mais tarde com seus ideais, influenciando novos partidos e organizações (FURTADO, 2016). Em 05 de Julho de 1975, foi publicado em seu primeiro Boletim a Proclamação da Independência de Cabo Verde com a Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE):

“Artigo 1º. A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente na nossa Sociedade.”

Assim houve a determinação do monopartidarismo, bem como as funções e a organização jurídico-política. Para além do fim do colonialismo, esperava-se que a independência permitisse o desenvolvimento de autonomia e cidadania, diferente do cenário marcado pela colonização.

Dois anos após a independência, instaura-se uma crise interna no PAIGC colocando em conflito duas alas: “trotskistas” (defendia um regime político pluralista) e “combatentes” (atuantes na direção do partido e do Governo). Embora o marxismo tenha sido a corrente predominante no partido, havia ideologias divergentes que foram postas em segundo plano em prol da luta pela libertação. Porém, com a inviabilização de contestações dentro e fora partido, muitos acabaram abandonando o partido, tendo os “combatentes” ganhado a disputa política interna.

Para mais, as divergências não se restringiram à ala cabo-verdiana, mas atingiu também a relação com os guineenses. Logo, mesmo com o falecimento de seu líder Amílcar Cabral em 1973, buscou-se manter um sentido de unidade política binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Contudo, os conflitos e desconfianças foram intensificados à

medida que Cabo Verde assumia uma posição mais favorável devido à formação superior de seus dirigentes e administradores – isso promoveu sua visibilidade dentro do partido e no exterior. Em novembro de 1980, a Guiné-Bissau sofreu um golpe de estado, visando o reajuste na luta pela libertação e pondo fim a união binacional (PEREIRA, 2013). Assim em janeiro de 1981, o PAIGC transformou-se em Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

A reivindicação pelo fim do regime monopartidário reuniu críticos do regime político vigente, grupo composto das comunidades cabo-verdianas presentes no exterior (principalmente em Portugal), sobretudo dos intelectuais que estudaram e se formaram no exterior, antigos militantes do PAIGC. A década de 80 foi marcada por ações e denúncias em contestação ao regime vigente em Cabo Verde. Com oposição crescente e o fraco desenvolvimento econômico, o regime adotou algumas reformas políticas de forma a tentar conter os movimentos.

Entretanto, na década de 90, as mudanças no cenário internacional em defesa da abertura não somente partidária, mas também econômica, pressionaram o regime cabo-verdiano que, com sua economia dependente de ajuda externa, não conseguiu outra saída a não ser iniciar a instalação de um regime político multipartidário. Assim, já nas eleições de 1990 houve adesão de outros partidos nas eleições legislativas. Em vista disso, os "trotskistas" reaparecem na cena política através do Movimento Para a Democracia (MPD), e mesmo com sua fundação meses antes das eleições, conseguiram derrubar o PAICV nas eleições.

Dentre os principais objetivos, encontrava-se a democratização e o desenvolvimento do país, para isso houve a elaboração de uma nova Constituição sob princípios de “soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos – art. 2º, ponto 1” (PEREIRA, 2013, p. 74). O projeto social cabo-verdiano, sobretudo a sua identidade nacional, foi uma questão central no panorama político interno. Não obstante, percebe-se uma ambiguidade em sua prática – um dilema entre aproximação e distanciamento – pois, se por um lado há uma vertente significativa no tocante emocional da população, há por outro lado, um apelo cultural ao ocidente (principalmente a Europa). Atualmente, Cabo Verde é uma democracia parlamentar tendo dois principais partidos, o PAICV e o MPD (Movimento para a Democracia- viés liberal e de direita), nas disputas eleitorais.

Após a luta entre guerrilheiros do PAIGC e as tropas portuguesas iniciada em 1963, a Proclamação da Independência da Guiné-Bissau ocorreu em 24 de Setembro de 1973, sendo

que apenas em 25 de Abril de 1974, Portugal a reconheceu oficialmente. Durante a construção do Estado guineense foi adotado o sistema de semipresidencialismo, no qual o Presidente e o Primeiro Ministro são eleitos por sufrágio universal. Contudo, a fragilidade do sistema político guineense pode ser vista nas seguidas tentativas de golpe de Estado. Após a morte de Amílcar Cabral, integrantes do partido acabaram assumindo uma posição autoritária, revelando também suas contradições políticas (SUCUMA, 2017).

Em 14 de Novembro de 1980, a partir de um golpe liderado por João Bernardo Vieira, Guiné-Bissau entra em um novo momento do seu projeto político. Este momento é caracterizado pela busca de acordos frente ao Banco Mundial e ao FMI, contudo a credibilidade do país era afetada pela ausência de uma democracia multipartidária (SUCUMA, 2017). Como forma de contornar seu cenário político, nos anos de 1983 e 1984 é lançado o Programa de Estabilização Econômica, com o intuito de alavancar seu crescimento econômica a partir da "estabilização econômico-financeira; reequilíbrio da economia e por fim o desenvolvimento econômico autônomo"(SUCUMA, 2017, p. 139). Porém tal programa não obteve o resultado esperado, então em 1986 e 1987 foi lançado o programa de Ajustamento Estrutural de forma a atender as condições do Banco Mundial e do FMI. Entretanto, o financiamento por essas agências foi suspenso, tendo a ausência de instituições guineenses consolidadas e má gestão como os principais fatores ao seu fracasso. Dentro desses planos fica visível as contradições existentes nessa fase embrionária do Estado da Guiné-Bissau, principalmente no contraste entre a estrutura política monopartidária autoritária e a proposta de economia de mercado (AMADO, 2005). Amado (2005, p. 125-126) afirma que a implementação de planos de reforma

“resultou que ambos os processos, liberalização econômica e posterior liberalização política, não tiveram na sua base uma escolha soberana do poder político, inversamente decorreram sob a égide de uma intensa pressão econômica internacional, derivada da necessidade premente de obtenção a curto prazo de novos recursos que permitissem satisfazer o serviço da própria dívida externa e evitar a criação de incontroláveis focos de descontentamento popular.”

A reforma no sistema político guineense desponta nas revisões constitucionais que ocorreram entre 1991 e 1993, tendo como produto as primeiras eleições presidenciais em 1994, contando com multipartidarismo. As revisões constitucionais continuam acontecendo de forma a completar o ciclo de estabelecimento do novo sistema jurídico que garante “igualdade no contexto das relações indivíduo-Estado” (AMADO, 2005, p. 130).

Mas a fragilidade do sistema democrático guineense é exposta nos consecutivos conflitos dentre guerra civil (ocorreu entre Junho de 1998 e Maio de 1999), golpes de Estado,

1 assassinato presidencial, e constantes repressões e violência com opositores ao Governo. Atualmente, seu sistema político é marcado pelas divergências herdadas de seu processo de independência, populismo e clientelismo, além de o Estado ser denunciado por ausência de sua presença principalmente nas localidades rurais. Porém, expectativas são renovadas com a última eleição legislativa que ocorreu em 04/06/2023, a partir da vitória da coligação PAI - Terra Banka. De acordo com Bubacar Turé (ativista dos direitos humanos) “o país espera um Governo competente, que não acomode os interesses de clientelas político-partidárias. Terá de ser composto por pessoas competentes, sérias e visionárias, comprometidas com o interesse nacional, para poder estar à altura de resolver os problemas críticos com que o país se depara.”<sup>14</sup>

### 2.2.2 Da conquista colonial à democracia neo-patrimonial são-tomense

São Tomé e Príncipe é o segundo menor país do continente africano, formado por duas ilhas principais e cerca de uma dezena de ilhéus, localizadas no Golfo da Guiné. A composição de sua população é marcada por três grupos: (1) crioulos nativos ou forros; (2) tongas - descendentes dos trabalhadores contratados e (3) angolares. Há uma discordância em relação à ocupação das ilhas antes da chegada dos portugueses. A teoria tradicional é que os angolares são descendentes de sobreviventes de um navio naufragado nos anos 40 do século XVI. Contudo, a partir de estudos linguísticos, surge uma nova hipótese de os angolares serem descendentes dos escravos fugidos das fazendas portuguesas - os cimarrones. Seu isolamento foi possibilitado pela dificuldade de locomoção pela topografia montanhosa e devido a floresta densa (SEIBERT, 2004). Tal hipótese acaba corroborando com a ausência de um grupo autóctone que habitaria as Ilhas antes da chegada dos portugueses.

A ocupação portuguesa teve início em 1470 na ilha de São Tomé, e em 1471 em Príncipe, porém seu povoamento efetivo teve início em 1493. Sua administração era feita a partir do sistema de capitania voltada para a monocultura de cana-de-açúcar, na qual era empregado a mão-de-obra escrava. Com a fuga dos escravos para a floresta densa, instaura-se uma “guerra do mato” a partir de 1530 que teve sua origem nos ataques às fazendas pelos grupos refugiados. Assim, há formação de expedições que visavam a recaptura e destruição

---

<sup>14</sup> DARAME, Braima. Eleições na Guiné-Bissau: “Queremos um Governo competente”. **Deutsche Welle (DW)**, 09 de Junho de 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-na-guin%C3%A9-bissau-queremos-um-governo-competente/a-65876224>>. Acesso em 25 de Agosto de 2023.

das bases dos escravos fugidos. Tal guerra perdurou até o final do século XVII devido à resistência e constante fuga dos escravizados (SEIBERT, 2004).

Por causa da baixa taxa de imigração, a difícil adaptação dos colonos portugueses às condições das ilhas e por conseguinte alta taxa de mortalidade entre os brancos, a coroa portuguesa acabou incentivando a política de mestiçagem/crioulização entre os colonos e as escravas. Esse processo acabou garantindo a posição de poder no que tange a organização social e econômica aos europeus, contudo mesmo sofrendo com a aculturação os grupos africanos mantiveram parte de suas crenças e culturas o que resultou no surgimento de três variações da língua crioula: forro, longa'ngola e pricipense (SEIBERT, 2015). Em razão do baixo número de colonos europeus, aos poucos os mestiços assumiram cargos tanto na administração das ilhas quanto postos eclesiásticos.

O surgimento da produção de cana-de-açúcar no Brasil promoveu o declínio de São Tomé enquanto principal produtor. Tal fator somado à “guerra do mato” enfraquecia o poder administrativo, o qual teve que lidar ainda com os ataques das companhias holandesas e francesas. Assim a plantação nas ilhas voltou-se para sua subsistência e abastecimento de navios negreiros, a partir do desaparecimento das *plantations* de cana-de-açúcar no século XVII.

Durante quase quatro séculos, os angolares conseguiram viver com uma certa autonomia, isolados ao sul de São Tomé, uma vez que suas atividades eram voltadas à pesca. Porém, na segunda metade do século XIX, desponta o interesse português em explorar o sul da ilha, visando a estabelecer plantações de cacau e café. Tal interesse inaugurou um momento de recolonização, uma vez que, após o declínio econômico da ilha, São Tomé foi dirigido pelos forros. De acordo com Seibert (2015, p. 108):

“Com a perda da relevância econômica do arquipélago, a presença de brancos tornou-se insignificante. Em 1758, de uma população total de 12.672 nas duas ilhas, havia 53 brancos (0,4%) e 8.880 escravos (70%), incluídos os para a reexportação. Geneticamente, a ausência do elemento branco e a mestiçagem interafricana resultaram numa reafricanização da elite crioula. Consequentemente, durante esse interregno, a categoria de mestiços praticamente desapareceu, diluindo-se na dos negros forros (Seibert, 2014).”

Uma das particularidades de São Tomé e Príncipe reside no fato da ausência de conflitos no início da recolonização. Os forros tiveram participação ativa na implementação das plantações de cacau e café, uma vez que detinham grande parte da posse de terras. Contudo, a volta dos portugueses acarretou na marginalização dos forros mediante a expropriação das terras, com isso ao final do século XIX 90% da posse de terras já estavam

sob domínio português (SEIBERT, 2015). No início do século XX, São Tomé tornou-se o principal produtor de cacau.

Em 1850, o movimento abolicionista ganha força em Portugal, porém em seu âmbito político e legislativo a preocupação recaía em amortecer o impacto aos proprietários e consequentemente, diminuir suas contestações. Assim, as leis portuguesas seguiram o modelo norte-americano, o qual protelava a libertação efetiva dos escravizados. Assim, na prática houve uma mudança no que tange a terminologia (escravo e liberto, servidão e tutela), porém a estrutura do trabalho permaneceu (MARQUES, 2010). Em 1875, é aprovada uma lei que previa a abolição da escravidão nas colônias portuguesas em 1876, frente a essa publicação surge manifestações em São Tomé que levou ao decreto da abolição imediata em 1875.

O início do século XX é marcado pela superação da população nativa pela população contratada (originada da Gabão, Angola e Cabo Verde) em números. Os contratados eram designados ao trabalho nas roças com condições de trabalho semelhante a escravidão, e contratos de cinco anos, podendo ser renovado. As disposições dos contratos não eram cumpridas, ou seja, os contratos eram renovados sem o consentimento do serviçal, castigos físicos continuaram sendo aplicados por um regime rígido de controle, além de sofrer ainda com a exclusão por parte da população crioula. Assim, a hierarquização social dispunha dos portugueses em seu centro, reassumindo os cargos políticos e administrativos e o domínio das roças; à sua margem os tongas, descendentes dos contratados; e em posição intermediária encontravam-se os forros, após a perda de seu poderio e a recusa em trabalhar nas roças. A maior parte dos forros eram analfabetos e trabalhavam em suas pequenas propriedades; já a elite crioula era escolarizada e visava a ascensão social, tal porção era composta por médicos, advogados, professores e comerciantes.

Tal hierarquia permaneceu inalterada até 1960, quando o cenário político internacional estava favorável à descolonização, e despontaram na Angola os primeiros movimentos de independência. Já nas ilhas de São Tomé e Príncipe, a campanha anti-colonial tem como símbolo a Guerra de Batepá. Datada em 3 de fevereiro de 1953, tal guerra teve como motivação a circulação de panfletos com conteúdo anti-colonial, expondo as miseráveis condições de trabalho nas roças. Como resposta, houve uma violenta repressão ao movimento gerando uma "caça ao preto", na qual mais de mil trabalhadores das roças foram capturados, torturados e mortos. As vítimas desse massacre viraram mártires da luta pela independência (VARELA, 1997).

A partir desse acontecimento, desponta a necessidade de organização para a libertação das ilhas, assim na década de 1960, surge no cenário político o CLSTP (Comitê de Libertação

de São Tomé e Príncipe). Com sua base localizada fora das ilhas, sua atuação ocorreu através da transmissão clandestina de rádio, incentivando a população a aderir ao movimento de libertação. As repressões tornaram-se cada vez mais violentas, ocasionando no exílio de são-tomenses (VARELA, 1997). Em 1972, o CLSTP alterou seu nome para Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) sob nova direção de Manuel Pinto da Costa, que viria a se tornar o primeiro presidente de São Tomé e Príncipe. A particularidade do movimento em São Tomé e Príncipe recai na falta de conhecimento por parte da população do movimento, ficando o reconhecimento do MLSTP restrito à elite local das ilhas (VARELA, 1997).

Com o enfraquecimento político de Portugal, frente ao golpe de Estado em 1974, o acesso a produtos externos por parte das ilhas foi afetado, bem como o preço dos produtos básicos. Tal situação provocou uma série de revoltas populares, chegando a paralisar a produção local. O MLSTP aproveitou esse momento para a divulgação do movimento nas ilhas, visando a busca pelo apoio popular através da Associação Cívica (AC - MLSTP). Foram meses de revoltas, até que a situação se tornou incontrolável mediante a recusa do exército local a reprimir a população.

Assim, em novembro de 1974, o MLSTP acabou sendo reconhecido por Portugal como o “único representante legítimo do povo são-tomense” (SEIBERT, 2015, p. 116), dando início ao governo de transição até a independência em julho de 1975, que inaugurou a Primeira República. Uma das primeiras ações do MLSTP foi oficializar o fim da segregação e discriminação entre os grupos que compunham a população são-tomense. Após a independência, a produção de cacau entrou em declínio, resultando no retorno de grande parte dos contratados a sua terra natal, principalmente entre os de origem cabo-verdiana. Na tentativa de contornar a falta de mão-de-obra, o governo aumentou o salário de forma a incentivar o trabalho nas roças, porém encontrou grande resistência por parte dos forros, resultando em uma crise econômica.

Dentro do partido da MLSTP, surgiram divergências quanto à conduta política entre o grupo socialista e o grupo mais liberal. Com isso, despontou-se uma perseguição política sob alegação da traição à pátria, resultando no exílio dos opositores. Sob argumentação de risco a vida do presidente e defesa de inimigos externos, foram enviadas tropas de Angola e Cuba que acabaram auxiliando na repressão de revoltas populares, essas que estavam insatisfeitas com a administração política e econômica do partido (MATOS, 2019). Assim, na década de 1980, o país entrou em um momento de reorientação política, com o fracasso do modelo

soviético, voltada para um sistema multipartidário, ocorrendo as primeiras eleições em 1991, marcando também o fim da Primeira República.

Na década de 1990, por orientação e financiamento do Banco Mundial, o recém-formado estado democrático são-tomense pôs fim às grandes roças e realizou a reforma agrária no país, na qual pela primeira vez os contratados puderam ter posse de terra. Mesmo com o maior convívio entre os grupos, é possível observar que a desigualdade socioeconômica afeta principalmente os tongas e os angolares; enquanto a elite forra apresenta um grupo mais diversificado do que o período que antecede a independência.

Por duas vezes, em 1995 e 2003, a democracia são-tomense sofreu com golpe militar, porém foi restabelecida rapidamente com auxílio de negociações e apoio internacional. Seu sistema político semipresidencial é afetado por características neo-patrimoniais, na qual as relações administrativas são permeadas pelas relações pessoais, dessa forma:

"De 1991 a 2015, o país teve dezoito governos diferentes chefiados por catorze primeiros-ministros diferentes. Nenhum dos governos chegou ao fim da legislatura de quatro anos. A ausência de debates significativos, a luta pelo acesso aos recursos estatais e o peso das disputas pessoais entre os principais políticos contribuíram para as frequentes mudanças de governos. É digno de nota, contudo, que, embora frequentemente desencadeados por brigas pessoais e disputas sobre recursos e regalias, todos os conflitos políticos foram resolvidos de acordo com as regras constitucionais." (SEIBERT, 2016, p. 996, tradução nossa<sup>15</sup>)

As disputas políticas acabam causando o enfraquecimento das instituições governamentais, bem como prejudicando a consolidação e credibilidade da democracia são-tomense.

### **2.3 Características Econômicas dos Pequenos PALOP: estratégias no sistema-mundo periférico**

Frente às questões abordadas no tópico acima, percebe-se que os países que compõem os Pequenos PALOP passaram durante sua história por processos de exploração de seus recursos e de sua população. Mesmo após sua independência, é possível verificar a permanência de antigas estruturas que afetam seu âmbito político, que por sua vez se manifesta no seu desenvolvimento econômico. A preocupação com tal aspecto recai na

---

<sup>15</sup> No original: "From 1991 to 2015 the country has had eighteen different governments headed by fourteen different prime-ministers. None of the governments has ever reached the end of the four-year legislature. The absence of debates of substance, the struggle for access to state resources, and the weight of personal quarrels between principal politicians have contributed to the frequent changes of governments. What is noteworthy, however, is that, while frequently triggered by personal quarrels and disputes over resources and perks, all political conflicts were resolved according to constitutional rules."

consideração da inserção desses países no Sistema-Mundo, de forma a compreender como esses países são vistos pela comunidade internacional. Dessa forma, o presente tópico propõe investigar o posicionamento desses países na divisão internacional do trabalho de maneira a ponderar que mesmo com a realização de mudanças, essas surtiram pouco efeito estrutural. Com isso, tais países permanecem na periferia do Sistema-Mundo, lidando com crescente desigualdade. Nesse sentido, a análise conta com o respaldo do levantamento de dados sobre comércio exterior e investimento direto estrangeiro, disponibilizados pelos Institutos de Estatística de cada país, de forma a evidenciar tal posicionamento.

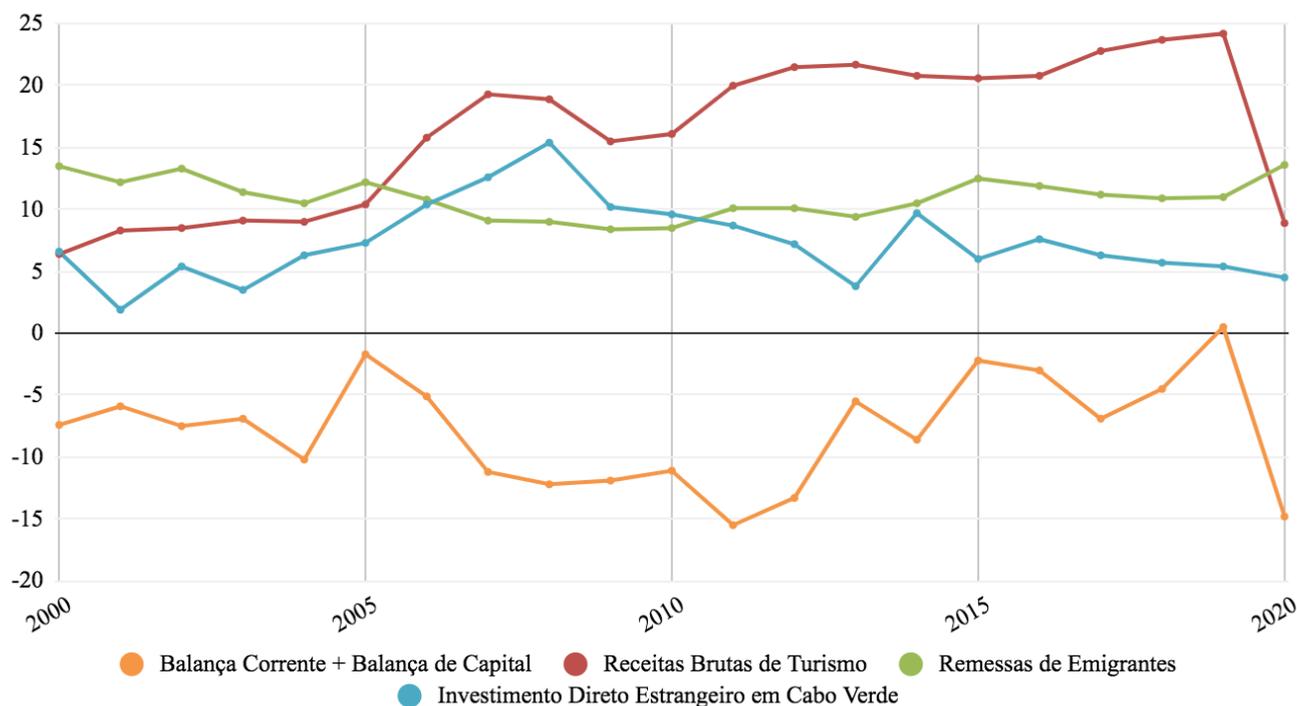
Mediante a história de ocupação e independência de Cabo Verde, percebe-se que a característica marcante em sua formação é o contato com os mais diversos povos e culturas. Ao se deparar com limitações no que tange à disposição de recursos naturais e às condições favoráveis à desertificação, a comunidade que em seu território permaneceu passou por um processo de compartilhamento de técnicas e conhecimentos, aplicando-as e pelejando por sua sobrevivência. Assim, a origem de sua identidade é

“imbuída de significados simbólicos, instituidora de uma identidade peculiar que tem origem na adaptação e assimilação de elementos europeus e africanos. O facto de o cabo-verdiano não “ser europeu, nem africano”, constitui a base da identidade cabo-verdiana que recebeu os elementos, mas não os copiou.” (MADEIRA, 2015, p. 58-59)

Para mais, sua particularidade reside no processo gradual de assimilação e adaptação de culturas e conhecimentos diferentes, mas que no decorrer dos anos convergiram e resultaram na cultura cabo-verdiana. Tal encontro entre “dois mundos” (Europa e África) presente em Cabo Verde acaba moldando como o país estabelece suas relações na contemporaneidade.

De forma a compor a análise proposta, dispõe-se de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e do Banco de Cabo Verde (BCV). O Gráfico 1 apresenta os principais indicadores macroeconômicos do setor externo:

**Gráfico 1.** Principais indicadores macroeconômicos do setor externo, em % do PIB

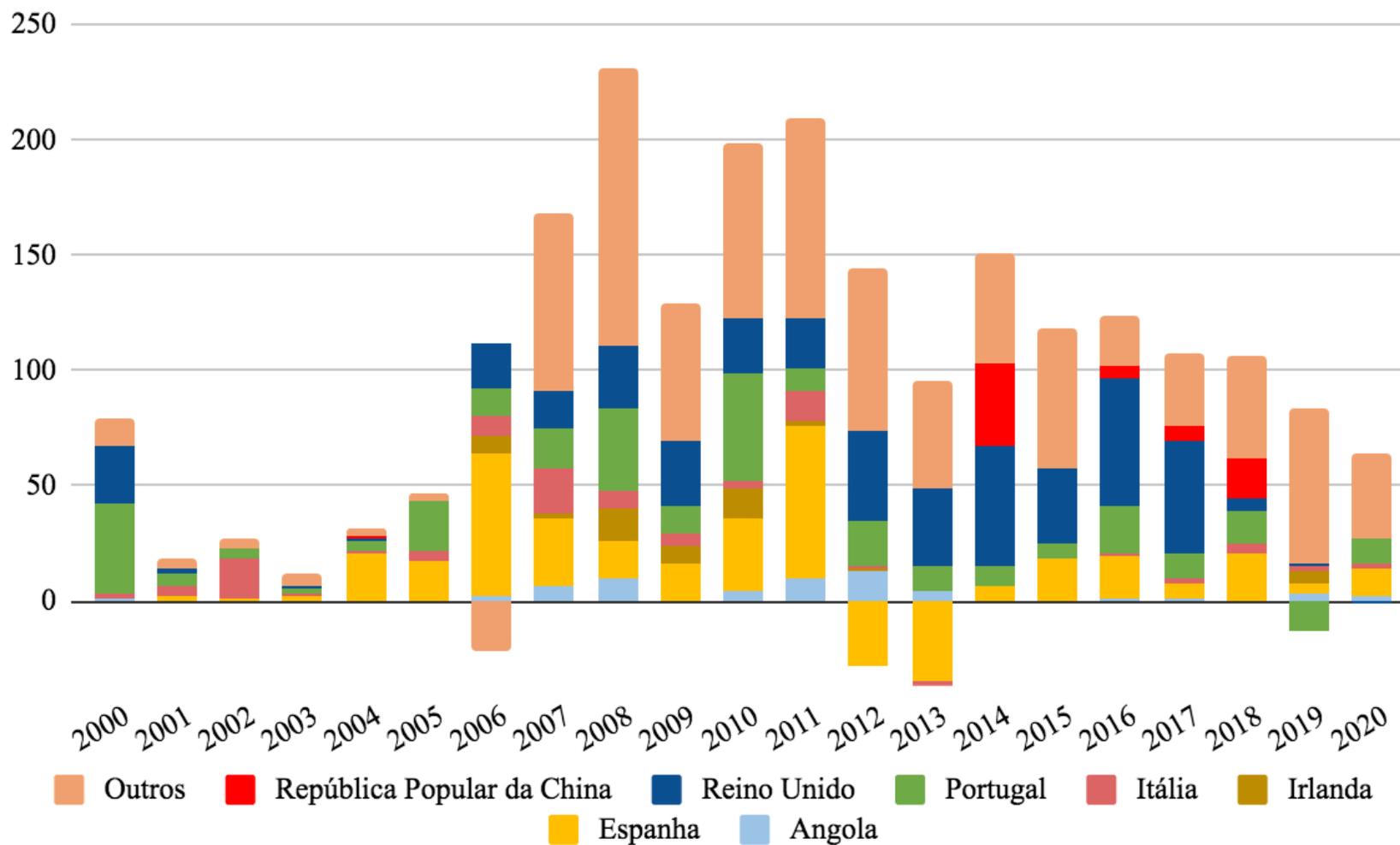


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Percebe-se que a receita proveniente do turismo, a remessa de emigrantes e o Investimento Direto Estrangeiro são seus principais componentes. A diáspora é um dos fenômenos mais antigos da sociedade cabo-verdiana, antecedendo sua independência. Autores como Jørgen Carling (2008) e Pedro Góis (2008) levantam que os fatores que contribuem para esse movimento se relacionam com a carência de recursos e estruturas base, e pobreza. Outro aspecto desse movimento é que ele de certa forma acaba auxiliando na sua política externa como forma de representação e indicação do país para o turismo, por exemplo. Estima-se que cerca de 800 mil cabo-verdianos ou descendentes residem fora do país, isto representa quase o dobro da população que reside nas ilhas - 491.875 habitantes de acordo com o Censo de 2010.

Sobre o turismo, esse é o setor que mais recebe investimento, isto inclui hotéis, resorts, transportes, turismo rural, de cruzeiros e ecoturismo. Para a promoção desse setor, os investidores dispõem de incentivos como: isenção de direitos aduaneiros, benefício à criação de emprego e crédito fiscal ao investimento – valor que será deduzido à coleta de imposto. Sobre o IDE, o Gráfico 2 apresenta os principais países de origem de investimento:

**Gráfico 2.** Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde por país de origem, em milhões de dólares



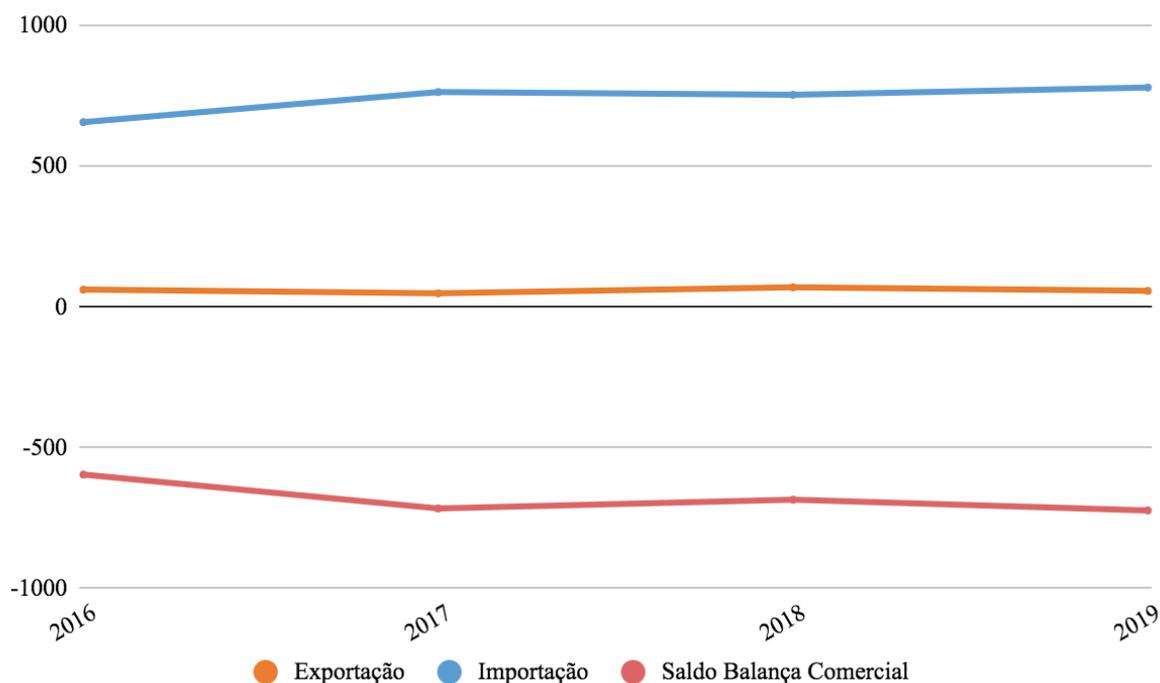
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Banco de Cabo Verde

É possível verificar que nos anos iniciais do século XXI, há participação majoritária da Europa, com destaque expressivo para Portugal. Uma explicação plausível deve-se às relações sociais e históricas do modelo colonial. Elemento que pode reforçar a ideia de Sistema-mundo-moderno-colonial (HAESBAERT; PORTOGONÇALVES, 2006). Entre os anos de 2007 e 2008 percebe-se uma mudança nesse cenário na qual a categoria “Outros” apresenta expressivo aumento em sua participação. Ainda que não seja explicitado, há dois elementos que devem ser considerados. O primeiro é a crise econômica de 2008, caracterizada pela crise econômica provocada pela eclosão da bolha imobiliária, o que provocou uma redução dos investimentos e créditos. O segundo elemento parte da projeção chinesa na África com maior intensidade nesse período, com destaque no ano de 2014. Porém, a investigação desse elemento deve ser realizada de forma aprofundada em trabalhos futuros.

Outro aspecto importante sobre o IDE é a proposta das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que são espaços delimitados visando o desenvolvimento de atividades/empreendimentos. De acordo com o Artigo 6º, as zonas têm como intuito “a) Promover o desenvolvimento de Cabo Verde, da ilha ou da região a que se refere, orientado para o melhor aproveitamento das potencialidades do respetivo território” (Lei nº 91/IX/2020 de 19 de junho). Elas atuam em 3 grandes áreas: o turismo, indústria e negócios voltados ao comércio internacional. Uma problemática desse modelo é que alguns terrenos voltados para a Zona Turística Especial acabaram sendo utilizados para fins especulativos, com efeitos negativos para a competitividade do turismo nacional.

No que tange a balança comercial cabo-verdiana, nos últimos anos ela tem sido negativa, representando um déficit comercial, conforme o Gráfico 3:

**Gráfico 3.** Saldo da Balança Comercial cabo-verdiana, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela autora com base em DGA (SYDONIA) e cálculo da equipa.

Assim, há uma grande dependência de importações, e uma limitada base de exportação. Tal comportamento corrobora com a proposta afirmada por Madeira (2019, p. 98) de que:

“Estes aspectos chamam implicitamente a atenção para o investimento e a aposta em outros setores como o do turismo, a cultura e o mar, que contribuem para proporcionar uma outra dimensão à diplomacia económica com o propósito de se ampliar sinergias e potencializar a sua atuação no mercado, com a meta principal de atrair o IDE e incrementar as exportações.”

Ao analisar seus principais parceiros comerciais, a balança comercial também demonstra maior aproximação com a Europa, vide Tabelas 1 e 2

**Tabela 1.** Importação cabo-verdiana por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

Região económica	2016		2017		2018		2019	
	Valores	% Total						
União Europeia	510,51	77,72%	588,43	77,02%	583,41	77,35%	617,16	79,13%
CEDEAO	18,46	2,81%	23,78	3,11%	21,79	2,89%	6,86	0,88%
Outros	127,90	19,47%	151,74	19,86%	149,04	19,76%	155,87	19,99%
<b>Total</b>	<b>656,87</b>	<b>-</b>	<b>763,96</b>	<b>-</b>	<b>754,24</b>	<b>-</b>	<b>779,89</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base em DGA (SYDONIA) e cálculo da equipa.

**Tabela 2.** Exportação cabo-verdiana por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

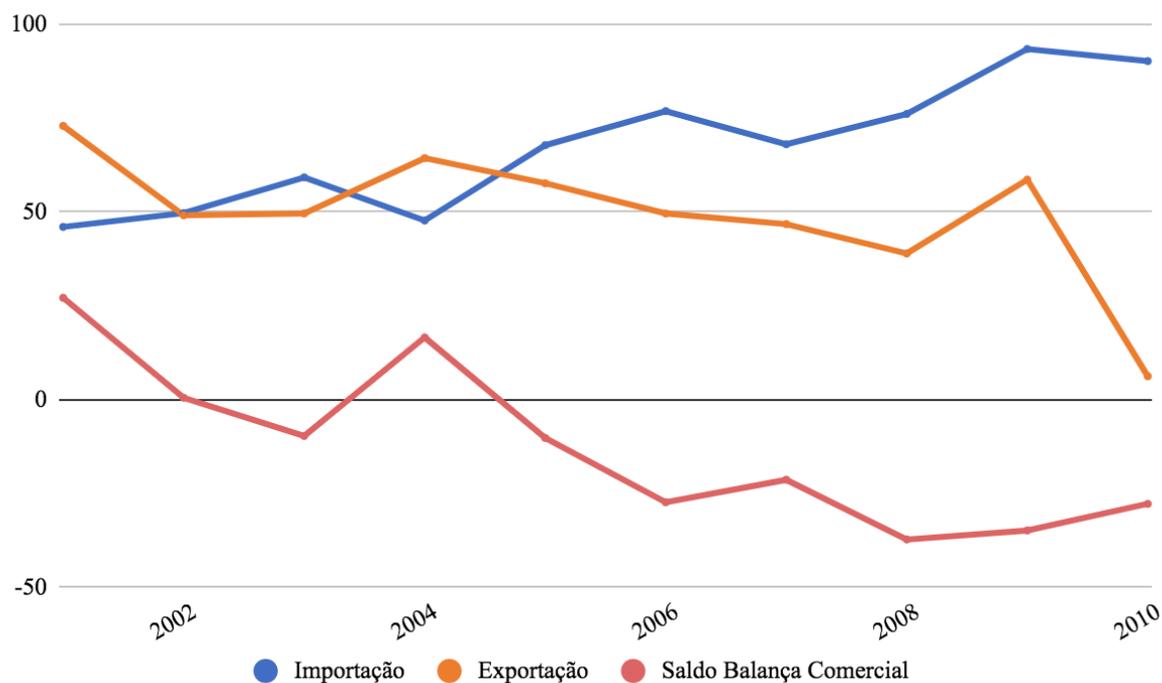
Região económica	2016		2017		2018		2019	
	Valores	% Total						
União Europeia	57,47	92,98%	46,58	96,15%	66,91	95,67%	55,32	96,31%
CEDEAO	0,11	0,17%	0,04	0,07%	0,01	0,01%	0,18	0,31%
Outros	4,23	6,85%	1,83	3,77%	3,02	4,31%	1,94	3,38%
<b>Total</b>	<b>61,81</b>	<b>-</b>	<b>48,45</b>	<b>-</b>	<b>69,94</b>	<b>-</b>	<b>57,44</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base em DGA (SYDONIA) e cálculo da equipa.

Dessa forma, a importação cabo-verdiana é centrada em bens de consumo, principalmente produtos alimentares transformados que representam aproximadamente 20% de suas importações. Para mais, Portugal representa o principal país de origem da importação, com uma participação de 44,6% em 2019 de acordo com o Boletim Estatístico do Comércio Externo 2016-2019. Já suas exportações estão em sua grande maioria destinada à União Europeia - representando 96,31% -, especificamente a Espanha que corresponde a 77% das exportações cabo-verdianas. Nesse aspecto, os preparados e conservas de peixe são os principais produtos a serem exportados, correspondendo a 59,9% em 2019, seguidos pelos peixes, crustáceos e moluscos, com 16,5% no mesmo ano.

No que tange a Guiné-Bissau, a diversidade presente na composição de sua população tem importante peso na atividade econômica exercida no país, uma vez que tradicionalmente sua base é a produção agropecuária de subsistência (AUGEL, 2007). Semelhante a Cabo Verde, a balança comercial de guineense também se encontra em déficit, conforme a demonstração do Gráfico 4:

**Gráfico 4.** Saldo da Balança Comercial Guineense, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela autora com base no Instituto Nacional de Estatística (Guiné-Bissau).

Contudo, diferentemente de Cabo Verde, o setor primário guineense corresponde ao principal componente de sua receita, tendo uma participação de 45,1% no seu PIB em 2010. A castanha-de-caju é o produto essencial de suas exportações, representando 58,85% do total de exportações em 2010 de acordo com, seguido pelo ferro, ferro fundido e aço, os quais correspondem a 39%. Em relação aos seus parceiros comerciais, têm-se as Tabelas 3 e 4 :

**Tabela 3.** Importação guineense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

Região Económica	2007		2008		2009		2010	
	Valores	% Total						
CEDEAO	24,01	35,25%	20,41	26,79%	16,73	17,90%	12,81	14,19%
União Europeia	27,56	40,46%	34,86	45,76%	46,41	49,65%	47,88	53,04%
África	0,74	1,09%	0,32	0,42%	0,94	1,01%	1,16	1,29%
Europa	0,22	0,32%	0,59	0,77%	0,34	0,37%	0,99	1,09%
América	4,81	7,06%	4,98	6,53%	9,03	9,66%	8,81	9,77%
Ásia	10,47	15,37%	14,29	18,76%	19,64	21,01%	18,26	20,23%
Outros	0,30	0,44%	0,74	0,97%	0,37	0,40%	0,36	0,40%
<b>Total</b>	<b>68,11</b>	<b>-</b>	<b>76,19</b>	<b>-</b>	<b>93,48</b>	<b>-</b>	<b>90,26</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base no Instituto Nacional de Estatística (Guiné-Bissau).

**Tabela 4.** Exportação guineense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

Região Económica	2007		2008		2009		2010	
	Valores	% Total						
CEDEAO	0,051	0,11%	0,167	0,43%	0,135	0,23%	0,171	0,27%
União Europeia	1,397	2,98%	1,173	3,01%	0,085	0,15%	0,262	0,42%
África	0,006	0,01%	-	-	-	-	0,079	0,13%
Europa	0,000	-	0,019	0,05%	-	-	-	-
América	0,018	0,04%	0,025	0,06%	-	-	-	-
Ásia	45,352	96,86%	37,614	96,45%	58,460	99,62%	61,505	98,32%
Outros	-	-	-	-	-	-	0,541	0,86%
<b>Total</b>	<b>46,825</b>	<b>-</b>	<b>38,998</b>	<b>-</b>	<b>58,681</b>	<b>-</b>	<b>62,558</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base no Instituto Nacional de Estatística (Guiné-Bissau).

Sobre suas importações, a União Europeia predomina enquanto origem das importações guineenses, correspondendo a 53,04% em 2010, precisamente Portugal representa 31,9% dos produtos importados no mesmo ano. Por outro lado, observa-se que ao longo dos anos as importações da CEDEAO caíram de 35,25% em 2007 para 14,19% em 2010. Sobre suas exportações, destaca-se a Ásia como grande receptora dos produtos guineenses, representando 98,32% enquanto destino no ano de 2010. A Índia acaba sendo o maior exportador de castanha de caju - para referência em 2010, ela exportou 109.314 toneladas, o que equivale a 96,46% da castanha de caju comercializada neste ano. Em relação ao ferro e aço, 99,51% das 72.730 toneladas comercializadas foram destinadas ao Paquistão.

Observa-se que há um potencial econômico na extração de recursos naturais como petróleo, ouro, bauxita, que ainda não foi explorado. Porém, a agricultura guineense é o setor chave na sua economia, sendo a castanha de caju seu principal produto na exportação. Contudo, Bubacar Turé afirma que:

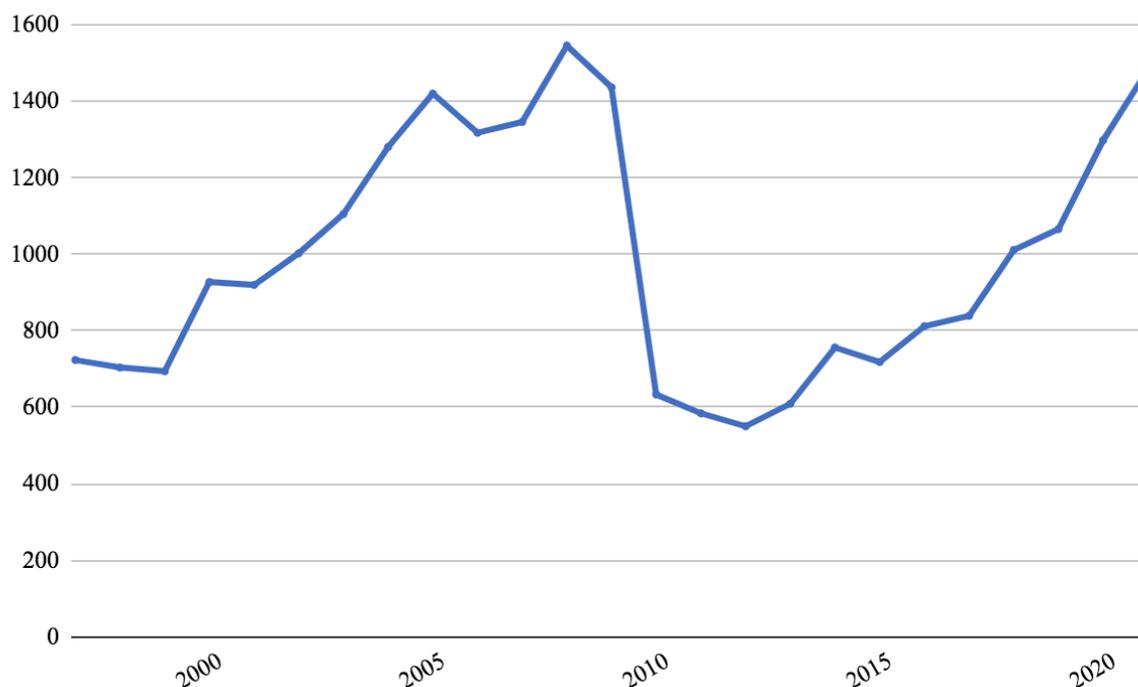
"Há desafios imensos. Estamos a atravessar um período de grave crise de insegurança alimentar. As nossas comunidades estão a passar fome, porque não há compradores para a castanha de caju, o principal produto que sustenta as famílias, sobretudo neste período. É um produto estratégico, que alavanca a economia."<sup>16</sup>

Isso reafirma o quanto a instabilidade política na Guiné-Bissau que marcou anos de sua história, marcou também negativamente o seu crescimento econômico. Assim, a ajuda do FMI e de outros parceiros acaba sendo uma importante receita para o país, contudo ainda há

<sup>16</sup> DARAME, Braima. Eleições na Guiné-Bissau: "Queremos um Governo competente". **Deutsche Welle (DW)**, 09 de Junho de 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-na-guin%C3%A9-bissau-queremos-um-governo-competente/a-65876224>>. Acesso em 25 de Agosto de 2023.

que se ter maior esforço por parte das instituições guineenses na sua aplicação em projetos que auxiliem a estabilizar a sua economia. Associando este ponto ao déficit comercial enfrentado ao longo dos anos, pode-se inferir que a Guiné-Bissau acaba recorrendo a empréstimos de forma a atender suas demandas básicas.

**Gráfico 5.** Evolução da dívida pública guineense, em milhões de dólares

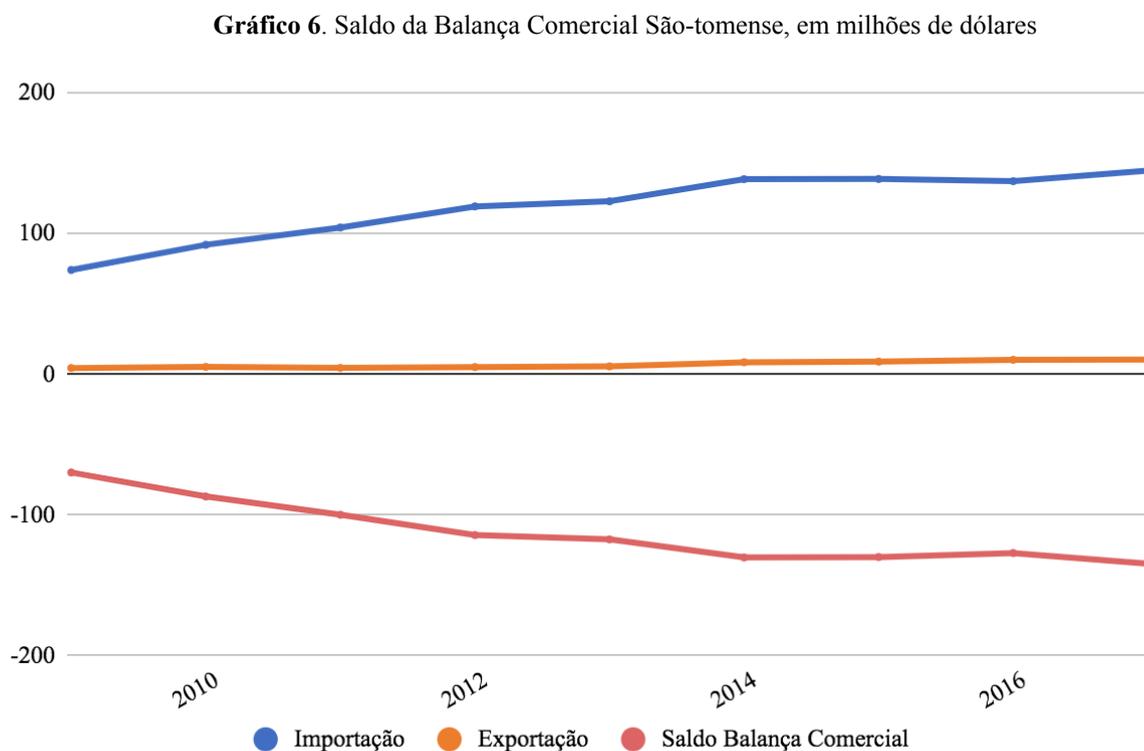


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados por CountryEconomy.

O Gráfico 5 mostra a evolução da dívida pública guineense, nela estão presentes as operações de crédito, como empréstimos, cauções, resíduos passivos. Sua evolução apresenta uma abrupta queda no de 2010 que é oriundo da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida oferecida aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) pelo Banco Mundial e FMI, fazendo com que a dívida guineense diminuísse em 55,91% . Contudo, mesmo após a redução da dívida, verifica-se que ela retorna a uma tendência de crescimento, na qual a dívida chega a atingir 78,89% do PIB em 2021.

No que se refere a São Tomé e Príncipe, as heranças da *plantation* permaneceram mesmo após sua independência. Mesmo com a reforma agrária, o encorajamento na diversificação da produção de forma a diminuir as importações de produtos alimentares não foi o suficiente para modificar o movimento de migração para as áreas urbanas. Por outro lado, tal reforma garantiu a posse de terra principalmente aos trabalhadores contratados. Sendo assim, o cacau continua sendo o principal produto exportado por São Tomé e Príncipe,

tanto que em 2017 ele representou 92,9% das exportações, porém sua produção não recuperou o patamar, no sentido de números, do período colonial. Tais aspectos acabam simbolizando o fracasso da reforma agrária, a qual não conseguiu forças para reverter o cenário da balança comercial, vide Gráfico 6:



Fonte: Elaborado com base no Instituto Nacional de Estatística (São Tomé e Príncipe).

Nesse sentido, nas Tabelas 5 e 6 e pode-se observar as principais regiões econômicas parceiras comercialmente de São Tomé e Príncipe:

**Tabela 5.** Importação são-tomense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

Região Económica	2014		2015		2016		2017	
	Valores	% Total						
OPEP	3,44	2,57%	2,92	2,10%	2,77	2,02%	4,80	3,30%
PALOP	29,80	22,23%	29,20	20,99%	20,93	15,25%	28,68	19,73%
União Europeia	92,58	69,07%	89,08	64,02%	90,66	66,04%	89,84	61,80%
Europa	0,01	0,01%	0,35	0,25%	0,04	0,03%	0,04	0,03%
África	0,82	0,61%	0,64	0,46%	1,26	0,91%	0,58	0,40%
América	3,45	2,58%	2,73	1,96%	3,39	2,47%	4,64	3,19%
Ásia	0,52	0,39%	9,13	6,56%	13,16	9,59%	11,00	7,56%
Outros	3,43	2,56%	5,09	3,66%	5,08	3,70%	5,80	3,99%
<b>Total</b>	134,05	-	139,14	-	137,28	-	145,39	-

Fonte: Elaborado pela autora com base no Instituto Nacional de Estatística (São Tomé e Príncipe).

**Tabela 6.** Exportação são-tomense por grandes categorias económicas, em milhões de dólares

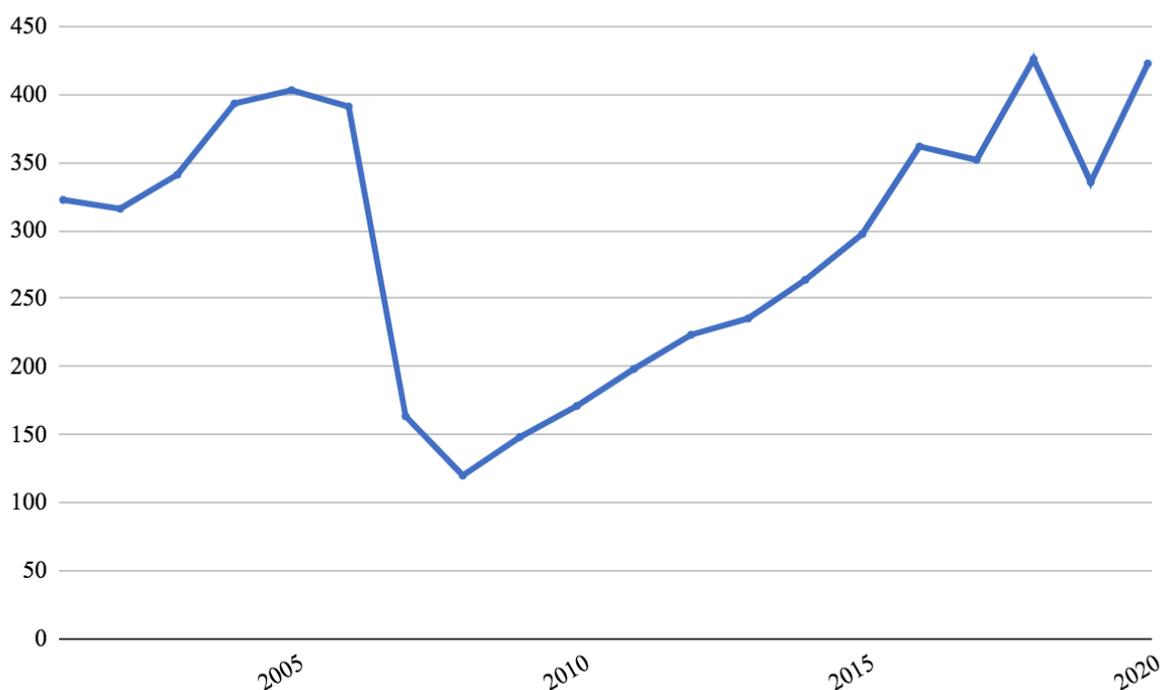
Região Económica	2014		2015		2016		2017	
	Valores	% Total						
OPEP	0,05	0,59%	0,09	0,97%	0,06	0,56%	0,07	0,71%
PALOP	0,17	1,97%	0,18	2,04%	1,00	9,71%	0,18	1,78%
União Europeia	7,54	87,26%	8,04	89,73%	8,85	85,73%	9,44	90,67%
Europa	0,42	4,81%	0,34	3,84%	0,22	2,09%	0,08	0,76%
África	0,19	2,21%	0,02	0,20%	0,05	0,45%	0,03	0,31%
América	0,11	1,27%	0,07	0,78%	0,06	0,62%	0,20	1,93%
Ásia	0,01	0,09%	0,02	0,28%	0,00	0,02%	0,12	1,20%
Outros	0,16	1,82%	0,19	2,16%	0,09	0,83%	0,28	2,65%
<b>Total</b>	8,64	-	8,96	-	10,32	-	10,41	-

Fonte: Elaborado pela autora com base no Instituto Nacional de Estatística (São Tomé e Príncipe).

Com tais dados, é possível verificar novamente aproximação predominante com a União Europeia, tanto nas importações quanto nas exportações, representando 61,80% e 90,67% respectivamente no ano de 2017. Referente às importações, Portugal se caracteriza como principal origem de produtos importados, correspondendo a 54,5% em 2017; e destino dos produtos exportados, correspondendo a 29,6% no mesmo ano. No que tange a importação, quatro grupos de importação que se destacam são: agrícolas (15,8%), alimentares (13,6%), combustíveis minerais (19,6%) e máquinas e aparelhos (19,0%). Já em relação à exportação, em 2017, 81% corresponde a exportação de produtos alimentares.

Contudo, é válido pontuar a relação entre São Tomé e Príncipe com os PALOP. Nesse caso, a participação de 19,8% nas importações em 2017 atribui-se a relação histórica com Angola, de onde vieram serviçais para as plantações (NASCIMENTO, 2010). Ainda assim, as limitações de um país insular acabam pesando na balança são-tomense, fazendo com que este seja dependente de empréstimos estrangeiros.

**Gráfico 7.** Evolução da dívida pública são-tomense, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados por CountryEconomy.

Conforme o Gráfico 7, a dívida pública são-tomense atingiu seu ápice de 391 milhões de dólares em 2018, o qual representou 93,89% do PIB são-tomense. Da mesma forma que a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe foi beneficiado com a iniciativa HIPC em 2007, e da mesma forma seguiu a tendência de endividamento nos anos seguintes.

Conforme os dados apresentados e analisados, levantam-se algumas questões a respeito da integração e o papel que os Pequenos PALOP exercem no presente sistema. A primeira delas refere-se até onde a independência desses países significa também autonomia. Tal questão é posta frente a observação da manutenção e permanência de antigos esquemas/ciclos sob uma nova roupagem. Sendo assim, nota-se que a relação colonizador-colônia é substituída pela relação centro-periferia. Isso fica claro ao analisar os fluxos comerciais e constatar que esses países ainda dependem do fornecimento de produtos vindos do centro tradicionalmente colonizador. Nesse caso, não necessariamente Portugal será

o representante direto desse centro<sup>17</sup>, mas a predominância da União Europeia enquanto origem dos produtos importados exprime bem essa ideia. Mais uma vez, esses dados refletem a dimensão das contradições históricas de formação do sistema-mundo apontada por Wallerstein.

Outro ponto relevante é a proposta de integração sub-regional representada pela CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)<sup>18</sup>. Esta foi criada em 1975 com intuito de promover integração e cooperação econômica, enquanto “um espaço de livre comércio, deve primar pela aproximação entre os seus membros, consciente de que é possível constituir um espaço de convergência política e diplomática, pensando no desenvolvimento conjunto.” (MADEIRA, 2019, p. 100). Contudo, o bloco possui pouca representação em questão de fluxos comerciais. Para Madeira (2015, p. 185), a CEDEAO

“[...] depara-se com grandes constrangimentos decorrentes da participação ineficiente dos Estados membros. Entende-se que o funcionamento das instituições de uma Comunidade será apenas o reflexo da vontade e consciência de pertença dos seus membros às mesmas. Se medirmos essas duas componentes pela participação nas actividades da CEDEAO, pelo nível de representação nas suas reuniões e pelo pagamento das contribuições necessárias para o seu funcionamento, pode dizer-se que essa vontade e consciência se situam a níveis muito baixos.”

Dessa forma, as dificuldades encontradas pelo bloco recaem nas disparidades sobretudo econômicas, e na alta dependência dos seus Estados-membros de fluxos de capital de fora do bloco.

Por outro lado, os PALOP também representam uma proposta de integração sub-regional frente ao vínculo linguístico que pode promover aproximação entre os países ao abrir oportunidades de desenvolvimento de projetos que visam melhoria em domínios sociais. Nesse sentido, interligados pelo colonizador em comum, tais países são objetos da influência portuguesa, mas também brasileira - frente ao histórico que compartilham. Contudo, percebe-se que há efetivamente poucas trocas entre os Pequenos PALOP. Os dados revelam que o vínculo acaba sendo fortalecido com os Grandes PALOP, como é o caso de São Tomé e Príncipe e Angola.

Assim, tal proposta consegue ser estendida a uma escala maior ao levantar a herança cultural deixada por seu colonizador - a língua portuguesa -, além de verificar sua relação com os países que têm este aspecto em comum. Dessa forma, a CPLP (Comunidade dos Países de

---

<sup>17</sup> Tal questão pode ser explicada pela crise enfrentada por Portugal, fazendo com que este adotasse um posicionamento seletivo em relação a seus parceiros. Para mais ver Sousa e Gaspar (2015).

<sup>18</sup> Originalmente formado por: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. A Mauritânia se retirou em dezembro de 2000.

Língua Portuguesa) enquanto um foro multilateral tem como base a atuação na cooperação. Ela consegue reunir países de diferentes continentes, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Entretanto, tal ação levanta a questão se esta seria uma outra forma de se aproximar de seu colonizador, reforçando estruturas da relação entre centro e periferia, ainda mais ao pensar nas desigualdades presentes na Cooperação Norte-Sul.

Para mais, a relação da CPLP possui como contexto a revalorização da região do Atlântico Sul, mediante a descoberta de jazidas de gás natural e petróleo. Dessa forma, a região é recolocada em pauta (uma vez que durante a colonização abarcou importantes rotas para o fluxo comercial) como objeto de interesse para os Estados costeiros, viabilizando sua articulação em forma de cooperação para a defesa da região (PENHA,2011).

### **CAPÍTULO III - A APROXIMAÇÃO BRASILEIRA COM OS PEQUENOS PALOP**

Após dispor de um panorama sobre o olhar internacional sob os Pequenos PALOP, o presente capítulo parte do olhar brasileiro para com esses países. Isto significa, um olhar de país que já pertenceu a periferia para a periferia. Assim, envolve dinâmicas de ajuda e cooperação as quais ao mesmo tempo exprimem qualidades de solidariedade e identificação, exprimem interesses e ações dúbias. Visando captar o olhar da política externa brasileira para com os Pequenos PALOP, o presente capítulo conta com o levantamento de dados a respeito do comércio e investimentos brasileiros nesses países, bem como dados sobre os projetos de cooperação.

#### **3.1 Como Os Pequenos PALOP atravessam A Diplomacia Brasileira?**

A profunda ligação entre Brasil e o continente africano é derivada do final do século XVI, durante o qual os escravos utilizados como mão-de-obra no “Novo Mundo” foram extorquidos da África. Ao longo dos anos tal conexão experimentou mudanças entre afastamento e aproximação. Entender como a diplomacia brasileira se relaciona com os Pequenos PALOP auxilia revelar o caráter dessa relação e de que forma ela impacta os países envolvidos.

Embora a relação do Brasil com os Pequenos PALOP possui uma carga histórica, frente ao tráfico negreiro, pode-se dizer que esta sofria uma triangulação/intermediação a partir da presença da metrópole, Portugal. Com isso, a relação direta entre eles ocorreu de forma efetiva a partir da segunda metade do século XX, momento de independência dos pequenos PALOP, e quando a política externa brasileira ganha uma nova significação como resposta às variações do sistema internacional. Assim, com a independência dos países africanos durante o final da década de 50 e a década de 60, estes novos países passaram a receber maior atenção, e se inserem no contexto brasileiro enquanto retomada – vide a relação rompida após a independência brasileira – de forma a marcar os elementos presentes na identidade nacional, resgatando a sua cultura.

Mesmo que o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) tenha proposto o resgate dos elementos constituintes da cultura brasileira, e nesse contexto esteja presente a cultura afrodescendente, foi na "Política Externa Independente" (PEI), proposta pelo governo de Jânio Quadros, que os países do continente africano entraram na agenda da diplomacia brasileira. Seu lançamento aproveitou o cenário da Guerra Fria para incorporar novas opções para além

do eixo tradicional dos EUA. Os movimentos de independência que se espalharam pelo continente africano também despertaram interesse doravante o nascimento de novos atores políticos (SARAIVA, 1993).

A aproximação pelo viés cultural teve papel central na construção da diplomacia brasileira com o continente africano, tanto que esta linha ideológica pode ser percebida nos anos e governos que seguiram. Seu uso foi mantido mesmo perante realinhamento voltado ao "Norte", ou seja, EUA e, nesse caso, Portugal, durante a Ditadura Militar (SARAIVA, 1993). Tal ambiguidade marca a diversificação da geopolítica brasileira, Como artifício para conciliar os dois discursos, o Brasil opta por uma seletividade de seus parceiros no continente africano, principalmente África do Sul. Tal destaque possui como pano de fundo o pragmatismo econômico (a potencialidade enquanto mercado consumidor) e o interesse por recursos naturais, sobretudo o petróleo. O Brasil encontrava-se no auge do desenvolvimentismo econômico com a sua indústria atingindo a maturidade (em alta produtividade), porém entra em contradição, pois não possuía um mercado consumidor adequado devido ao arrocho salarial. Isto permitiu acumulação de capital (concentração de renda) por parte das grandes empresas que começam a exportar capital a partir de investimentos no exterior, revelando, segundo Ribeiro (2007, p. 29) “crescente importância dos atores não-estatais na configuração das relações internacionais”. Assim, o Brasil expõe a face subimperialista da economia periférica, uma potência emergente, aproximando-se por:

“uma questão de princípios e de interesses: o objetivo era promover a solidariedade entre os países do Sul e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos globais, a partir de uma diversificação de suas relações externas, tanto políticas como econômicas (LECHINI, 2008, p. 57)

Tal abordagem passou uma revisão na segunda metade da década de 1970, contornando ainda assim o debate acerca das origens dos movimentos de independência, que em sua base são de cunho socialistas. Para mais, sua execução foi permeada de críticas sobretudo no que diz respeito à "democracia racial", que coloca em xeque a imagem de solidariedade com seus pares divulgada de e a realidade do racismo estrutural e velado no Brasil. Embora o Governo de Sarney (1985-1990) manteve as premissas da linha de atuação do período ditatorial, no que se refere à política externa, verifica-se a perda de destaque das relações Brasil-África. Porém destaca-se duas ações importantes, porém com seus esforços limitados, na articulação brasileira, nas quais os Pequenos PALOP estão presentes: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Reunião em São Luís do Maranhão.

A ZOPACAS, estabelecida em 1986, representa a defesa e manutenção da paz no Atlântico Sul frente a influências externas, além de constituir um elemento de integração regional onde o Brasil sobressairia enquanto liderança. Assim, a iniciativa embora estratégica, foi limitada mediante aos contextos internos de seus parceiros (o regime de apartheid na África do Sul e a guerra civil na Angola) (RIBEIRO, 2007). Já a A Reunião de São Luís do Maranhão, realizada em 1989, marca o primeiro encontro dos Chefes de estados dos Países de Língua Portuguesa, onde surgiu a concepção do que viria a ser a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP - criada em 1996) a partir da criação do IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa). Ela carrega também o simbolismo de superação do paradigma da Guerra Fria (bloco capitalista contra bloco socialista) ao reunir países com vinculações diferentes a esses blocos tradicionais em prol de um bem comum, a língua portuguesa.

A década de 1990 é inaugurada com novas expectativas frente às mudanças internacionais. O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) respondeu a essas expectativas colocando em segundo plano a relação com os países do continente africano. ou seja, por mais que ocorressem trocas comerciais, estas eram baixas e seletivas. Para mais, observa-se uma concentração política e econômica para os EUA, União Europeia e Japão (RIBEIRO, 2007). Tais escolhas foram feitas visando custo-benefício a curto prazo, de forma a contornar a crise doméstica brasileira e os escândalos de seu governo. Após o *impeachment* de Collor, o governo de Itamar Franco (1992-1995) promove ajustes na política externa brasileira, particularmente no seu olhar para o continente africano. Exemplo disso é a retomada do debate acerca da CPLP e da ZOPACAS.

Com isso, durante o Governo FHC (1995-2002), embora a receptividade em relação à presença brasileira, seja através do empresariado ou de projetos de cooperação, tenha sido positiva, manteve-se uma seletividade marcada pelos interesses econômicos e afinidades étnico-culturais. Nesse contexto, não apenas os Pequenos, mas os PALOP em geral ganham destaque na agenda brasileira por meio da promoção da CPLP. Criada em 1996<sup>19</sup>, ela simboliza que

"[...], os PALOP apresentam-se como foco principal da diplomacia brasileira em relação ao continente africano: mantêm a presença política e cultural do Brasil no Continente, ao mesmo tempo em que alicerça uma importante rede de informações sobre o desenvolvimento das condições políticas, econômicas e de segurança dos parceiros africanos." (RIBEIRO, 2007. p. 117)

---

<sup>19</sup> Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe foram os países fundadores da comunidade. Em 2002, Timor Leste passou a compor a CPLP.

Logo, os PALOP se encontram no âmago da perspectiva seletiva, em uma ação pontual por meio da CPLP. Válido pontuar que desde a sua criação, a CPLP tem tido plano de atuação tímido resultando em uma fraca integração entre seus países-membros.

Todavia, a virada do século também representou uma virada na agenda brasileira. Para melhor avaliar a relação entre o Brasil e os Pequenos PALOP no século XXI, o próximo tópico articula dois componentes da política externa: o comércio e a cooperação. Ao se pensar sobre formas de aproximação, o vínculo comercial se demonstra ser importante para sua consolidação. Este é uma atividade que apresenta importantes questões para se compreender o posicionamento dos países – e como eles são vistos – frente ao contexto global. Já em relação à cooperação, esta pode ser entendida como uma forma de se alcançar o desenvolvimento através do compartilhamento do conhecimento técnico em diferentes áreas. Ao mesmo tempo, deve ser compreendida também enquanto um sistema de poder com múltiplos atores, cada qual com seus próprios interesses (MUÑOZ e CARVALHO, 2016).

### **3.2 Investimentos Brasileiros Nos Pequenos PALOP**

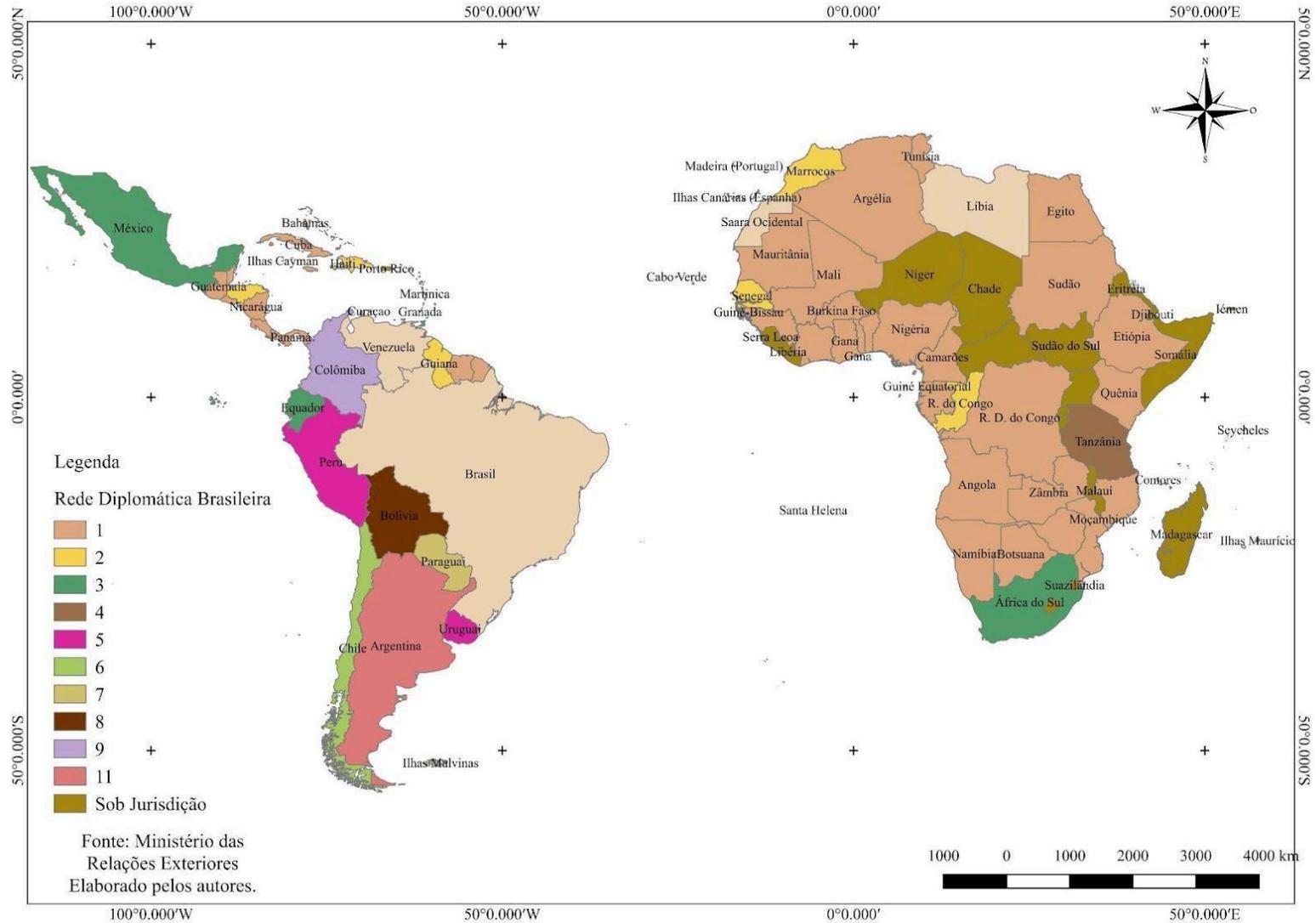
#### **3.2.1 Os efeitos da política externa diversificada**

A proposta da diplomacia brasileira é marcada por um paradigma que se fez presente, em diferentes níveis, desde o seu lançamento. Sua característica universalista foi um elemento importante que ultrapassou as barreiras das instituições, alcançando a sociedade civil com a ideia de que o Brasil é digno de um lugar de destaque no cenário internacional. Para sua manutenção deve-se levar em conta fatores tanto internos quanto externos que influenciam em sua elaboração e prática. Assim, sua elaboração deriva desde a concepção de seus formuladores à crises internacionais, implicando, ainda com a continuidade de seus valores, em uma variação na sua implementação.

Sendo assim, a busca por parceiros de diferentes pontos geográficos tem sido uma estratégia que levou o Brasil a ganhar destaque e apoio para a defesa de interesses frente à agenda internacional. Tendo como força motriz o desenvolvimento econômico, a diversificação geopolítica brasileira encontra nos países do Sul Global uma forma de expandir sua rede de influência, garantindo o apoio necessário para exercer papel de destaque em fóruns internacionais. Como forma de representação, o Mapa 3 mostra os países em que o Brasil possui uma ou mais repartições consulares (dentre elas estão os consulados,

consulado-geral e consulado honorário), ou até mesmo que não possui repartição, porém integram a rede diplomática.

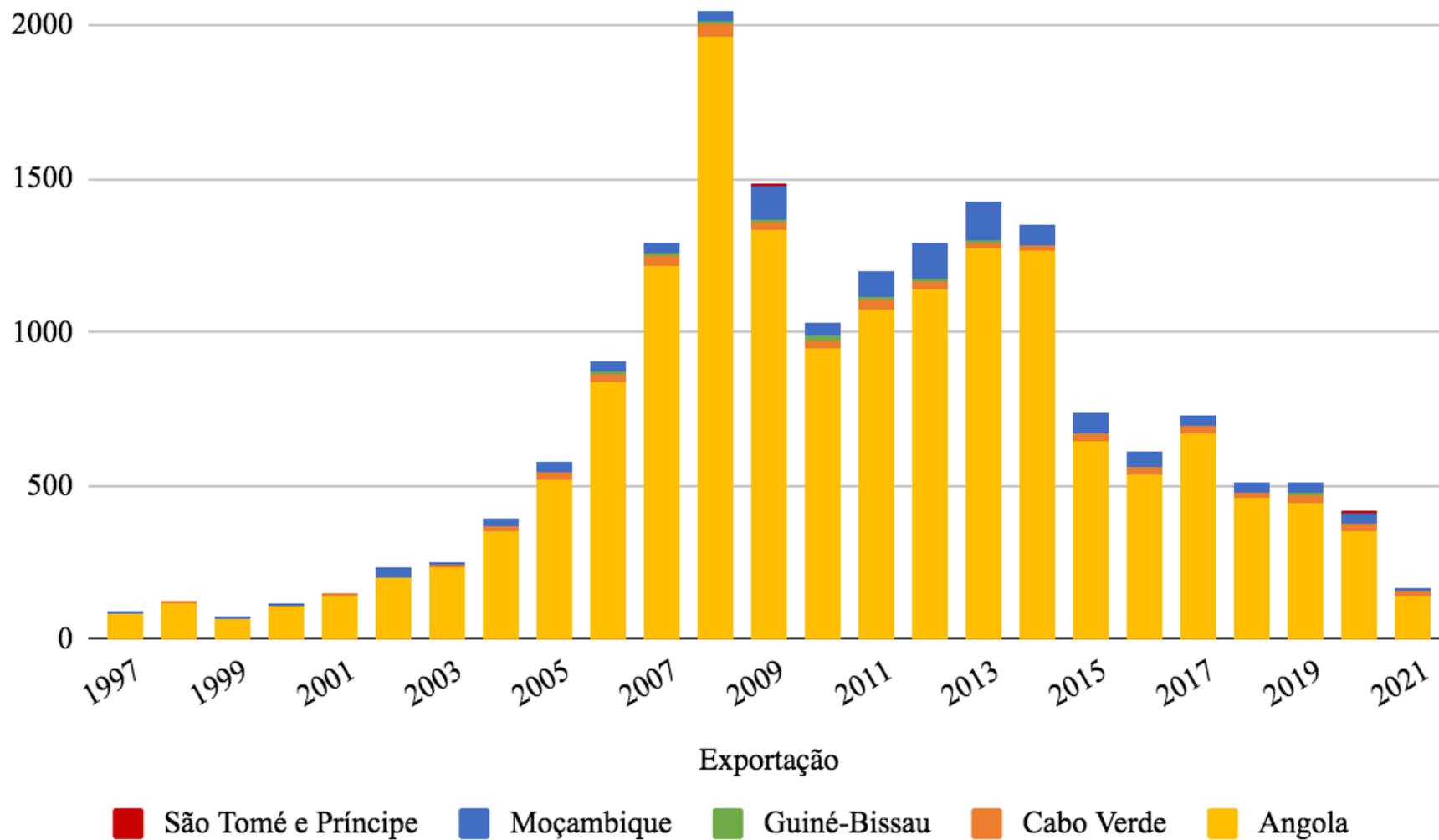
**Mapa 3. A rede diplomática brasileira**



No Brasil, ao longo do mandato do governo Lula (2003 – 2010), tal diversificação foi utilizada como uma de suas estratégias, dando um novo impulso nas parcerias dos países do Sul Global (ROCHA, 2019), sobretudo da América Latina e do continente africano. Isto decorre a partir de um novo olhar para sua rede de influência, buscando uma diversificação em sua política externa, diminuindo sua dependência de parcerias tradicionais, sobretudo dos EUA.

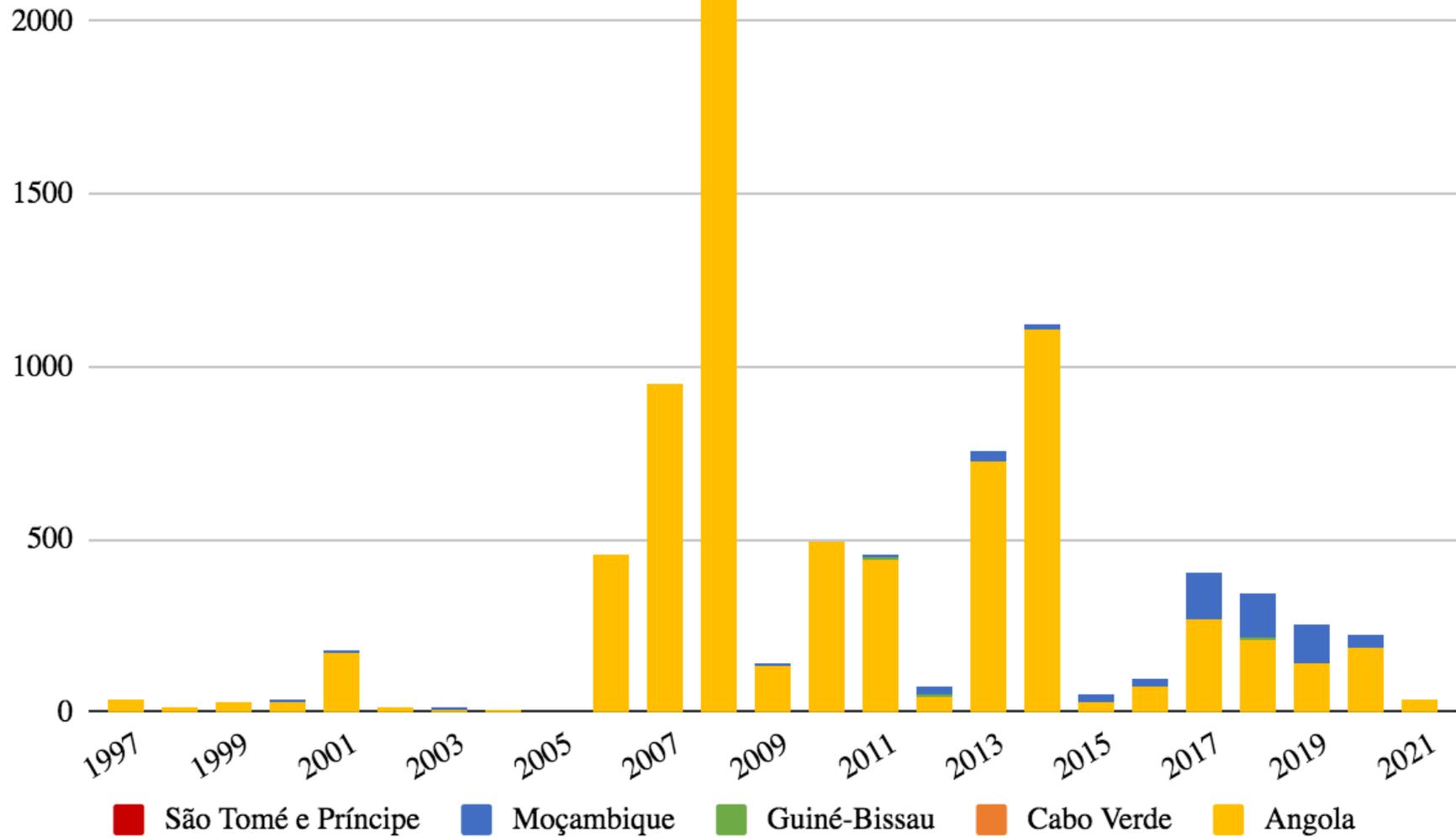
A mudança política que veio com tal governo não pode ser entendida sozinha. É preciso ter noção que houve também uma mudança na visão da burguesia brasileira a qual sem o apoio não seria possível sua execução – derivado principalmente pela valorização de *commodities* minerais energéticas e agrícolas. Confluindo os interesses de um lado de uma política externa nova, e de outro os interesses dessa burguesia em ascensão na busca por novos mercados para suas mercadorias. De forma a demonstrar tal posicionamento os gráficos abaixo contendo a série histórica de exportação (Gráfico 8) e importação (Gráfico 9) entre Brasil e PALOP:

**Gráfico 8.** Exportações brasileiras para os PALOP entre 1997 e 2020, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Sistema ComexStat.

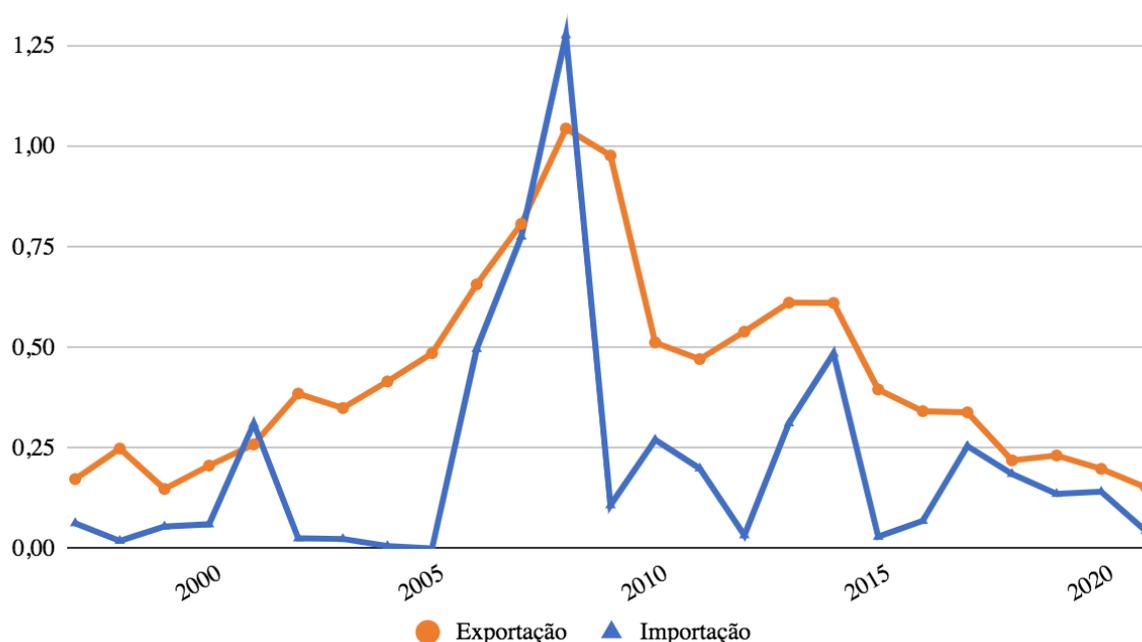
**Gráfico 9.** Importações brasileiras dos PALOP entre 1997 e 2020, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Sistema ComexStat.

Dessa forma, observa-se gradual crescimento nas trocas comerciais durante o Governo Lula, atingindo seu auge no ano de 2008. No que corresponde a balança comercial, mostra-se que o saldo na maioria dos anos está em superávit brasileiro, porém ao olhar a representatividade (em porcentagem) do bloco comparado com o volume total de importações e exportações ao longo dos anos:

**Gráfico 10.** Participação em porcentagem dos PALOP nas trocas comerciais



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Sistema ComexStat.

Ao olhar tal representatividade, verifica-se que sua participação, do ponto de vista brasileiro, é pouco representativa – tendo atingido sua maior representatividade em 2008 com 1,27% do total de importação brasileira e 1,04% de exportação. Contudo, analisar sua evolução é primordial, pois verifica-se que em um intervalo de três anos (2005-2008), tanto a importação quanto a exportação brasileira cresceram mais de 250% em valores. Tal crescimento corrobora com a noção de diversificação dos parceiros brasileiros, e na valorização dos parceiros no continente africano.

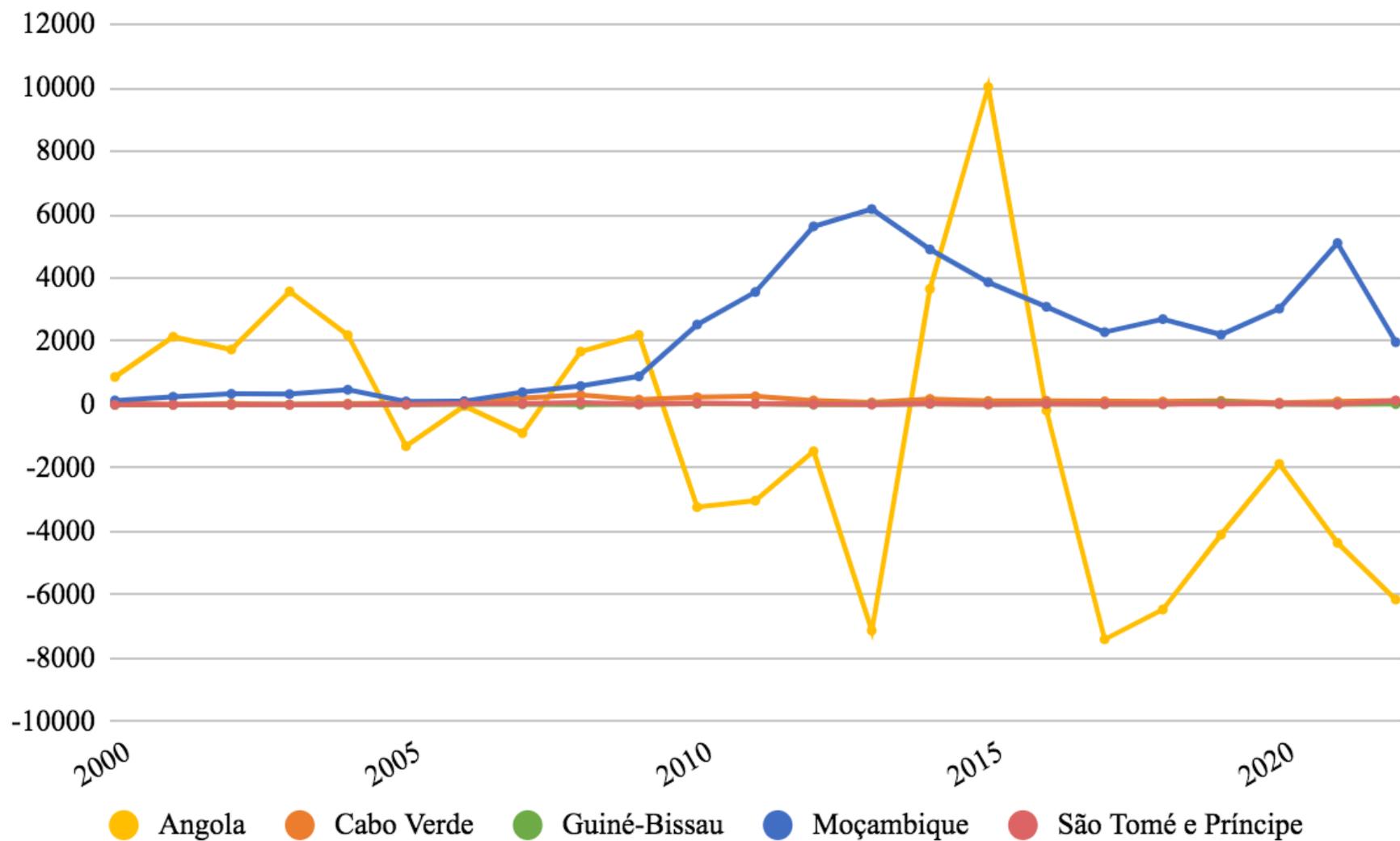
Ainda assim, tais valores corroboram para a observação das disparidades presentes nos PALOP. Se enquanto um bloco possui pouca representatividade, ao olhar para eles como Grandes e Pequenos PALOP, identifica-se que este último possui menor participação comercial. Tal ocorrência é baseada em um interesse comercial que oferece um retorno a curto

prazo. Os Grandes PALOP, representado por Angola e Moçambique, são caracterizados por um desenvolvimento econômico superior em comparação aos outros países, e se sobressaem como receptores de investimento estrangeiro direto (Gráfico 11), principalmente com a presença da exploração de petróleo nesses países.

Para complementar, no que tange aos produtos comercializados, também ocorre concentração com difícil variação. O quadro acaba por corroborar com a atual divisão internacional do trabalho. Na ordem da exportação encontra-se açúcar, carnes e cereais; já na importação, é verificado a participação elevada do petróleo, hulha e grãos. Com isso, reforça-se o interesse por recursos naturais. Não sem fundamento, a preocupação pela defesa do Atlântico do Sul também é colocada em pauta com a descoberta de reservas de gás natural e petróleo no além-mar. Assim, ZOPACAS ganha novo fôlego, visando garantir a soberania dos países nessa região. Para o Brasil representa soberania sobre a “Amazônia Azul”, onde está localizado a camada de pré-sal, e reservas minerais (níquel, cobre, cobalto, manganês), além do controle de importantes rotas para o comércio exterior.

Da mesma forma que indicam aproximação, eles também indicam o recuo dessa relação. O ano de 2008 é caracterizado pela crise econômica provocada pela eclosão da bolha imobiliária norte-americana. No Brasil, o impacto ocorreu devido ao ciclo das *commodities*: com dependência em relação aos produtos primários, a queda dos preços impactou negativamente a economia brasileira.

**Gráfico 11.** Entrada de Investimento Estrangeiro Direto por país, 2000-2022, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados por UNCTAD, FDI/MNE database ([www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)).

Com o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016) esperava-se que ela mantivesse a linha da política externa do governo anterior. Contudo, com os ajustes feitos (principalmente com cortes orçamentários) percebe-se que tal continuação ficou em um plano muito mais de discurso do que práticas – observado pelo decaimento do número de projetos. Isso é resultado de um cenário hostil frente aos efeitos acentuados da crise internacional, provocando mudanças e instabilidade nacional despontada pelas obras para a recepção dos grandes eventos, a queda do preço das *commodities* e pouco mais tarde a Operação Lava Jato. Com as medidas adotadas para contornar esse cenário, aos poucos irá se perdendo o apoio recebido no governo anterior, especialmente das parcelas do empresariado. Há o desencadeamento de desencontros, uma vez que ações para atender interesses de um grupo desagradam outro, e no final depara-se com a fragmentação da base de apoio e insatisfação tanto do empresariado quanto de movimentos sociais, o que levaria ao seu *impeachment*.

Com o *impeachment* de Dilma e a assunção do seu Vice-Presidente Michel Temer, fica claro uma alteração de objetivo com ações ortodoxas (entendido como uma ruptura ao perfil dos governos anteriores e desvinculação da chapa PT-PMDB). Com isso há uma ressignificação das relações com enfoque econômico o que reafirmar a tendência em queda, reforçado pelo discurso de posse de José Serra enquanto Ministro das Relações Exteriores em 18/05/2016:

“Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos.”

Seu governo breve serviu de prenúncio para o que estaria por vir. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019, em seu segundo discurso como Presidente da República consolida a troca de visão ao afirmar que iria “retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais”<sup>20</sup>. Com falas polêmicas, durante o processo eleitoral houve dúvida quanto a visão que o continente africano teria na política externa brasileira. Ao ser eleito e nomear Ernesto de Araújo como Ministro das Relações Exteriores, ficou evidente o seu realinhamento

---

<sup>20</sup> Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 20 de Junho de 2021.

voltado aos EUA. Para mais, o até então ministro definiu os setores de interesse em seu discurso de posse de forma pragmática ao afirmar que o “Itamaraty terá, a partir de agora, o perfil mais elevado e mais engajado que jamais teve na promoção do agronegócio, do comércio, dos investimentos e da tecnologia”<sup>21</sup>, confirmando uma tendência de distanciamento que, entretanto, não pode ser compreendida como paralisação de interlocução. Importante colocar ainda que a eclosão da pandemia Covid-19 em dezembro de 2019 teve impactos significativos na política internacional associada ainda a uma crise sanitária e econômica que devem ser levadas em consideração.

### **3.2.2 A dinâmica de aproximação através da cooperação**

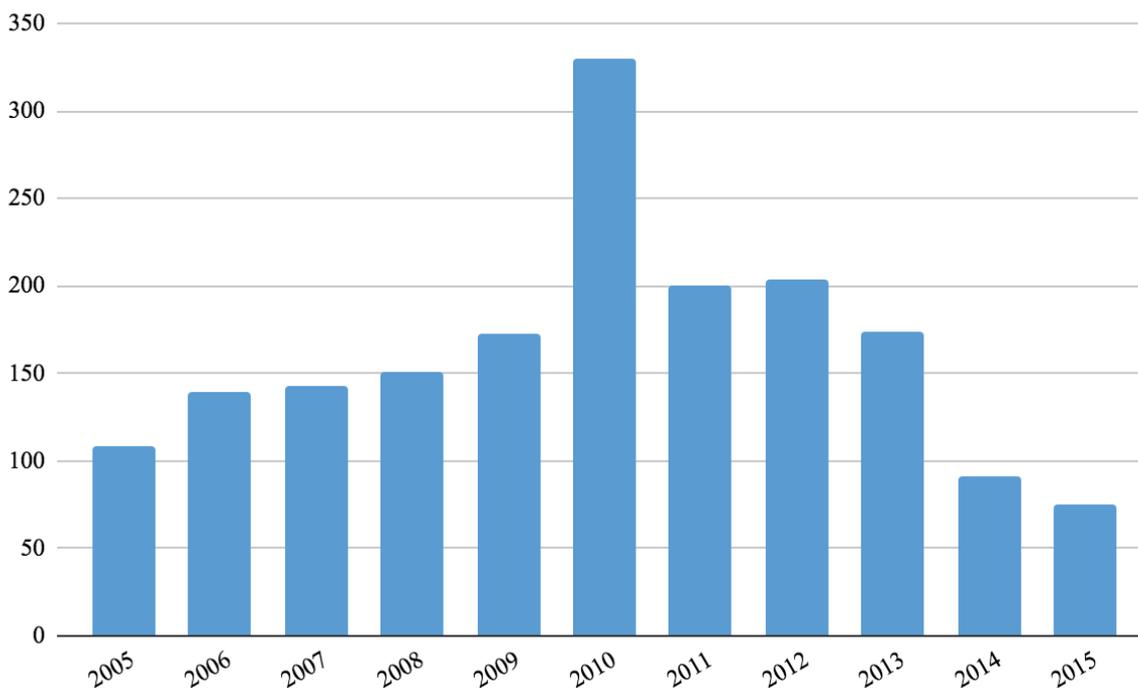
A Cooperação Sul-Sul (CSS) é definida pelas Nações Unidas como “um processo em que dois ou mais países em desenvolvimento buscam atingir objetivos comuns ou individuais por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e recursos”. Ela tem como marco o lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) em 1978, o qual promove a implementação da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Conta ainda com a Resolução nº 64/222, de 21 de dezembro de 2009 que, ao celebrar os trinta anos do PABA, mostrou um marco entre os países do Sul como meio de colaboração, troca de experiências e conhecimento para se atingir metas de desenvolvimento e fortalecimento de suas capacidades.

No Brasil, ao longo do mandato do governo Lula (2003 – 2010), a CSS foi incorporada como uma estratégia da sua política externa, por motivos que já foram debatidos no presente trabalho. Assim, conforme o Gráfico 12, percebe-se o esforço gradativo brasileiro em investir na cooperação nos primeiros anos:

---

<sup>21</sup> Ernesto Araújo. Discurso de Posse. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=317>>. Acesso em 20 de Junho de 2021.

**Gráfico 12.** Gastos do governo federal com a cooperação brasileira (2005 – 2015), em milhões de dólares

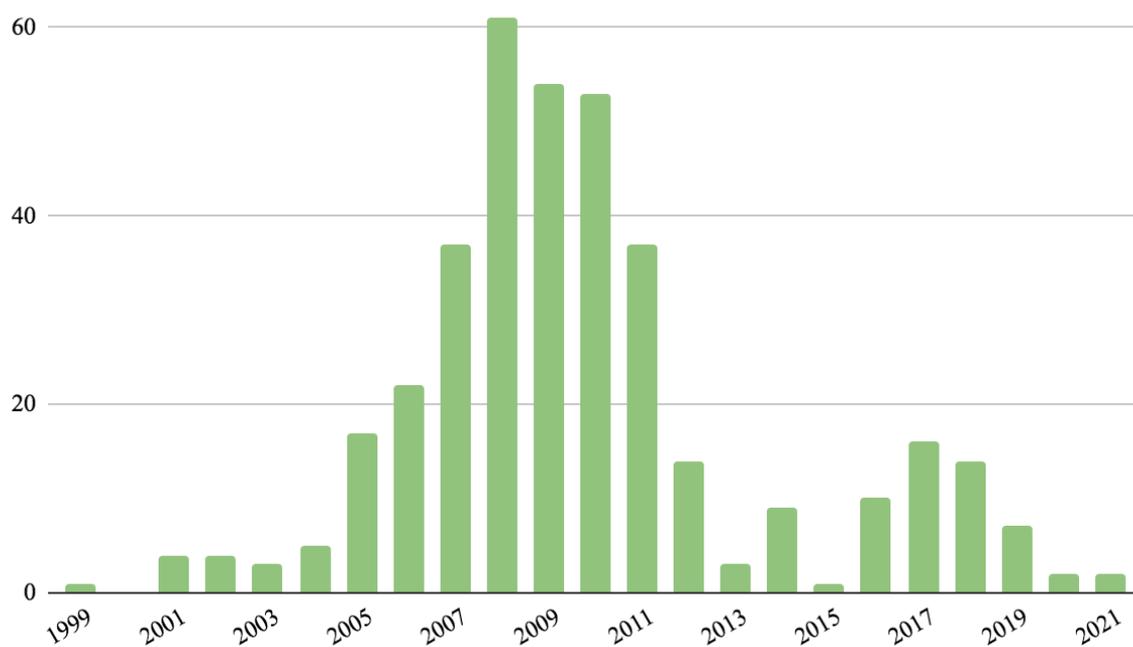


Fonte: Adaptado de IPEA (2018).

Tal curso de aumento de gastos também pode ser vista no Gráfico, o qual contextualizar as ações e projetos realizados nos PALOP, indicando a aproximação dessa relação de a partir do Governo Lula – início em 2003 – há o crescimento paulatino no volume dos projetos atingindo seu ápice em 2008. Dessa forma, é importante frisar que tanto os dados sobre cooperação quanto os dados comerciais indicam a mesma tendência de aproximação nesse período. Outrossim, é importante relacionar que o aumento no volume de projetos de cooperação estão associados às estratégias brasileiras diante do Sistema-Mundo. Conforme aponta Rocha (2019):

"A cooperação técnica foi um dos pilares da diplomacia africana no período de 2003-2010. Ela também é capaz de traduzir uma dimensão da Projeção Hegemônica de um país, pois a Cooperação técnica, traduz de um modo geral a transferência ou socialização de tecnologias ou potenciais operacionais que permitam o desenvolvimento socio-econômico-territorial. É importante lembrar que inúmeros autores entendem que na construção do Sistema-Mundo o potencial técnico é capaz de revelar a capacidade hegemônica de países."

**Gráfico 13.** Quantidade de projetos realizados nos PALOP (1999-2021)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação (Ministério das Relações Exteriores).

De forma a complementar essa análise, a Tabela 7 apresenta a distribuição dos projetos por categoria entre os PALOP:

**Tabela 7.** A distribuição dos projetos de cooperação desenvolvidos entre 1999 e 2021.

	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
Administração Pública	4	5	4	9	10
Agricultura	4	5	7	14	8
Cidades	-	2	-	4	5
Ciências e Tecnologia	-	-	1	1	6
Comunicações	1	2	1	1	1
Cooperação Técnica	2	4	2	1	3
Cultura	3	1	-	1	6
Defesa	6	9	3	11	8
Desenvolvimento Social	6	1	6	6	2
Educação	15	25	20	19	28
Esporte	1	-	1	2	1
Indústria e Comércio	1	1	1	6	2
Justiça	1	1	7	2	4
Legislativo	-	-	3	-	-
Meio Ambiente	4	6	2	8	3
Minas e Energia	-	-	-	1	-
Pesca	1	-	-	1	-
Planejamento	3	7	1	2	2
Relações Exteriores	1	1	1	1	1
Saúde	20	16	6	25	12
Segurança Pública	-	1	-	1	1
Seminário	2	2	2	2	2
Trabalho e Emprego	1	4	2	2	-
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>93</b>	<b>70</b>	<b>120</b>	<b>105</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação (Ministério das Relações Exteriores).

A partir dela verifica-se que a maioria dos projetos de cooperação são destinados aos Pequenos PALOP, podendo inferir o esforço desses países em melhorar seus índices socioeconômicos, uma vez que o Brasil possui uma linha de ação reativa, isto é, é solicitado a ele os projetos.

Em relação aos setores, entre 1999 e 2021, a educação e a saúde foram os que se destacam entre volume de atividades isoladas, seminários e cursos de capacitação aplicados. Nesse contexto, vale ressaltar que a educação foi o setor que mais teve projetos – foram ao todo 61, o que representa 16,22% do total –, dado que corrobora com a percepção de identificação linguística.

Como exemplo há a implementação de Centros de Formação Profissional, aplicados em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Tem como

objetivo a capacitação de jovens e adultos que poderão atuar em atividades produtivas. Ao aprofundar tal posicionamento, percebe-se que tal domínio consegue atender aos interesses brasileiros seja de reforço ao laço cultural, que estende receptividade a elaboração de políticas e estabelecimento de acordos multi e bilaterais. Assim, a proposta de cooperação abarca diferentes setores visando o aprimoramento de indicadores sociais e econômicos de forma a atender também a agenda internacional de desenvolvimento. Sendo assim, a Cooperação Sul-Sul enquanto estratégia da política externa brasileira incorpora ações que:

“[...] buscam conquistar uma posição mais favorável na cena internacional, a fim de promover seus próprios interesses, influir em questões e problemas, aumentar seu poder e mudar a relação de forças a seu favor, ou ainda preservar o *status quo*. (BRUCAN 1974, p. 63 apud RIZZI, 2016, p. 143-144).

Assim, ela visa mudanças de longo prazo “por meio de projetos de desenvolvimento social, econômico e comercial entre os países do hemisfério sul e que podem servir para acelerar o cumprimento dos Objetivos do Milênio”. Por mais que tenha se incorporado outros elementos e discussões como gênero, redução da pobreza, saúde, desigualdade em sua concepção, ainda permanece como fundamental o setor econômico (MAWDSLEY, 2011).

Com isso, em maior parte de suas críticas estão voltadas para a execução desses projetos, principalmente quando a sua aplicação revela as suas contradições e o conflito entre discurso e práticas. Um quadro que aqui precisa ser levantado é que a dinâmica de ajudar um outro país acaba tocando na temática de retribuição. Com as ações de curto prazo (projetos) que visam o longo prazo (desenvolvimento das capacidades), acabam sendo mecanismos para aproximações em outras vertentes como forma de beneficiar/recompensar a parte doadora (no caso, Brasil). Contudo, tal dinâmica ao visar a simetria entre as partes (no que tange ao processo de trocas), pode ser apropriada de forma perversa (BOND, 2006).

### **3.3 Casos de Sucesso na Cooperação Técnica entre Brasil e Pequenos PALOP**

A Agência Brasileira de Cooperação é a unidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) responsável pela coordenação, planejamento e implementação dos projetos de cooperação técnica. Tais projetos são direcionados ao "desenvolvimento de capacidades de instituições/entidades e de indivíduos"(BRASIL, 2020, p. 5). Com isso sua implementação envolve diferentes linhas de atuação, desde visitas técnicas (dentro e fora do Brasil), consultorias a cursos de capacitação, treinamentos. Para isso, a ABC dispõe de diferentes atores (por exemplo instituições públicas e entidades privadas sem fim lucrativo) que agregam

no intercâmbio de conhecimentos e experiências, promovendo a efetividade dos projetos desenvolvidos. Com isso a cooperação atravessa os formatos

"[...] bilateral (cooperação entre o Brasil e países desenvolvidos ou em desenvolvimento), multilateral (cooperação entre o Brasil e organismos internacionais) ou trilateral (parcerias entre a cooperação Sul-Sul/horizontal do Brasil com Governos estrangeiros ou organismos internacionais em benefício de terceiros países)." (BRASIL, 2020, p. 10)

Com isso, a elaboração dos projetos reflete uma temática que seja de interesse dos atores envolvidos, promovendo mudanças qualitativas e estruturais. Assim, os chamados projetos estruturantes visam "à criação e à estruturação de instituições para a capacitação de mão-de-obra em áreas deficientes nos países que demandavam essa cooperação"<sup>22</sup>. No que tange aos Pequenos PALOP, dois projetos se destacam: Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau e Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde.

O Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau (BRA/04/044–S113) atua no setor da educação e no sub-setor de formação profissional. Contudo, a partir da sua execução, há a projeção de impactar o desenvolvimento social ao ter como objetivo final o ensino de uma atividade produtiva. Como consequência esperada, há a geração de renda e por conseguinte melhoria na condição de vida de seus alunos. Assim, a primeira fase do projeto, realizada entre 2006 e 2008, foi voltada para a construção da instalação. Enquanto que a segunda fase, realizada entre 2008 e 2015, foi voltada a estruturação do sistema de formação profissional. As oficinas e salas especiais visavam os seguintes setores: construção civil, costura industrial, reparação (eletrodomésticos, refrigeração, microcomputadores), confeitaria, serralharia. A terceira fase (2016-2022) conta com a realização de quatro ciclos de formação e a transferência da administração do centro ao governo da Guiné-Bissau.

A experiência brasileira no âmbito da educação profissional tem como principal expoente o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que inclusive atuou como parceiro na execução do projeto na Guiné-Bissau (pelo lado guineense, o Ministério da Função Pública e Reforma Administrativa atuou enquanto parceiro). Durante o projeto o SENAI conta com ações que abrangem

"desde desenho institucional, elaboração de metodologias de educação, confecção de currículos, criação de modelos de gerenciamento institucional, construção ou readequação de instalações e equipagem dos Centros de formação, até capacitação de instrutores e apoio técnico e pedagógico." (SENAI, 2017, p. 12)

---

<sup>22</sup> Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. Projetos Estruturantes. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/gestao/projetosestruturantes>>. Acesso em 15 de Outubro de 20203.

Como resultado, o Centro de Formação foi inaugurado em 2009 na capital guineense, contando com uma estrutura de "10 oficinas e laboratórios e conta com 20 professores, 5 funcionários administrativos e 6 seguranças"(SENAI, 2017, p. 55), a qual a formou 2.961 alunos até Junho de 2017. Assim, o projeto afeta um setor chave no desenvolvimento guineense ao se voltar para a qualificação da mão-de-obra, além de estimular o sistema educativo em um país onde a instabilidade política e econômica acaba afastando tanto alunos (que visam uma formação acadêmica) quanto a mão-de-obra (que mesmo com diploma busca se inserir no mercado de trabalho). Com isso o projeto contribui como uma manobra de reverter esse processo, estando inserido em uma estratégia do governo guineense de "reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimento, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num Estado de direito reforçado" (MEPIR, 2011, p. 7).

Sobre o Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde (BRA/04/044-S203), o projeto atua no sub-setor de habitação, coordenado pela ABC e executado em parceria com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), Ministério das Relações Exteriores (MIREX - Cabo Verde e o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT - Cabo Verde). Sua execução voltou-se para a prestação de assessoria técnica voltada ao desenvolvimento e implementação do programa "Casa Para Todos", programa semelhante ao brasileiro "Minha Casa Minha Vida", o qual tem o intuito de atender ao déficit habitacional cabo-verdiano. O projeto conta ainda com a elaboração de manuais voltados para orientação e capacitação de técnicos de engenharia, bem como de execução do programa "Casa Para Todos".

No Brasil, o programa "Minha Casa Minha Vida" possui uma estrutura que abrange não somente a construção de moradias, mas projetos que promovem mudanças em diferentes aspectos do setor habitacional, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). A crítica ao seu modelo recai no atendimento da demanda da população que sobrevive com até um salário-mínimo, embora sejam os mais afetados pelo déficit habitacional, são os menos atendidos pelo subsídios.

Já no contexto cabo-verdiano, de acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010, a partir de uma avaliação que levou em conta aspectos como tipo de residência, posse de bens duradouros, acesso à energia, saneamento básico, abastecimento de água, revelou que aproximadamente 45,89% dos agregados familiares vivem em situação de baixo e muito

baixo conforto. Assim, o programa "Casa Para Todos" visa atender a demanda do déficit habitacional e a inadequação das moradias.

O projeto teve início em 2009 a partir de uma missão de prospecção, na qual se sucedeu a análise do problema, das soluções possíveis e riscos, mapeamento dos atores envolvidos e capacidades a serem atingidas. De 2010 a 2011, foram realizadas visitas nos dois países, tendo como resultados:

- Manuais do proponente, análise de engenharia, trabalho social, de procedimentos operacionais para contratação;
- Capacitação sobre análise de renda não comprovada;
- Relatório técnico de análise de adequação da estrutura do Cadastro Único;
- Modelo financeiro para sustentação do Programa para Todos." (MORELLI, 2012, p. 31)

Após o projeto de cooperação, a estrutura da questão habitacional cabo-verdiana avançou na criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Plano Estratégico Nacional de Habitação 2011-2021 (PENH) e o Fundo de Segurança Habitacional (FSH). Para mais, com o apoio financeiro de Portugal, foi realizada uma segunda fase do programa, o "Habitar CV", que constitui a regulamentação e construção dos empreendimentos.

Mediante os projetos examinados, verifica-se que programas sociais originados e desenvolvidos no Brasil formam um modelo a ser replicado e adaptado em outros países. Assim, a cooperação técnica, sendo uma vertente da Cooperação para o Desenvolvimento, para além da troca de conhecimentos e tecnologia, também exporta tecnologia social (TS). A TS engloba as políticas sociais que possuem importante poder transformador nas camadas marginalizadas. Assim,

"[...] as tecnologias sociais devem estar focadas, primeiramente, em produzir o que é necessário para atender às necessidades básicas das populações. Buscando soluções concernentes à segurança e a soberania alimentar, segurança hídrica, saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos e líquidos, transporte e moradia, além de serem adequadas aos biomas onde estas comunidades vivem."(KAHLAU, SCHNEIDER e SOUZA-LIMA 2019, p. 202)

A TS converge para o debate de um desenvolvimento inclusivo, na qual a participação de diferentes grupos e movimentos sociais é primordial. Afinal, a TS também pode ser entendida como um processo que, ao ser aplicada em um determinado local, interage com as condições e grupos ali encontrados. Assim, a TS busca atender as reivindicações dessas

realidades, e sua dificuldade principal é fazer com que suas ações atinjam o grupo social almejado.

Do ponto de vista brasileiro, a TS atua também na promoção de suas instituições parceiras da cooperação, sendo referência em suas respectivas áreas de atuação. Porém é importante destacar o movimento de internacionalização das empresas brasileiras aproveitam desse momento de resgate e aproximação, usufruindo também da credibilidade passada pelas instituições parceiras da cooperação, para poderem se inserir, contando também com incentivos por parte do Governo. Os relatórios de pesquisa liberados pela Fundação Dom Cabral (FDC) entre os anos de 2007 e 2014, mostram que a principal área de atuação das empresas que buscam atuação no exterior é relacionada ao ramo de construção civil e a exploração de recursos naturais. Assim, empresas como Vale, Petrobras, Andrade Gutierrez, Camargo Correa Odebrecht, Queiroz Galvão representam o grupo de grandes empresas brasileiras que atuam no continente (FDC, 2014).

Entende-se como elas colocam a reprodução do espaço no centro de suas estratégias, com concentração em setores chaves de infraestrutura que respondem a lógica capitalista, trazendo pouca ênfase para a melhoria de qualidade de vida para as populações locais. Nesse sentido, instaura-se um conflito pois tais populações são as mais afetadas pela exploração dos recursos, sofrem as consequências sócio-ambientais; por outro lado, há a criação da imagem de uma “comunidade global” visando a reivindicação do direito de controle e exploração dos recursos para o “bem comum” (dentre eles o petróleo), favorecendo o processo de pilhagem (BOND, 2006).

### **3.4. Desafios Diante De Uma Diplomacia Enfraquecida**

Historicamente a diplomacia brasileira é marcada por dois atributos chaves: universalismo e autonomia. Saraiva (2010, p. 45) os define como:

"Neste caso, o universalismo corresponde à ideia de estar aberto para manter relações com todos os países, independentemente de localização geográfica, tipo de regime ou opção econômica. Significa uma independência de comportamento em relação à potência hegemônica e pode ser vinculado ao comportamento de "*global player*". A autonomia é definida como a margem de manobra que o país tem nas suas relações com demais Estados e em sua atuação na política internacional."

Tais atributos mostraram-se presentes ao longo da trajetória da diplomacia brasileira, independente da política de governo vigente, o que demonstra constância e estabilidade. O

Ministério das Relações Exteriores é o órgão institucional responsável pela articulação e promoção dos interesses brasileiros no cenário internacional. Ele tem o Palácio do Itamaraty, ou somente Itamaraty como é mais conhecido, como materialização da sua representação. O seu corpo de formuladores tradicionalmente seguem os atributos orientadores. Assim, entende-se que a política externa se consolidou enquanto uma política de Estado, e não de governo, voltado para um interesse de longa duração.

Contudo, no final do século XX e no decorrer do século XXI percebeu-se que cada vez mais visões particulares se tornaram mais ativas na formulação da política externa. Tal tendência é derivada da gama de atores para além do Itamaraty, governamentais e não governamentais que começaram a mostrar-se na definição de estratégias e políticas em prol da defesa do interesse nacional. Assim, de modo geral o interesse nacional acaba ganhando um caráter pessoal, no qual a política externa sofre relevante influência, contudo sem abrir mão do poder do Estado em sua implementação (MILANI e PINHEIRO, 2013). Isto rompe com a visão de separação entre assuntos domésticos/internos e internacionais/externos, com isso “é preciso fazer referência à nova face das políticas públicas tal como o que vem sendo feito pelo Brasil nos últimos anos, num movimento de internacionalização de uma extensa pauta de suas políticas públicas.” (MILANI e PINHEIRO, 2013, p. 25). Como exemplo desse movimento, percebe-se que temáticas das agendas políticas internas ressoam nas abordagens dos projetos de cooperação - visto no tópico acima.

Assim, a permeabilidade da política externa brasileira pode ser ilustrada frente às oscilações de aproximação e afastamento com outros países, esperadas mediante ao contexto em que se dão as relações, e principalmente frente a troca da presidência do governo. Entretanto, o que sobressai no contexto brasileiro dos últimos anos é a percepção do enfraquecimento da sua política externa brasileira. Ter a relação brasileira com os Pequenos PALOP como métrica é válido, pois dentre os países da África seu vínculo cultural-linguístico é distinto, bem como pode ser considerado um mostrador a respeito do caráter universalista. Dessa forma, frente aos dados analisados nos tópicos anteriores é perceptível que ao longo da história brasileira, especialmente a partir da década de 1970, foi divulgada a promessa de que o Brasil ocuparia um papel central nas mediações do cenário internacional. O recorte do início do século XXI revela a politização da política externa, e as diferentes visões e estratégias de inserção brasileira. Nesse período, em especial, o Brasil experienciou duas visões colocadas como antagonistas

Durante o Governo Lula, o comportamento do Itamaraty foi organizado de forma a colocar o Brasil em uma posição proativa frente às oportunidades. A escolha dos temas a

serem colocados como foco (como fome, pobreza e meio ambiente) nos fóruns internacionais refletem a estratégia brasileira em articular tais oportunidades em benefício de seu caráter autonomista de forma a fortalecer o país enquanto uma potência, bem como pressionar por mudanças no seu contexto doméstico. A própria promoção da Cooperação Sul-Sul e dos BRICS promovem essa imagem ao proporem alternativas à ordem tradicional do Sistema-Mundo (SARAIVA, 2010). Esses projetos, ao visarem a consolidação da liderança brasileira revelam o emprego do *soft-power* em suas ações.

Como o próprio nome já infere, o *soft-power* está relacionado ao poder exercido através de recursos como de atração, consenso, persuasão e mediação, sem utilizar a força (NYE, 2004). Seu poder de coerção dispõe dos valores culturais e diplomacia de forma a aumentar sua credibilidade e confiança no cenário internacional. Tal característica atraiu as principais críticas em relação ao seu projeto que abrange desde da aproximação histórico-cultural à sua projeção sobre outros países, aumentando assim sua influência e ganho em benefício próprio. Entretanto, observa-se que após o mandato de Lula, o Brasil veio perdendo o protagonismo, ou melhor, retraiu suas ações (como pôde ser visto nos dados apresentados).

Como mencionado, a situação interna brasileira teve grande peso, porém a tendência de retrocesso foi aprofundada com o projeto de política externa proposto pelo governo de Jair Bolsonaro. As constantes críticas ao posicionamento adotado pelos governos (alimentando o sentimento “antipetista”) já demonstravam que no governo Bolsonaro traria a proposta de rompimento, travando uma batalha ideológica. Nessa batalha, o pensamento neoconservador, o resgate de valores militares e religiosos são postos em conflito contra a “ideologia comunista” que permeia a imprensa e as instituições. Seus efeitos na política externa brasileira recaem nas seguintes estratégias:

“necessidade de alinhamento com os EUA, o distanciamento de iniciativas globalistas, identificadas no cumprimento de normas e organismos internacionais, e o rebaixamento de relações bilaterais do Brasil com alguns países não ocidentais, como a China, ou com outros governos vistos como de “esquerda”, como a Argentina de Alberto Fernández. (DALDEGAN e SOUSA, 2021, p. 219-220)

Isto pode ser interpretado como uma quebra da tradição de universalismo e autonomia, principalmente no que tange a aproximação com os EUA, uma vez que esta foi promovida a partir da imagem do Donald Trump, até então presidente dos EUA. Contudo, é importante observar que embora o discurso principalmente dos representantes governamentais alimente um realinhamento, na prática a relação entre Brasil-China se manteve em uma tendência de

crescimento nos últimos anos, podendo ser observado sobretudo a partir da entrada do capital chinês no território brasileira através de investimentos, comércio e empréstimos (GARCIA, 2020). Para mais, o governo Bolsonaro contou com uma base plural no que tange aos interesses. Composta de acordo com Casarões (2019) pelo cinco B's: (1) Bíblia - bancada evangélica, (2) boi - bancada ruralista, (3) bala - grupo militar, (4) Bolsonaro - núcleo anti-globalista e (5) bancos - mercado financeiro liberal. Esses fatores dificultam a elaboração de um projeto que consiga apaziguar os envolvidos, comprometendo a coerência e execução do plano de ação.

O impacto na imagem brasileira foi atingido conforme seu cenário interno comprometia as questões que até eram postas em pauta nos fóruns internacionais pelo Brasil. A questão ambiental ilustra esse impacto de forma precisa, uma vez que a postura negacionista frente às mudanças climáticas, bem como adoção de medidas na redução de fiscalização, favoreceram o cenário para o desmatamento e ocupação da Amazônia. Os crimes ambientais, conflitos agrários, ataques aos grupos indígenas realçam o posicionamento contrário às questões ambientais e de direitos humanos. Tal situação é percebida negativamente no cenário internacional, resultando na perda de credibilidade brasileira e seu isolamento.

Mesmo com o fim do governo Bolsonaro, as cicatrizes deixadas impedem o retorno dos arranjos uma vez vivenciados. Com isso, há uma demanda de esforço em restabelecer o Brasil em uma posição de liderança, principalmente no âmbito regional. Houve um abandono nas relações com países que antes eram considerados seus pares, entende-se por eles América Latina e o continente africano. A tradição que possibilitou o acúmulo de *soft-power* foi desmantelada em prol de benefícios a setores específicos e apoiadores do governo. As dificuldades em superar as heranças deixadas vão para além de uma questão orçamentária em retornar seja com os projetos de cooperação, seja com a defesa dos temas internacionalizados como meio ambiente, fome, educação, saúde e direitos humanos. A nova conjuntura encontrada coloca novos desafios ao posicionamento a ser assumido pelo Brasil - principalmente frente a Guerra da Ucrânia, e o conflito com a Rússia (integrante dos BRICS). Tais embates exigem uma atualização das instituições e ressignificação das medidas adotadas em governos anteriores, importantes passos para recolocar o Brasil no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao debate acerca da inserção dos Pequenos PALOP no Sistema-Mundo, depara-se com um contexto sistêmico estruturado, no qual há três grupos principais: centro, periferia e semi-periferia. Cabe ressaltar, que tal classificação não é rígida, mediante a possibilidade de reprodução de lógicas relacionais em diferentes escalas, sendo assim fundamental a identificação dos atores envolvidos (WALLERSTEIN, 2002). Para mais, um aspecto presente em sua interpretação situa-se na divisão internacional do trabalho e sua expressão espacial, na alternância da localização geográfica dos papéis econômicos.

Nesse sentido, no centro há produção de alto valor tecnológico empregado e mão-de-obra qualificada; a periferia é caracterizada pela produção de produtos primários. Contudo, os países em questão dispõem de limitação no sentido de reduzida extensão territorial e disponibilização de recursos naturais para compor o mercado. Faz-se necessário então a busca por estratégias que agreguem a sua inserção no cenário internacional e que contrabalançam tais limitações. Cada país irá adotar planos diferentes, baseados em suas particularidades resultantes do seu processo de formação. Nesse sentido, a categoria de F.E.S. proposta por Milton Santos (1977) é fundamental para análise ao permitir compreender as características que esses países apresentam atualmente mediante a influência, permanência e resignificação da sua história e sua materialização no espaço.

No caso de Cabo Verde, sua política externa exerce papel fundamental no lançamento de sua reputação e credibilidade, promovendo a atração de investimentos e créditos que beneficiam o país. Dessa forma, observa-se a adoção de estratégias que visam atrair progressivamente mais investimentos, como é o caso das Zonas Econômicas Especiais. Assim, a análise conjunta dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Cabo Verde permitiu verificar o empenho cabo-verdiano na construção de sua credibilidade frente a possíveis investidores, principalmente no que diz respeito a alavancar o setor do turismo – ainda assim, há que se considerar o quanto o avanço do turismo se sobrepõe às lógicas locais –. Tal movimento conflui com a expansão dos investimentos chineses no continente africano. Esse fator deve ser observado e acompanhado com relevância em estudos futuros frente ao seu comportamento distinto do ocidente, o qual mostra-se mais propenso ao risco e visando o longo prazo, ou seja, não há espera de um retorno lucrativo imediato. Por outro lado, assim como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe verifica-se a importância e dependência externa – principalmente de empréstimos e ajuda externa – para

seu desenvolvimento. Comparativamente, ao abordar o setor externo, os Pequenos PALOP possuem entendimento diferente: Cabo Verde desponta uma visão de atração/investimento, ou seja, uma visão mais competitiva, já Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe carregam uma conotação de dependência.

Tendo em vista os dados apresentados, é possível apontar três caminhos que evidenciam diferentes propostas de integração, são eles: a aproximação com a Europa, os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e a Comunidade dos Estados da África do Oeste (CEDEAO). A análise dos dados revela a preponderância da ligação com o continente europeu a partir da sua atuação no comércio exterior. Ainda que essa ligação com a Europa possa ser compreendida tanto por seu posicionamento central, há também a influência histórica exercida na formação da sua identidade cultural. Entretanto, vale ressaltar que esta também é constituída pelos seus pares do continente africano. E por esse motivo, a questão da integração regional deve ser levantada com a devida notoriedade.

No que tange a questão da integração com os PALOP, esta possui uma aproximação por meio da cooperação levando em conta a identificação cultural através da língua portuguesa que se tem em comum. É válido mencionar a participação desses países na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que abrange também o Brasil, Timor Leste e principalmente Portugal. Logo, há o questionamento de integração entre si ou com o seu antigo colonizador.

Em relação à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, apesar de ser uma proposta de integração regional com maior enfoque ao viés econômico com objetivo de se criar um mercado comum, constata-se pouca expressividade nos fluxos comerciais entre os países membros. Assim, ainda que tenha esforços para além do comércio, principalmente em relação a segurança, as disparidades presentes no bloco configuram um desafio à sua eficaz integração.

Na perspectiva brasileira, a sua política externa possui uma construção histórica de seu caráter universalista e autônomo, de forma a consolidar a imagem brasileira de liderança. Com isso, a relação brasileira com os Pequenos PALOP se insere no contexto de diversificação da sua geopolítica, sendo um elemento estratégico a partir do momento em que o Brasil soube aproveitar a aproximação linguística e cultural para se estabelecer enquanto parceiro, aumentando sua credibilidade. Como resultado, ele conseguiu expandir sua área de influência pelo continente africano (verificado com a abertura de embaixadas), garantindo apoio em fóruns internacionais.

Contudo, no contexto do início do século XXI a sua volatilidade passou a ficar mais evidente mediante as trocas de governo. Nesse sentido, houve uma ruptura nos atributos tradicionais durante o governo Bolsonaro em prol de um embate ideológico resultando, assim, no enfraquecimento e isolamento brasileiro no cenário internacional. Esse enfraquecimento pôde ser observado pela diminuição dos gastos brasileiros com os projetos de cooperação e retração nas trocas comerciais – ainda que pouco expressivas na balança comercial brasileira, tiveram considerável aumento percentual na primeira década do século XXI –. Contudo, há expectativas frente ao retorno do governo Lula no que tange ao reordenamento da política externa e reposicionamento brasileiro no cenário internacional.

Para mais, a região em que se encontram os PALOP está localizada no centro da corrida geopolítica pelo acesso a recursos naturais. Nesse sentido, o continente africano representa a última fronteira de recursos naturais a ser explorada. Ademais, possui um interesse a mais devido ao seu posicionamento estratégico, majoritário no Atlântico Sul. Essa região desempenhou importante papel no período colonial por englobar as rotas de navegação que ligavam os portos sul-americanos e africanos, utilizadas principalmente no tráfico negreiro e no escoamento da produção colonial. O Atlântico Sul é recolocado na pauta geopolítica frente a descoberta de reservas de gás e petróleo. Com isso, a preocupação na sua defesa, evitando a interferência e exploração por países externos à região, promove um reencontro das duas costas, visando a projeção de poderio além mar (RIZZI, 2016).

Frente ao objetivo proposto inicialmente, verifica-se que a diplomacia brasileira desempenha papel de destaque no que tange ao desenvolvimento dos Pequenos PALOP. Isto é derivado do âmbito de atuação brasileira no contexto da Cooperação Sul-Sul. Assim, observa-se o peso do vínculo estabelecido entre Brasil e os Pequenos PALOP a partir da demanda de projetos de cooperação técnica. Essa se sobressai enquanto importante estratégia na política externa brasileira, colocando o Brasil e suas instituições parceiras enquanto referência de conhecimento e exportador de tecnologia social. Sobre esse aspecto, verifica-se a partir dos projetos implementados na Guiné-Bissau e Cabo Verde a replicação e adaptação de políticas sociais desenvolvidas no Brasil, como o "Minha Casa Minha Vida". Assim, a execução desses projetos afetam diretamente os indicadores sócio-econômicos desses países, além de fortalecer a suas instituições. Contudo, a execução desses projetos também revelam as suas contradições, tendo como principais críticas o embate entre discurso e práticas. Dessa forma, a cooperação solidária e altruísta acaba mascarando interesses, inclusive materiais (principalmente ao pensar a exploração de recursos naturais), de seus doadores (MAWDSLEY, 2011). A contradição da Cooperação Sul-Sul revela o quanto seus aspectos

declarados como horizontalidade, desenvolvimento sustentável, autonomia, ainda responde a lógica ocidental-capitalista.

Os Pequenos PALOP demonstraram ser importantes parceiros no contexto da Cooperação Sul-Sul, beneficiando-se da mesma no fortalecimento de suas instituições. Ainda assim, percebe-se a necessidade dos Pequenos PALOP em buscar melhor aproveitar o seu posicionamento – tanto geográfico quanto cultural – entre Europa e África. Tal proposta demanda um gerenciamento eficaz de forma a manter boas relações com ambos sem implicar em afastamento. Nesse jogo de interesses, é essencial colocar em pauta as demandas locais, ressignificando os modelos impostos, visando assim seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAS, Hakima; Ndeda, Nana. Aid and reparation: power in the development discourse. In: ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA (Ed). **Aid to Africa: redeemer or coloniser?**. Fahamu/Pambazuka, 2009.
- AGNEW, J. A nova Configuração do Poder Global. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, 2008.
- AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africana Studia**, n. 8, p. 109-135, 2005.
- AMIN, Samir. Aid for development. In: ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA (Ed). **Aid to Africa: redeemer or coloniser?**. Fahamu/Pambazuka, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 10, n. 1, p. 9-74, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n.1, p. 1-14, 2007.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BABONES, Salvatore J. The country-level income structure of the World-Economy. **Journal of world-systems research**, vol. 11, n. 1, p. 29-55, 2005.
- BOND, Patrick. **Looting Africa: The Economics of Exploitation**. London: Zed Books, 2006.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5ª ed., Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação, 2020.
- BRITO, A. SEMEDO, J. M. **Nossa terra, nossa gente. Introdução à geografia de Cabo Verde**. PFIE: Praia. 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 495-519.

- CARLING, Jørgen. Policy challenges facing Cape Verde in the areas of migration and diaspora contributions to development. **PRIO Paper, International Peace Research Institute**, 2008.
- CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro **Pensamiento Proprio**, n. 49-50, p. 231-274, 2019.
- COSTA, Pollyana dos Santos Silva. **A formada identidade cabo-verdiana na obra de Germano Almeida**. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) - Universidade de Brasília. 2018.
- DALDEGAN, William; SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. Soft power brasileiro: uma análise da política externa em tempos pandemias. **Revista Conjuntura Global**, v. 10, n.1, p. 212-230, 2021.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1986 [1982].
- DJALÓ, Mamadú. Processo de ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico pela dominação. **Revista Mosaico Social**, ano 3, n. 3, p. 293-304 , 2006.
- DOBB, Maurice. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul (Org). **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5 ed., 2004, p. 209-214.
- FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré -história da África**. 2.ed. Brasília : UNESCO, 2010, p. 1-22.
- GARCIA, Ana Saggiaro. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. **Revista Tempo no Mundo**, n. 22, p. 149-174, 2020.
- GÓIS, Pedro (Ed.). **Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana**. LISBOA: ACIDI, I.P. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), 2008.
- GONÇALVES, Williams da Silva. Do mercantilismo ao capitalismo: as transformações da economia africana. As relações econômicas e comerciais da África com a Europa e com o Brasil. In: JORGE, Nedilson (Org.) **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 75-103.

- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008 [2005].
- HILTON, Rodney. Capitalismo: o que representa esta palavra?. In: SWEEZY, Paul (Org). **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5 ed., 2004, p. 183-199.
- HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- IBAÑEZ, P.; OLIVEIRA RECIO, C.; PERREIRA, A. B. . A relação sino-indiana para influência no sul da Ásia: o caso da Belt and Road Initiative (BRI). **GEOgraphia**, v. 25, n. 54, 9 mar. 2023.
- KAHLAU, C. A.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. Tecnologia Social como Alternativa ao Desenvolvimento: indagações sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 36, p. 190-213, 2019.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, outubro, p. 55-71, 2008.
- LEITE, Joaquim Eduardo Bessa da Costa. **A Literatura guineense: contribuição para a identidade da nação**. Tese (Doutorado em Letras) , Universidade de Coimbra. p.326, 2014.
- MADEIRA, J. P. C. B. **Nação e identidade: a singularidade de Cabo Verde**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa, 2015.
- MADEIRA, João Paulo. Política Externa Cabo-verdiana: evolução, perspectivas e linhas de força. **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 7, n. 1, p. 87-109, 2019.
- MARQUES, João Pedro. Portugal e a abolição da escravidão: um caminho entre dois modelos. **Africana Studia**, n. 14, p. 217-227, 2010.
- MATOS, Dandara Silvia. São Tomé e Príncipe: da independência a Primeira República. **Revista Eletrônica Discente História.com**, v. 6, n. 11, p. 87-106, 2019.

- MAWDSLEY, Emma. The changing geographies of foreign aid and development cooperation: contributions from gift theory. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 2, p. 256-272, 2011.
- MEPIR (Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. República da Guiné-Bissau. **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza**. BISSAU: MEPIR, 2011.
- MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.
- MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto Nº 3.168 de 31 de Maio de 1917. Carta Orgânica da Província da Guiné. **Imprensa Nacional de Lisboa**, s.1, n. 86, p. 382-415, 1917.
- MORELLI, Ana Lucia Façanha. **Cooperação técnica internacional: experiência da CAIXA em Cabo Verde**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A cooperação Sul-sul brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coerente com o desenvolvimento?. **Caderno CRH**, v. 29, p. 33-52, 2016
- MURITHI, Tim. Aid colonisation and the promise of African continental integration. In: ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA (Ed). **Aid to Africa: redeemer or coloniser?**. Fahamu/Pambazuka, 2009.
- NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 3, p. 45-73, 2010.
- PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. **Oficina do CES**, v. 188, p. 1-40, 2003.

- ROCHA, A.S. Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África. **Confins. Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 39, 2019. Acesso em nov, 2023. URL : <http://journals.openedition.org/confins/17327> ; DOI :<https://doi.org/10.4000/confins.17327>
- ROCHA, A. S. da; SANTOS, J. C. D. dos .; IBÁÑEZ, P. . A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias chinesas para a África e a Ásia Central. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 73–95, 2022. DOI: 10.35699/2237-549X.2020.21928. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/21928>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Ouro por lixo: as inserções de Gana na divisão internacional do trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 10. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista De Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, v. 30, n. 118, p. 219-236, 1993.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015.
- SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010
- SECCO, Lincoln. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**, n. 33, p. 6-12, 2004.
- SEIBERT, Gerhard. Os angolares da Ilha de São Tomé: náufragos, autóctones ou quilombolas?. **Textos de História**, v. 12, n. 1-2, p. 43-64, 2004.
- SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, n. 49, p. 41-70, 2014.

- SEIBERT, Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. **Anuário Antropológico**, v. 40, n. 2, p. 99-120, 2015.
- SEIBERT, Gerard. São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n.3, p. 987-1012, 2016.
- SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Departamento Nacional. **Educação profissional, a presença do Brasil no mundo: parceria SENAI-ABC**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília: SENAI, 2017.
- SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 9, p. 24-47, 2010.
- SUCUMA, Arnaldo. Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau. **Cadernos de História UFPE**, v. 9, n. 9, p. 129-144, 2017.
- TAYLOR, Peter J. The state as a container: territoriality in the modern world-system. **Progress in Human Geography**, v. 18, n. 2, p. 151-162, 1994.
- UNION, African. **The New Partnership for Africa's Development (NEPAD)**. Abuja: African Union, 2001.
- VARELA, Hilda. Entre sueños efímeros y despertares: la historia colonial de São Tomé y Príncipe (1485-1975). **Estudios de Asia y Africa**, v. 32, n. 2, p. 289-321, 1997.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, v. 3, n.5, p. 41-68, 2014.
- WALLERSTEIN Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: Gentili P, organizador. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 223-250.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 447-470.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, J.F. Ade (Ed.). **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília : UNESCO, 2010, p. 27-46.

- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I - Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. University of California Press, 2011a.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system II: Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600–1750**. University of California Press, 2011b.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system III: The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s–1840s**. University of California Press, 2011c.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system IV: Centrist liberalism triumphant, 1789–1914**. University of California Press, 2011d.
- WILHELMY, Manfred. **Política internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: GEL, 1988.